



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**ESTRATÉGIAS FEMINISTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE
DO COLETIVO *NI UNA MENOS***

THATIANE MANDELLI

Foz do Iguaçu
2023

**ESTRATÉGIAS FEMINISTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE
DO COLETIVO *NI UNA MENOS***

THATIANE MANDELLI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea Latino-Americana.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
Coorientadora: Prof. Dra. Ana Silvia Andreu da Fonseca

Foz do Iguaçu
2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M272

Mandelli, Thatiane.

Estratégias feministas na América Latina: uma análise do coletivo Ni Una Menos / Thatiane Mandelli. - Foz do Iguaçu, 2023.

124 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2023.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci.

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Silvia Andreu da Fonseca.

1. Coletivo feminista Ni Una Menos. 2. Redes Sociais. 3. Transnacionalização. 4. Feminicídio. I. Dulci, Profª. Dra. Tereza Maria Spyer. II. Fonseca, Profª. Dra. Ana Silvia Andreu da. III. Título.

CDU 343.6:305-055.2(82)

THATIANE MANDELLI

**ESTRATÉGIAS FEMINISTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DO
COLETIVO *NI UNA MENOS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Silvia Andreu da Fonseca
Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA

Prof. Dra. Verónica Aranda Friz
Universidad de Chile - UCH

Prof. Dra. Larissa Fostinone Locoselli
Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA

Prof. Dra. Elen Cristiane Schneider
Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA

Foz do Iguaçu, 27 de setembro de 2023

Este trabalho é dedicado à memória de cada mulher vítima de feminicídio na América Latina. Parem de nos matar!

AGRADECIMENTOS

Embora a experiência de um mestrado iniciado em meio a uma pandemia e o processo de escrita propriamente dito sejam experiências por vezes solitárias, uma pesquisa é construída a muitas mãos e vozes, e a elas quero agradecer por terem sido a minha fonte de amor, força e esperança durante essa jornada que foi marcada também por um governo genocida, sentimentos dolorosos e muitos desafios.

À Tereza, minha amada e querida orientadora, que se tornou uma inspiração, uma amiga, conselheira e responsável por este trabalho ter chegado a sua conclusão, obrigada por todo incentivo e por me lembrar diversas vezes que, apesar de difícil o caminho, ele ainda vale a pena. À minha co-orientadora querida e muito amada, Ana, obrigada pela leitura atenta e cuidadosa, pelas contribuições, por ter me feito emergir e me apaixonar pelo discurso.

Agradeço também imensamente às professoras da minha banca de qualificação, Élen e Larissa, por terem contribuído enormemente para este trabalho; me senti muito acolhida e agradecida por minha dissertação ter passado por vocês. Minha trajetória pelo mestrado foi feliz e enriquecedora por estar cercada de mulheres que admiro e respeito. Vocês me ensinaram muito. Obrigada.

Agradeço também a outras duas mulheres que me acompanham na vida, que me inspiram, me fortalecem, me dão o amor e o suporte necessário para seguir: minha mãe e minha irmã. Eu tenho o privilégio de ter vocês, mulheres incríveis, ao meu lado. Obrigada. Ao meu pai, que também é amigo e conselheiro: obrigada por estar lá sempre, por não soltar minha mão mesmo quando eu quero voar para longe e para o desconhecido, você me ensinou a ter coragem. Obrigada.

Às minhas amigas e meus amigos que me acompanharam durante estes mais de dois anos e que me acompanham na vida, alguns de perto, outros de longe, mas sempre me lendo, me incentivando a seguir, me apoiando e fazendo o percurso ser mais leve: eu amo muito vocês e agradeço imensamente por tudo. Agradeço também aos seres não humanos essenciais na minha vida: meus gatos, vocês são meu suporte emocional, meu acalento e não saíram de perto em momento algum ao longo de todos os dias e noites de escrita deste trabalho. Eu não poderia deixar de expressar meu amor e minha gratidão. Obrigada, eu amo vocês.

Agradeço também ao governo Lula, que idealizou e tornou real um projeto integrador latino-americano através da educação superior que é a UNILA, universidade pública e gratuita que mudou a minha vida, minha forma de ver o mundo, me permitiu reconhecer, reivindicar e

amar minha identidade latino-americana, minha América Latina, meu horizonte, meu presente e futuro, minha utopia. Agradeço também ao grupo ¡DALE! Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa que me fez amadurecer como pesquisadora, me engrandeceu e contribuiu muito para a realização deste trabalho. Obrigada por fazer parte da minha trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que seguem escrevendo a história dos feminismos latino-americanos, uma história marcada por muita luta. Vocês estão em cada linha deste trabalho. Seguimos juntas por tudo que nos une. A revolução será feminista ou não será.

*Cantamos sin miedo, pedimos justicia
Gritamos por cada desaparecida
Que resuene fuerte "¡nos queremos vivas!"
Que caiga con fuerza el feminicida
Yo todo lo incendio, yo todo lo rompo
Si un día algún fulano te apaga los ojos
Ya nada me calla, ya todo me sobra
Si tocan a una, respondemos todas.*

Vivir Quintana y Mon Lafe

RESUMO

A América Latina é a região mais letal do mundo para as mulheres, fora de um ambiente de guerra. Este é o panorama da região a respeito do feminicídio. Embora na maior parte dos países da região seja tipificado como crime, os índices seguem altos. Tomando isso em conta, no ano de 2015, surge o coletivo argentino *Ni Una Menos*, ou NUM, formado inicialmente por jornalistas e escritoras em um momento em que a Argentina também enfrentava a ocorrência quase diária de feminicídios. O que se viu foi um movimento de revitimização por parte da mídia e a inércia do Estado. A partir desse momento, com estratégias inovadoras e de impacto mobilizador massivo, o coletivo inicia suas ações com o intuito de denunciar, cobrar respostas e punições e, acima de tudo, impedir que mais mulheres percam a vida pela violência machista e misógina. Importa frisar que a Argentina possui um longo histórico de luta feminista e a memória é utilizada como um instrumento ativista para reivindicar justiça e evitar que o passado se repita. O *Ni Una Menos*, fazendo jus a esse histórico de luta, somado a estratégias de uso de redes sociais e a criação de laços transnacionais, evoca a politização do feminicídio não somente na Argentina, mas fora dela também, espalhando-se para toda a América Latina e outras latitudes. A partir disso, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise do coletivo, suas estratégias transnacionais de luta e mobilização, com foco principalmente no uso das redes sociais. Como aporte teórico, nos valem dos pressupostos do giro decolonial, em especial da “colonialidade de gênero” e as propostas das feministas decoloniais. Trata-se de pesquisa metodológica qualitativa, elaborada a partir de revisão bibliográfica a respeito do tema, análise discursiva de ações do coletivo, do espaço das redes sociais, de documentos disponíveis online, utilizando o aparato teórico e metodológico de diferentes correntes da análise do discurso (AD), além de realização de pesquisa de campo utilizando o método de observação-participante. As últimas décadas mostram que houve significativos avanços no combate à violência de gênero na América Latina. Contudo, a violência de gênero persiste, em todas as suas formas, e o *Ni Una Menos*, nos últimos nove anos, mostra a força feminista de mobilizar e disputar os espaços, apontando caminhos para o fim dessa violência.

Palavras-chave: *Ni Una Menos*. Redes Sociais. Transnacionalização. Feminicídio.

RESUMEN

América Latina es la región más letal del mundo para las mujeres, fuera de un entorno de guerra. Este es el panorama del feminicidio en la región. Aunque en la mayoría de los países de la región es un delito penal, las tasas siguen siendo altas. Con esto en mente, en 2015 surgió el colectivo argentino *Ni Una Menos*, NUM, formado inicialmente por periodistas y escritoras, en un momento en que Argentina también enfrentaba la ocurrencia casi diaria de feminicidios. Lo que se veía era un movimiento de revictimización por parte de los medios de comunicación y la inercia del Estado. A partir de ese momento, con estrategias innovadoras y un impacto movilizador masivo, el colectivo comenzó sus acciones con el objetivo de denunciar, exigir respuestas y sanciones y, sobre todo, evitar que más mujeres perdieran la vida a causa de la violencia machista y misógina. Es importante destacar que Argentina tiene una larga historia de lucha feminista y la memoria es utilizada como herramienta activista para exigir justicia y evitar que el pasado se repita. *Ni Una Menos*, a la altura de esta historia de lucha, sumada a estrategias de utilización de redes sociales y creación de lazos transnacionales, evoca la politización del feminicidio no sólo en Argentina, sino también fuera de ella, extendiéndose a toda Latinoamérica y otras latitudes. El objetivo de este trabajo es analizar el colectivo, sus estrategias transnacionales de lucha y movilización, centrándonos principalmente en el uso de las redes sociales. Como aporte teórico, nos basamos en los supuestos del giro decolonial, especialmente la "colonialidad de género" y las propuestas de las feministas decoloniales. Se trata de una investigación metodológica cualitativa, elaborada a partir de una revisión bibliográfica sobre el tema, análisis discursivo de acciones colectivas, del espacio de las redes sociales, de documentos disponibles en línea, utilizando el aparato teórico y metodológico de distintas líneas del análisis del discurso (AD), además de realizar una investigación de campo utilizando el método de observación participante. Las últimas décadas muestran que ha habido avances significativos en la lucha contra la violencia de género en América Latina. Sin embargo, la violencia de género persiste en todas sus formas, y *Ni Una Menos*, en los últimos ocho años, ha mostrado la fuerza feminista para movilizarse y disputar espacios, señalando caminos para acabar con esta violencia.

Palabras clave: Ni Una Menos. Redes sociales. Transnacionalización. Feminicidio.

ABSTRACT

Latin America is the most lethal region in the world for women, outside of a war environment. This is the panorama of femicide in the region. Although in most countries in the region it is a crime, the rates remain high. With this in mind, in 2015, the Argentine collective *Ni Una Menos*, or NUM, initially formed by journalists and writers, emerged at a time when Argentina was also facing the almost daily occurrence of femicides. What was seen was a movement of re-victimization by the media and the inertia of the State. From that moment on, with innovative strategies and a massive mobilizing impact, the collective began its actions in order to denounce, demand answers and punishments and, above all, prevent more women from losing their lives to sexist and misogynistic violence. It is important to note that Argentina has a long history of feminist struggle and memory is used as an activist tool to demand justice and prevent the past from repeating itself. *Ni Una Menos*, living up to this history of struggle, added to strategies of using social networks and the creation of transnational ties, evokes the politicization of femicide not only in Argentina, but also outside it, spreading to all of Latin America and other latitudes. From this, the objective of this work is to make an analysis of the collective, its transnational strategies of struggle and mobilization, focusing mainly on the use of social networks. As a theoretical contribution, we draw on the assumptions of the decolonial turn, especially "gender coloniality" and the proposals of decolonial feminists. This is a qualitative methodological research, elaborated from a bibliographic review on the subject, discursive analysis of collective actions, the space of social networks, documents available online, using the theoretical and methodological apparatus of discourse analysis different currents, in addition to conducting field research using the participant observation method. The last decades show that there have been significant advances in the fight against gender violence in Latin America. However, gender violence persists in all its forms, and *Ni Una Menos*, in the last eight years, shows the feminist strength to mobilize and dispute spaces, pointing out ways to end this violence.

Keywords: *Ni Una Menos*. Social networks. Transnationalization. Femicide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estela de Carlotto, <i>Abuela</i> da Praça de Maio em apoio à Marcha do NUM.....	26
Figura 2 - Laura Novoa, atriz argentina, em apoio à Marcha.....	27
Figura 3 - Malena Pichot, comedianta argentina, convoca para a primeira Marcha do <i>Ni Una Menos</i> em 2015.....	27
Figura 4 - Arte do cartunista argentino Ricardo Liniers em apoio ao <i>Ni Una Menos</i> em 2015.....	28
Figura 5 - Arte do ilustrador Niño Rodríguez em apoio ao <i>Ni Una Menos</i>	28
Figura 6 - Movimento Ele Não em 2018	47
Figura 7 - Jovens feministas comemorando a aprovação da Lei do Aborto.....	52
Figura 8 - Assembleia 3J 2021.....	59
Figura 9 - Tuíte de integrante do <i>Ni Una Menos</i> que deu início às primeiras ações do Coletivo.....	88
Figura 10 - Primeira <i>hashtag</i>	89
Figura 11 - Sugestão <i>Ni Una Menos</i>	90
Figura 12 - Controvérsia em relação ao nome.....	90
Figura 13 - Explicação do nome.....	91
Figura 14 - Primeiro tuíte com a <i>hashtag</i> #NiUnaMenos.....	91
Figura 15 - Matéria <i>La Nación</i>	92
Figura 16 - Matéria <i>Diario Clarín</i>	92
Figura 17 - Matéria <i>Página 12</i>	93
Figura 18 - Mauricio Macri.....	95
Figura 19 - Aníbal Fernández.....	95
Figura 20 - Capa da revista argentina <i>Noticias</i>	98
Figura 21 - Reação a capa da revista <i>Noticias</i>	99
Figura 22 - Reação a capa da revista <i>Noticias</i>	99
Figura 23 - Perfil <i>Ni Una Menos</i> Chile.....	101
Figura 24 - Perfil <i>Ni Una Menos</i> Perú.....	102
Figura 25 - Perfil <i>Ni Una Menos</i> UK.....	102
Figura 26 - Perfil <i>Ni Una Menos</i> Paraguai.....	103

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Bandeira Assembleia Feminista Villa 31	66
Fotografia 2 - Nina Brugo, militante	67
Fotografia 3 - Bandeira Whipala.....	67
Fotografia 4 - Assembleia com as trabalhadoras sexuais na Plaza Constitución.....	69
Fotografia 5 - Trabalhadoras sexuais.....	70
Fotografia 6 - Manifestação familiares de vítimas de feminicídio na Plaza de Mayo.....	72
Fotografia 7 - Bandeira NUM Marcha 3J na Plaza Congreso	72
Fotografia 8 - Bandeira Marcha 3J Plaza Congreso	73
Fotografia 9 - Talleres Batuka	74
Fotografia 10 - Marcha 3J Plaza Congreso	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADP	Análise do Discurso Pecheutiana
Cedes	Centro de Estudos de Estado e Sociedade
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CCOO	Comunicaciones Oficiales
FPV	Frente para a Vitória
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NUM	Ni Una Menos
ONGS	Organizações Não Governamentais
PRO	Proposta Republicana
PTS	Partido dos trabalhadores Socialistas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. NI UNA MENOS: A POLITIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO.....	20
2.1. Um histórico do feminismo na Argentina e o surgimento do Ni Una Menos.....	20
2.2. O início do Ni Una Menos.....	24
2.3. As batalhas pela memória: as experiências subjetivas versus a memória coletiva.....	31
2.4. Subverter o público e o privado: feminicídio como questão de Estado.....	34
3. ESTRATÉGIAS TRANSNACIONAIS: REDES DE SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANAS.....	41
3.1. Integração: aspectos transnacionais e articulações na América Latina.....	41
3.2. Experiência argentina na Campanha Nacional pela Legalização do Aborto.....	48
3.3. Assembleia Latino-Americana Feminista 3J: mapeamento através de consignas.....	54
4. ASSEMBLEIAS 3J E MARCHA NI UNA MENOS 2023.....	64
5. HASHTAGTIVISMO: DE COLETIVO A MOVIMENTO TRANSNACIONAL NAS REDES SOCIAIS.....	83
5.1. A dimensão discursiva do ativismo online.....	83
5.2. Ativismo em rede: entrelaçamentos do online e offline.....	97
Aquelarre.....	100
5.2.3. O ativismo nas redes sociais em tempos de algoritmos e inteligência artificial.....	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109

1. INTRODUÇÃO

A história da América Latina é forjada na colonização e na “colonialidade”, como nos lembra Aníbal Quijano (2005). Para este autor, a colonialidade do poder é parte estruturante da região e, como acrescentou Maria Lugones (2008), a “colonialidade de gênero” também o é. A violência de gênero em todas as suas formas – simbólica, institucional, psicológica, patrimonial, física, sexual e, em seu nível mais extremo, a violência que mata, cujo crime foi nomeado *feminicídio* – é, tristemente, também parte constituinte e questão contemporânea na América Latina. Em 2018, a ONU Mulheres definiu a América Latina como sendo o local mais perigoso do mundo para ser uma mulher, fora de uma zona de guerra (Centenera, 2018).

O termo *feminicídio* e sua tipificação como crime não surgiram inicialmente na América Latina, uma vez que a violência de gênero ocorre mundialmente. O termo foi introduzido por Diana Russel em 1976, quando a mesma testemunhou sobre os crimes misóginos e letais no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em Bruxelas. Entretanto, somente duas décadas depois, nos anos 1990, é que, juntamente à Jane Caputi, Russel o definiu como “o assassinato misógeno de mulheres por homens” e, por fim, conceitualizou o feminicídio como “el asesinato de mujeres por hombres porque son mujeres”, ou seja, como crimes de ódio em razão de gênero (Pineda, 2021, p. 12).

A tradução do termo e posteriormente sua tipificação como crime na América Latina se deu a partir do México, após iniciativa de Marcela Lagarde que, em um primeiro momento, traduziu o termo então cunhado por Diana Russel em inglês como “femicide” para o espanhol como “feminicídio”, argumentando que “en castellano femicidio es una voz homóloga a homicidio y sólo significa homicidio de mujeres” (Pineda, 2021, p. 12). Lagarde popularizou o termo ao utilizá-lo para se referir ao assassinato sistemático de meninas e mulheres em Ciudad Juárez e Ciudad Guatemala em 2008 (Romio, 2021). Cabe pontuar que há divergências entre as autoras a respeito da tradução do termo, como sendo femicídio ou feminicídio. Pelo fato desta pesquisa se desenvolver em português, usaremos o termo “feminicídio”, que é a tradução em português do termo “femicide”¹.

Formalmente o *Modelo del Protocolo Latinoamericano de Investigación de las Muertes Violentas de Mujeres por Razones de Género* (Feminicídio/Femicídio) adota ambos os termos e os define como: “la muerte violenta de mujeres por razones de género, ya sea que

¹ Em inglês tanto “femicide” quanto “feminicide” podem ser utilizados (CEPAL, 2020).

tenga lugar dentro de la familia, unidad doméstica o en cualquier otra relación interpersonal, en la comunidad, por parte de cualquier persona, o que sea perpetrada o tolerada por el Estado y sus agentes, por acción u omisión. ” (Pineda, 2021, p. 12).

De acordo com Esther Pineda (2021, p. 14), especificamente na América Latina, o feminicídio chega a altos índices e goza de aceitação e permissividade social e institucional, ao passo que também é naturalizado e justificado pela população, pela justiça e pelos meios de comunicação. Isso faz com que seja um problema que, indiscutivelmente, é uma das principais ameaças à igualdade na atualidade e ameaça o futuro da região. Além disso, a autora ressalta que este crime, na América Latina, tem por característica a sua forma sistemática, repetida, cruel e sexualizada.

De acordo com dados recentes apresentados pelo Observatório de Igualdade de Gênero do organismo regional das Nações Unidas em Relatório intitulado *La pandemia en la sombra: femicidios o feminicidios ocurridos en 2020 en América Latina y el Caribe*, ao menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020 na região, apesar da maior visibilidade e condenação social do crime de feminicídio (CEPAL, 2021). Com a pandemia da Covid-19, houve um apagão de dados, contudo, mapeamentos feitos principalmente por Organizações Não Governamentais (ONGs) e observatórios registraram um aumento considerável de feminicídios em toda a América Latina e Caribe em razão do isolamento social, dentre outras causas decorrentes do momento de emergência sanitária (Saraiva, 2021).

O elevado número de feminicídios, de maneira geral na América Latina, vai ao encontro de Pineda (2021) quando afirma: “las cifras muestran que, el femicidio/feminicidio aumenta significativamente cada año en la mayoría de los países que la han tipificado” (Pineda, 2021, p. 19). Entretanto, uma hipótese para esse aumento pode se dar em razão da possibilidade de mapear o crime e, desta forma, obter dados confiáveis após a sua tipificação. Dos países abordados nesta pesquisa, o México foi o primeiro a tipificar o crime de feminicídio, em 2007, seguido do Chile em 2010 e Argentina em 2012, e por fim o Brasil em 2015 (Pineda, 2021).

Este giro conceitual do que antes era tratado como “violência doméstica” ou “crimes passionais” para o “crime de feminicídio” na América Latina foi importante para que se passasse a definir a violência de gênero como um assunto de Estado. Nesse sentido, tratar estas questões em sua dimensão mais ampla, como um fenômeno público – e regional – foi um passo crucial (Fuentes, 2019, p. 231).

Feito este panorama geral do feminicídio na América Latina, o presente trabalho se propõe a investigar a atuação do coletivo *Ni Una Menos* na Argentina. A escolha investigativa por esse coletivo se deu por algumas razões: suas estratégias de politização do feminicídio, suas formas de comunicação nas redes sociais e nas ruas, que levaram a marchas massivas na Argentina e em outros países a partir do ano de 2015, e seu caráter transnacional, com a criação e o fortalecimento de redes de solidariedade internacionais e especialmente latino-americanas, promovendo uma integração regional via movimentos feministas.

Além disso, o presente trabalho espera contribuir com os debates feministas contemporâneos e ampliar ainda mais o conhecimento acerca do *Ni Una Menos*, que impulsionou um novo momento do feminismo latino-americano e se tornou referência de comunicação política e social na região e no mundo, a partir de epistemologias diversas que pretendem dar conta de um fenômeno que é multifacetado.

Na presente pesquisa, a Análise do Discurso (AD) é utilizada como aparato metodológico e teórico. Conforme postula Maria Gregolin (1995), o discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semionarrativas. Através da Análise do Discurso é possível realizar uma análise interna e questionar: o que este texto diz?, como ele diz?, e externamente: por que este texto diz o que ele diz?

Ainda, na AD, é preciso levar em consideração o fato de que não há um método propriamente dito, já que ele pode ir se construindo. Além disso, é preciso levar em conta o funcionamento discursivo. É importante ressaltar que, para a AD, de acordo com Eni Orlandi (1996, p. 211), “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico. E aí que entra toda questão da interpretação”.

Logo, é preciso levar em consideração os dados enquanto construído: há sempre uma construção, para a/o analista é fundamental compreender o deslocamento, uma vez que a interpretação leva em conta a questão da exterioridade.

Orlandi percebe a análise como um gesto de interpretação. Nesse sentido, o objeto da AD são os gestos de interpretação que vão construindo a discursividade. O interesse não se volta para a comunicação, mas para o gesto de interpretação, ou seja, como o que está sendo comunicado é interpretado. A noção discursiva de ideologia consiste na interpelação do sujeito: na Análise do Discurso, o sujeito só existe porque faz sentido, a partir do exterior, pois há uma memória discursiva que o constitui. Isso fica patente no caso do movimento aqui

estudado e de todos os temas que nele se interconectam, como o feminismo, o papel das mulheres no imaginário social e a legislação sobre aborto ou feminicídio.

Neste exercício de construção metodológica e teórica, pretendendo analisar o *Ni Una Menos* a partir de seus elementos constitutivos, suas ações enquanto coletivo e, a partir delas, a produção de sentidos, estabelecendo diálogos com diferentes correntes da análise do discurso.

Ainda a respeito da metodologia, na breve experiência de pesquisa de campo em Buenos Aires, na qual tive a oportunidade de participar de duas Assembleias Feministas e da Marcha do *Ni Una Menos*, foi utilizada a técnica de observação participante visando captar as dinâmicas sociais e políticas presentes nas interações em que estive presente.

A observação participante permite um contato pessoal da pesquisadora com o objeto de investigação e também compreender o significado atribuído à realidade e às ações (Ludke, 1986). Devido à limitação de tempo, atuei enquanto observadora-como-participante, técnica na qual, de acordo com Gold (1958, p. 221) o tempo de contato com o grupo é pontual, curto e superficial e, portanto, possui limitações.

Para tanto, o coletivo será analisado em três momentos: (i) a sua formação, a partir de um histórico da questão da violência de gênero e dos feminicídios na Argentina, e o que levou ao surgimento do coletivo e suas ações. Também será feita uma abordagem a respeito das mobilizações a partir da memória e como o coletivo utilizou deste instrumento para reivindicar os espaços públicos e denunciar os feminicídios a partir de tais espaços, criando assim uma memória pública a respeito da violência de gênero no país.

Após isso, em um segundo momento (ii), parte-se para o aspecto transnacional do coletivo, investigando como se dá essa atuação em rede com outros coletivos de outros países da América Latina, como foi a atuação do NUM durante a pandemia da Covid-19, assim como ações que culminaram nas Marchas *Ni Una Menos*, que tiveram início no ano de 2015 e ocorrem até o presente. Tem-se como foco a Marcha de 3 de junho de 2023, na qual foi possível realizar pesquisa de campo a partir da observação participante.

Por fim, em um terceiro momento (iii), pretende-se uma análise da atuação do *Ni Una Menos* nas redes sociais, com foco na atuação do coletivo na rede social Twitter e as mobilizações em torno da consigna #Niunamenos. As redes sociais possuem um importante papel na forma de atuação do coletivo e trazem um aspecto inovador de mobilizar a partir de *hashtags*, permitindo ações pontuais, descentralizadas, horizontais, transnacionais e, ao mesmo tempo, com poder de fazer denúncias mais amplas, como ao próprio sistema patriarcal

em que estamos inseridas/os. Além disso, irá debater acerca das disputas no espaço das redes sociais, como as novas tecnologias de controle de usuários podem impactar nas estratégias e mobilizações nas redes sociais.

Por fim, ressalto que este trabalho parte de um lugar de enunciação dos estudos decoloniais e do feminismo decolonial, uma vez que para o desenvolvimento desta pesquisa levou-se em consideração aportes teóricos dos estudos decoloniais, especialmente do conceito de colonialidade do saber, formulado por Quijano (2005), o qual postula que o legado epistemológico eurocêntrico nos impede de perceber o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e dos conhecimentos e saberes que lhe são próprios. Já o feminismo decolonial, pensado principalmente a partir do que desenvolve Maria Lugones (2008) a respeito da colonialidade de gênero, seguido por Rita Segato (2016), que aprofunda as interações entre colonialidade de gênero e patriarcado, é também *lócus* enunciativo deste trabalho, e refletiu-se nas escolhas de teóricas e teóricos aqui apresentados, uma vez que se priorizou o conhecimento produzido a partir do Sul global, em especial da América Latina.

2. NI UNA MENOS: A POLITIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO

O presente capítulo tem por objetivo contextualizar o surgimento do coletivo *Ni Una Menos*² (doravante, nesta pesquisa, NUM), retomando a história do movimento feminista na Argentina, que vem de um longo processo de lutas e conquistas, com destaque ao papel central da luta das Mães e Avós da Praça de Maio, que permanecem e estão ao lado da luta das mulheres argentinas no tempo presente.

Além disso, este capítulo aborda o momento que o país vivia em relação à violência de gênero e alguns importantes avanços em termos institucionais que, contudo, não se mostraram eficientes, uma vez que os casos de feminicídio se tornaram uma realidade diária no ano de surgimento do NUM. Nesse sentido, apresenta as primeiras ações do coletivo que tiveram um impulso através das redes sociais até chegar às ruas da capital da Argentina para, então, se espalhar por outras cidades, atingindo outras partes do continente e do mundo.

Por fim, o capítulo versa a respeito de um importante aspecto do empenho na defesa pelos direitos humanos na Argentina e que foi utilizado pelo coletivo como estratégia de luta: a questão da memória (especialmente a memória coletiva) e as mobilizações a partir dela.

2.1. Um histórico do feminismo na Argentina e o surgimento do *Ni Una Menos*

O movimento feminista argentino encontra-se cada vez mais em evidência. O NUM se tornou referência para as mulheres da América Latina. Entretanto, para a força do coletivo e da luta das mulheres de forma mais ampla no país, no momento presente, faz-se necessário voltar os olhos para o passado.

A história da Argentina como Nação conta com o papel ativo da luta feminista. De acordo com Lucy Delap (2022, p. 16), no ano de 1905 foi fundado um Centro Feminista em Buenos Aires. No mesmo ano, o país sediou o I Congresso Internacional Feminino, com o lema “Deixem-nos trabalhar!”. Naquele período, os movimentos feministas latino-americanos reivindicavam direitos sociais e a proteção das mulheres pelo Estado. Ainda, na cidade de La

² A expressão *Ni Una Menos* remonta à consigna criada pela poeta mexicana Susana Chávez, “Ni una mujer menos, ni una muerta más”, que depois se converteu em símbolo da luta contra os feminicídios ocorridos em Ciudad Juárez, no México. Susana foi vítima de feminicídio em 2011 – crime até hoje não reconhecido como tal pelo Estado – e não pôde ver sua consigna se transformar em um símbolo de luta na América Latina e no mundo (ARENAS, 2022).

Plata foi publicada a revista *La Mujer* (Delap, 2022, p. 17). Além disso, em um passado mais recente, há a luta das Mães e Avós da Praça de Maio, que são a maior representação da força motora da luta das mulheres na Argentina e na luta pelos direitos humanos.

A última ditadura cívico-militar argentina se deu no período entre os anos de 1976 e 1983. Nesse contexto, surgiu a associação de mães cujos filhos e filhas desapareceram durante o regime militar. No dia 30 de abril de 1977, 14 mulheres se reuniram em Buenos Aires para pedir uma audiência com o então presidente General Jorge Rafael Videla. O motivo da solicitação era suplicar por informações sobre seus e suas filhos e filhas desaparecidos. As líderes desse grupo de mulheres, Esther Ballestrino de Careaga, Maria Ponce de Bianco e Azucena Vilafior De Vicentini, foram, da mesma forma que seus filhos e filhas, sequestradas e desaparecidas. Esse dia marca o início do Movimento das Mães da Praça de Maio, ou *Madres de Mayo* (Parzianello; Parzianello, 2018, p. 7).

O movimento leva esse nome em razão do local escolhido para suas reuniões, a Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, sede do Governo Argentino. A luta destas mulheres foi central contra a ditadura e pela memória e pela vida dos 30 mil desaparecidos e desaparecidas políticos, e também por exigirem a punição dos militares e civis responsáveis pelos crimes cometidos durante o período ditatorial (Aguiar; Rojas, 2020, p. 179).

A primeira decisão do movimento, em termos políticos, foi a de que seriam as mulheres que estariam à frente da luta, uma escolha que se deu especialmente por estratégia, pois consideraram que, em um contexto de repressão violenta, com elas estando à frente, seriam evitados enfrentamentos mais duros. Vale destacar que a ditadura não permitia reuniões públicas que contassem com mais de três pessoas paradas em um mesmo lugar. Se isso ocorria, a polícia cercava e exigia que as pessoas circulassem. Diante disso, estas mulheres decidiram realizar suas manifestações em movimento, contornando a Pirâmide de Maio, em círculo, todas as quintas-feiras (Aguiar; Rojas, 2020, p. 179).

Como forma de se identificarem, inicialmente passaram a circular com as fraldas³ dos seus filhos e filhas amarradas na cabeça. Depois, as fraldas foram substituídas por lenços brancos, cor que remete à ausência, ao vazio, à incerteza e à falta de informações, marcando também a passagem do tempo do desaparecimento dos filhos e filhas ainda na juventude (Paula, 2014, p. 7).

Assim, a dor, transformada em luta, de mulheres argentinas pela esperança de rever seus e suas filhos e filhas levados, torturados ou mortos pela ditadura segue até hoje.

³ As fraldas e depois os lenços brancos amarrados na cabeça foram escolhidos pelas Mães da Praça por se tratar de objetos que simbolizavam o elo entre elas e seus filhos e suas filhas (Paula, 2014, p. 7).

Acompanhada da pergunta “¿Quién te falta?”, a missão por verdade, memória, justiça e pela vida se juntava a contextos diferentes ao longo dos anos, mas ainda assim muito semelhantes (Parzianello; Parzianello, 2018, p. 8).

Em paralelo ao movimento das Mães da Praça de Maio, surgia uma outra organização de direitos humanos, denominada Avós da Praça de Maio, cujo objetivo é encontrar seus e suas netos e netas, filhos e filhas de desaparecidos políticos. Um dos episódios mais tristes desse período foi o sequestro de bebês pelos militares. As mães, presas políticas, eram mortas após darem à luz. Cerca de 500 bebês, segundo estimativas de Sylvia Colombo (2019), foram entregues para adoção por familiares dos próprios militares ou para pessoas que eram consideradas de sua confiança (Aguiar; Rojas, 2020, p. 179).

Ainda de acordo com Aguiar e Rojas (2020), a lista de crianças disponíveis para adoção era repassada também pela Igreja Católica, a mesma Igreja que enviava padres para os centros clandestinos para benzerem os instrumentos utilizados nas torturas. O envolvimento dessa instituição na adoção das crianças estava no argumento utilizado tanto pelos religiosos como pelos militares de que: “os pais podem ser culpados, marxistas incuráveis, mas toda criança é inocente, pelo que é possível salvá-la educando-a numa família ocidental e cristã” (Aguiar; Rojas, 2020, p. 180).

Graças à pressão popular, o ex-presidente Carlos Menem, em 1992, criou a Comissão Nacional para o Direito à Identidade, que trabalha em conjunto ao Banco Nacional de Dados Genéticos, ferramenta utilizada para a busca das crianças sequestradas pelo regime militar (Parzianello; Parzianello, 2018, p. 8). Em julho de 2023 as Avós da Praça de Maio anunciaram que encontraram o neto 133 (Página 12, 2023)

A luta das Mães e Avós da Praça de Maio é permanente. Ainda que faça alusão a um passado, ao mesmo tempo nos ajuda a entender uma parte da história de luta das mulheres argentinas, que atravessa o tempo e se mostra promissora, urgente e necessária. Pañuelos brancos unem-se às lutas atuais, aos pañuelos verdes, com pessoas mais jovens do que as mães e avós da Praça de Maio, na luta pela vida das mulheres, pelo aborto legal, seguro e gratuito, e convida a sociedade a seguir resistindo, para que não haja esquecimento e sim justiça. E nunca mais nenhuma a menos. (Parzianello; Parzianello, 2018).

Assim, o coletivo NUM, ao colocar a violência baseada em gênero como uma questão de direitos humanos, amplia o legado do movimento das Mães e Avós da Praça de Maio. O slogan *Ni una menos* ressoa com o das Mães e Avós: *Aparición con vida*. Ambos, em

contextos diferentes e ainda assim passíveis de semelhanças, transcendem a função da comunicação e de táticas performativas (Fuentes, 2019).

Honrando o legado da luta das mulheres que as antecederam pelos direitos humanos, o NUM surge em um contexto de ataque à vida das mulheres, com altos índices de violência de gênero na Argentina e toda América Latina. De acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal, e informações do Registro Nacional de Femicídios de la Justicia Argentina, compilados por Pineda (2021), em 2014, ano que antecedeu o início das atividades do coletivo, 225 mulheres foram vítimas de feminicídio no país, uma taxa de uma a cada 100 mil mulheres (BBC Brasil, 2016).

Vale ressaltar que o crime de assassinato de uma mulher pelo fato de ser mulher foi tipificado na Argentina em dezembro de 2012, momento em que o Congresso Nacional sancionou a Lei 26.791⁴, modificando o Código Penal para incluir o feminicídio como agravante do crime de homicídio. No ano de 2014, a Suprema Corte do país solicitou à Oficina de la Mujer a elaboração do primeiro Registro Nacional de Femicídios de la Justicia Argentina, com o intuito de garantir informações precisas, confiáveis e públicas sobre essa questão. Além disso, em 2016 surgiu o Observatório de Femicídios:

El Observatorio de seguimiento de causas de Femicidios de la Justicia Argentina es uno de los proyectos que desarrolla la Oficina de la Mujer de la Corte Suprema de Justicia de la Nación con el objetivo de aportar información relevante para el diseño de políticas públicas en materia de violencia de género. Los informes presentan un relevamiento de las respuestas que el sistema de justicia dió a las causas judiciales en las que se investigaban muertes violentas de mujeres cis, mujeres trans y travestis por razones de género. Se analiza la evolución de los estados de las causas y de las situaciones procesales de los sujetos activos señalados como presuntos autores de los femicidios. Esta tarea se fundamenta en las obligaciones internacionales asumidas por el Estado y a nivel local en el artículo 37 de la N° 26.485. De protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que se desarrollen sus relaciones interpersonales (Oficina de la Mujer, 2016).

Mesmo nesse contexto institucional aparentemente atento à violência de gênero, o feminicídio seguia uma constante no país, fazendo com que ser mulher na Argentina fosse um risco cada vez maior. E é neste período que começam as primeiras atividades do NUM.

⁴ “Modificó el Código Penal incorporando como agravante la circunstancia de que el delito de homicidio, no solo para el caso de cónyuge o ex cónyuge sino también contra la persona con quien mantiene o ha mantenido una relación de pareja, mediare o no convivencia. Asimismo, por odio, de género o a la orientación sexual, identidad de género o su expresión. Del mismo modo, cuando el hecho sea cometido por un hombre y mediare violencia de género, incorporando así la figura del femicidio y del femicidio vinculado, aunque sin nombrarlo” (ARGENTINA, 2012).

2.2. O início do *Ni Una Menos*

O NUM é um coletivo argentino fundado em 2015 por mulheres jornalistas, artistas e ativistas, com o intuito de promover encontros de maratonas de leituras, projeções e performances, denunciando os casos de feminicídios em diversos pontos da cidade de Buenos Aires. O repertório de pautas do coletivo é extenso, da despenalização do aborto à exploração do patriarcado e denúncias das violências institucionais. Importa ressaltar que todas essas pautas são tratadas em manifestos, matérias jornalísticas, assembleias abertas, comícios, greves, campanhas nas redes sociais e performances em ambientes públicos (Fuentes, 2019).

O NUM compõe parte fundamental das revoluções que surgiram no Sul Global, revoluções essas que vinham se desenhando há décadas e que foram impulsionadas no momento presente graças ao acúmulo de organizações sociais, coletivos artísticos e diferentes modalidades de intervenções. O coletivo não é o ponto inicial, contudo foi catalisador importante de uma mobilização social que, a partir de uma agenda e de posicionamentos heterogêneos, chama a atenção para vidas ameaçadas por um sistema capitalista patriarcal (Fuentes, 2019, p. 228).

Em sua primeira ação, que se deu em março de 2015, o coletivo viu a necessidade de responder de alguma forma à proliferação de feminicídios e à sua midiaticização. Uma vez que naquele momento a maioria de suas integrantes eram jornalistas e escritoras, logo denunciaram a cobertura midiática dos feminicídios como sendo uma violência simbólica que por si mesma reafirmava a vitimização e o disciplinamento (Fuentes, 2019, p. 232).

Em 18 de março de 2015, após ser encontrado o corpo de Diana García, de 19 anos, vítima de feminicídio, surgiu a proposta, via Facebook, de criar uma “maratona de leitura”. Ao pensar em um nome para a convocatória, Vanina Escales sugeriu a frase *Ni Una Menos*. Este título buscava capturar visualmente a necessidade, que era urgente, de responder aos assassinatos de mulheres que aconteciam quase diariamente. O evento aconteceu na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, no dia 26 de março de 2015, marcando o início das atividades do coletivo (Fuentes, 2019, p. 233-234).

A respeito da frase que deu nome ao coletivo, Marcela Fuentes (2019) afirma que a mesma traça um limite de que não será tolerada nenhuma morte mais, ao passo que nega a operação de subtração de vidas, enunciando “aún estamos todas” através da memorialização e ressignificação das vidas das vítimas. Além disso, para explicar o uso de “Ni Una Menos” ao

invés de “Ni Una Más”, Agustina Paz Frontera, integrante fundadora do NUM, afirma: “no queremos ni una mujer menos, queremos ser todas las que somos” e segue:

Ni una menos habla de un conjunto deforme, heterogéneo, incluyente, paradójico, de todas las mujeres que somos, que estamos; habla de un deseo colectivo y potencia el grupo largo que somos. “Ni una menos” es tan elíptico que detrás está el mundo (Frontera, 2015).

Dessa forma, Frontera mostra como o nome *Ni Una Menos* importa não somente em uma preocupação de evitar que se percam mais vidas no sentido material, mas também na consideração de identidades autodefinidas e dissidências - aqui inclui-se a comunidade LGBTQIA+ e minorias sociais de modo geral - que não podem ficar de fora dessas reivindicações.

Assim, o “una” se refere tanto ao valor de cada vida, como também ao valor do conjunto, plural, dinâmico e aberto, que deve ser incluído nessa luta (Fuentes, 2019, p. 236). Além disso, de um ponto de vista discursivo, pode-se pensar que tendo em vista o resultado do crime de feminicídio, qual seja, a morte, o “ni una MÁS” supõe falar da morte, pois dá ênfase à contagem de mais uma vítima, ao passo que o “ni una MENOS” supõe falar da vida, quando enfatiza o menos, uma vítima a menos, uma vida preservada.

O caso que impulsionou a primeira Marcha do NUM foi o de Chiara Páez, uma jovem de 14 anos que estava grávida e foi assassinada por seu então namorado, Manuel Mansilla. O corpo foi encontrado, em 10 de maio de 2015, no pátio da casa de seu então companheiro, onde viviam também os avós e a mãe de Mansilla. O brutal assassinato ganhou repercussão nacional e dois anos após o crime, em 8 de setembro de 2017, o assassino foi condenado a 21 anos de prisão pelo crime de feminicídio. O caso teve um novo capítulo, no dia 27 de dezembro de 2021, quando o crime chegou à Corte Provincial, onde os juízes ordenaram a revisão da pena de acordo com o direito penal do adolescente. Assim, a pena seria menor, entre dez a 15 anos pelo crime de feminicídio (Página 12, 2022).

Após este feminicídio, o que se seguiu foi uma grande onda de revolta por toda a Argentina. Nesse momento, iniciaram-se as mobilizações para a Marcha de 3 de junho de 2015, e enquanto se discutia a possibilidade de dispositivos estéticos e comunicacionais para que a marcha fosse mais contundente, ao relembrar a maratona de leitura, algumas jornalistas sugeriram seguir utilizando a consigna *Ni una menos*. A partir daí, as organizadoras intensificaram o uso das redes sociais para incitar ações a fim de conseguirem solucionar questões imediatas e de longo prazo (Fuentes, 2019, p. 239).

Logo em seguida da convocação para a primeira Marcha em 2015, em 12 de maio, os principais jornais argentinos coletaram rapidamente números e depoimentos da organização La Casa del Encuentro, uma entidade civil em defesa das mulheres que, diante da falta de números oficiais, mantinha estatísticas dos feminicídios cometidos nos últimos anos: 1.808 mulheres assassinadas por questões de gênero desde 2008. O relatório anual revelava que, somente em 2014, 277 mulheres haviam sido assassinadas e, na maioria dos casos, tanto as vítimas quanto os agressores eram adolescentes. A cada 30 horas, uma mulher era assassinada na Argentina pelo simples fato de ser mulher (Annunziata et al., 2016, p. 5).

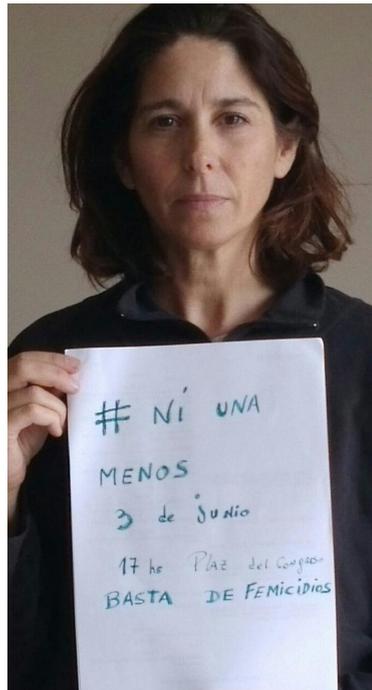
Exemplo de soluções para algumas destas questões foi a campanha de *selfies* intitulada *De la foto a la firma*, em que se pediu a personalidades e funcionárias públicas que manifestassem seu apoio. Como parte da campanha, também foi solicitado a representantes políticos que assinassem um acordo que reunia cinco pontos nos quais os mesmos se comprometeram a garantir recursos necessários para pôr fim à violência de gênero. Por meio desse movimento, o coletivo posicionou o tema da violência machista na agenda política, de forma estratégica, uma vez que se tratava de um ano de eleições (Fuentes, 2019, p. 240).

Figura 1 - Estela de Carlotto, *Abuela* da Praça de Maio, em apoio à Marcha do NUM



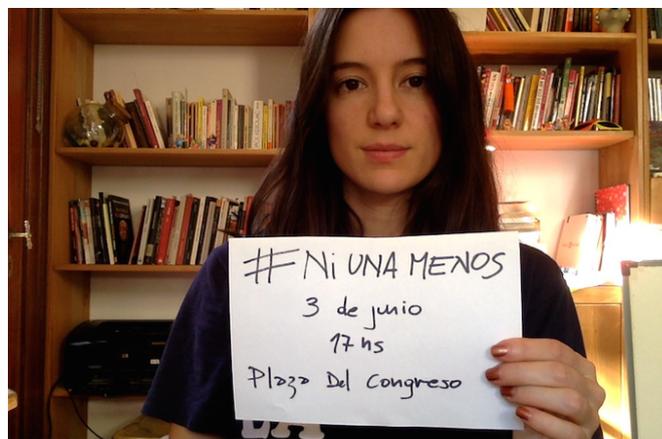
Fonte: Twitter

Figura 2 - Laura Novoa, atriz argentina, em apoio à Marcha do NUM



Fonte: Twitter

Figura 3 - Malena Pichot, comediante argentina, convoca para a primeira Marcha do NUM em 2015



Fonte: Twitter

A *hashtag* #NiUnaMenos foi lançada na rede social Twitter pela jornalista Marcela Ojeda e, assim, foram se somando mais pessoas ao movimento que ganhou corpo e voz, explodindo na primeira manifestação do *Ni Una Menos* convocada para o dia 3 de junho de 2015, em frente à Praça do Congresso argentino, contando com mais de 150 mil pessoas (Copes, 2016). Ali se deu início a uma mobilização que segue até o presente momento, com importantes conquistas e desafios dentro de um complexo panorama sociopolítico. O uso da *hashtag* será mais aprofundado ao longo do trabalho.

Figura 4 - Arte do cartunista argentino Ricardo Liniers em apoio ao *Ni Una Menos* em 2015



Fonte: Twitter

Figura 5 - Arte do ilustrador Niño Rodríguez em apoio ao *Ni Una Menos*



Fonte: Twitter

Além disso, ocorreram diversas manifestações simultaneamente em mais de 200 lugares da Argentina e pelo mundo (Gabardo; Lopes, 2018, p. 45). As Marchas do NUM se espalharam pelos países da América Latina ainda em 2015, como foi o caso do Chile, e se reproduziram nos anos seguintes também no México, Brasil, Uruguai e Peru, em uma rede transnacional de solidariedade e ativismo contra o feminicídio.

O NUM possui algumas particularidades. Uma delas ficou evidente na convocatória para a primeira marcha, pois o coletivo conseguiu romper as limitações que em geral têm os eventos que reivindicam os direitos das mulheres, nos quais geralmente participam somente organizações feministas. A convocatória transformou-se rapidamente em algo massivo, alcançando pessoas de todas as idades e trajetórias políticas. De acordo com o primeiro Estudo de Opinião Pública “Marcha Ni Una Menos”, realizado pelo Centro de Opinião Pública e Estudos Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA), em 2015, 88% das mulheres que participaram da Marcha disseram não estar identificadas com a militância (Copes, 2016, p. 03).

Além disso, o coletivo propõe uma agenda pública social, estatal, jurídica e midiática pelo fim dos termos tradicionalmente utilizados quando se trata de morte de mulheres, como “homicídio agravado por vínculo” e “violência doméstica”. Reivindica igualmente que seja utilizado em todos esses casos o termo correto, isto é, “feminicídio” que, inclusive, cristalizou-se em um tipo penal: o homicídio qualificado por feminicídio (Iribarren Martínez; Machado Terreno; Manzotti; Pérez, 2018, p. 128).

Em termos das demandas das marchas, merece destaque o documento elaborado para a primeira delas, em que são enunciadas as exigências feitas ao Estado, uma vez que o coletivo denuncia a ausência do mesmo na promoção de políticas de gênero que protejam os direitos das mulheres, assim como sua omissão frente aos inúmeros casos de feminicídio ocorridos nos últimos anos na Argentina. Algumas das demandas do documento elaborado foram as seguintes:

Pedimos, entonces, una serie de puntos ineludibles para recorrer el camino hacia Ni una menos:

1. Instrumentación en su totalidad y con la asignación de presupuesto acorde de la LEY N° 26.485 “Ley de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales”. Puesta en marcha del Plan Nacional que allí se establece.
2. Recopilación y publicación de estadísticas oficiales sobre violencia hacia las mujeres incluyendo los índices de femicidios.

3. Apertura y funcionamiento pleno de Oficinas de Violencia Doméstica de la Corte Suprema de Justicia en todas las provincias, con el objeto de agilizar las medidas cautelares de protección. Federalización de la línea 137.
4. Garantías para la protección de las víctimas de violencia. Implementación del monitoreo electrónico de los victimarios para asegurar que no violen las restricciones de acercamiento que impone la Justicia.
5. Garantías para el acceso de las víctimas a la Justicia. Atención de personal capacitado para recibir las denuncias en cada fiscalía y cada comisaría. Vinculación de las causas de los fueros civil y penal. Patrocinio jurídico gratuito para las víctimas durante todo el proceso judicial (Ni Una Menos, 2015).

Ademais, no documento “Carta Orgânica”, o coletivo expõe seus lemas e objetivos, isto é, apresenta-se como um coletivo feminista e um movimento social, plural, heterogêneo, que permeia as bases das desigualdades e pretende transformá-las. Para tanto, indica as frentes nas quais o coletivo atua, que serão apontadas a seguir.

A primeira delas é o combate à violência de gênero e todas as dimensões onde ela atua. A violência que mata, a que se expressa na desigualdade salarial, o trabalho de cuidado não reconhecido e não remunerado – realidade que mudou recentemente, permitindo que mulheres que exercem o cuidado tenham esse tempo de trabalho reconhecido para que possam se aposentar⁵ – e o desemprego de mulheres, lésbicas, transexuais e travestis (Ni Una Menos, 2017, p. 2).

Outra frente na qual o coletivo atua é o que denominam de “Amistad política: inteligencia colectiva”. Esta frente tem o propósito de criar novos modos de vida, sustentados no cuidado, no respeito à pluralidade, o que implica, dentre outras coisas, em respeitar aquelas que se definem como trabalhadoras sexuais. O dever, afirmam, é o de construir instâncias organizativas em que cada voz seja ouvida e que cada corpo conte.

O coletivo também reafirma o seu fazer político, uma vez que surgiu com o objetivo de transformar a dor em potência, por isso enunciam: “*vivas nos queremos*”, ao passo que reiteram que não possuem vínculos partidários e se articulam com outros coletivos com os quais compartilham objetivos comuns, sem perder a sua autonomia e a transversalidade, pilares que consideram necessários para um movimento de mulheres que propõe reformas, mas que almeja e luta para transformar toda a sociedade (Ni Una Menos, 2017, p. 2).

Outro ponto central da luta do NUM é o acesso ao aborto legal, gratuito e seguro. Esse direito está diretamente relacionado à soberania dos nossos corpos, bem como é necessário

⁵O país reconheceu, por meio de decreto, o direito à aposentadoria das mães que dedicam tempo aos cuidados dos filhos. Em 17 de julho de 2021 alterou-se a Lei de Aposentadoria e Pensões para prever o reconhecimento de tempo dedicado ao cuidado de filhos para fins de aposentadoria. O benefício contempla àquelas mulheres que estão em idade de aposentadoria e não têm os 30 anos mínimos exigidos de contribuição (IBDFAM, 2021).

para proteger a saúde e integridade dos corpos que podem gestar. “*Sin aborto legal, no hay ni una menos posible*” (Ni Una Menos, 2017, p. 4).

Por fim, o NUM, com a sua forma de atuação coletiva e horizontal, com sua potência e massividade, e na luta conjunta com outros coletivos e organizações de direitos humanos, vem transformando a realidade social da Argentina. Sua luta ultrapassa as fronteiras do país, dando ao coletivo um caráter transnacional, inspirando a luta pela vida das mulheres em outros países da América Latina,, provocando uma “onda” feminista latinoamericana⁶.

2.3. As batalhas pela memória: as experiências subjetivas *versus* a memória coletiva

A Argentina é um país que acompanha a tendência global das batalhas pela memória. Nesse sentido, a vida das mulheres, e as suas mortes, nos casos de feminicídio, também são território de disputa a partir do momento em que surgem narrativas que visam culpabilizar as vítimas e que procuram tornar justificável, em algum nível, o feminicídio. Nesse movimento de culpabilizar a vítima, ocorre também um processo de desumanização, pois elas se tornam estatísticas, perdem suas identidades, ao passo que seus agressores têm suas imagens preservadas (Fuentes, 2019).

No contexto de disputa pela memória coletiva, quando se trata de violência de gênero e feminicídio, é importante levantar algumas indagações, tais como: qual o papel da memória nesse debate? Ela desempenha qual função no combate à violência de gênero? A memória pode ser instrumento de ativismo?

Antes de mais nada, faz-se relevante conceituar “memória coletiva”. Quem desenvolveu a categoria de “memória coletiva” foi Maurice Halbwachs. O autor afirma que o fenômeno de recordação e do acesso às lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que agem como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social (Halbwachs, 2013).

⁶A utilização da expressão “onda” está entre aspas com o intuito de corroborar o que defende a teórica Lucy Delap a respeito da ideia de que a história do feminismo difundida é a concepção ocidental e universalizada. A autora afirma que “a estrutura da organização histórica das 'ondas feministas' não se mostrou à altura da tarefa de dar sentido à complexidade da história feminista. Falar das ondas do feminismo – a primeira, a segunda, a terceira e a quarta – ou de variantes como ‘novo feminismo’ ou ‘riot grrr!’ nem sempre teve facilidade em se encaixar na vivência das mulheres. E, para muitas, o ativismo sempre esteve tão ligado a outros movimentos – socialista, nacionalista, anticolonialista – que o termo ‘feminismo’ foi rejeitado como excludente demais, muito euro-americano, muito branco, muito classe média” (Delap, 2022, p. 12).

Segundo o autor, para se recordar, é necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros e outros membros do grupo. Para ele:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2013, p. 39).

Halbwachs (2013) enfatizou que a memória coletiva é influenciada pelas estruturas sociais, pelos sistemas de significado e pelos rituais compartilhados por determinado grupo. Esses elementos fornecem um quadro de referência comum que molda como os eventos do passado são lembrados e transmitidos ao longo do tempo. Assim, a memória coletiva não é estática, mas sim dinâmica e sujeita a mudanças à medida que a sociedade se transforma.

Portanto, a memória coletiva atrela as imagens de fatos passados a crenças e necessidades do presente. O passado passa permanentemente por um processo de reconstrução, vivificação e conseqüentemente também de ressignificação (Halbwachs, 2013). A batalha pela memória seria portanto esse tensionamento entre passado e presente por diferentes grupos sociais que buscam disputar futuros.

Silvia Rivera Cusicanqui retoma o conceito de memória coletiva de Halbwachs e nos apresenta as categorias “*memoria corta*” e “*memoria larga*” em sua obra *Oprimidos pero no vencidos, la memoria colectiva de la organización indianista-katarista*, constituída por memórias de diferentes frentes e que estão enraizadas na história social boliviana (Cusicanqui, 2010). Se através de Halbwachs entendemos que a memória é construída de forma coletiva, Cusicanqui categoriza essas memórias recentes complexificando e adicionando um caráter político e histórico a elas.

A autora ilustra as categorias da memória dentro de um contexto de análise da Bolívia, com dois momentos como referência – complementários, dialéticos e frequentemente antagônicos – a respeito de *memoria corta*, se refere à Revolução Popular de 1952⁷ e

⁷ “Um consenso unifica o imaginário social e intelectual boliviano há sete décadas, a interpretação da Revolução Nacional de 1952 como o acontecimento político mais importante da sua história ao longo do século XX. Uma espécie de momento constitutivo cujas conseqüências e impactos marcaram a Bolívia por um longo período. As conquistas da Revolução Nacional de 1952 sobrevivem no imaginário coletivo boliviano como uma experiência radical de incursão seriam 'complementares' das classes populares na vida política e nos destinos do país. Entretanto, as leituras acerca do seu significado ainda mobilizam abordagens e interpretações distintas, e, até mesmo, contrapostas” (Rocha, 2022, p. 2-3).

posteriormente marcado pela Reforma Agrária. E para ilustrar *a memoria larga*, se refere às lutas indígenas anticoloniais (Cusicanqui, p.212).

Em um sentido mais amplo, a inter-relação entre *memoria corta* e *memoria larga* sugere que esta última constitui um estrato mais estável, historicamente mais extenso que aquele próprio da *memoria corta*. A *memoria larga* representa, portanto, um nível mais profundo, um campo talvez possível de tendências mais regressivas. No que propõe Cusicanqui, se trata de um mecanismo capaz de reformular feitos e processos: uma outra maneira de ver a história, onde, ademais, postula-se um projeto distinto para a sociedade. Ou seja, a *memoria larga* reformula os termos da *memoria corta*. Para Accossato, acerca das propostas de Cusicanqui:

Las condiciones sociales e históricas de estas articulaciones entre memoria corta y memoria larga, son variadas aunque, en general, pueden producirse en momentos de crisis social. Existen sucesos catalizadores que se dan en una coyuntura – la experiencia de discriminación racial contemporánea en el caso de los movimientos indígenas, por ejemplo – que da lugar a intercepciones con memorias de largo trayecto. Estos sucesos despiertan posibilidades de articulación con elementos comunes de las opresiones del pasado produciendo un doble proceso: por un lado, resignifican el contenido de esa memoria colectiva y, al mismo tiempo, reactualizan los proyectos políticos y sociales de un futuro por construir (Accossatto, 2017, p. 8).

Além disso, Cusicanqui argumenta que a *memoria larga* é uma ferramenta de resistência e transformação social, pois permite questionar a memória oficial, desconstruir narrativas hegemônicas e fortalecer a identidade e a autoestima das comunidades marginalizadas. Ao trazer à tona essas memórias, é possível confrontar as injustiças históricas e lutar por um futuro mais justo e igualitário (Cusicanqui, 1987).

A concepção que a autora nos fornece é de uma memória coletiva como elemento constitutivo de processos de identificação de movimentos sociais, assim como de práticas políticas e horizontes de luta. A partir de um ponto de vista peculiar e atento às particularidades que constituem a emergência e reemergência de sujeitos políticos na América Latina, Cusicanqui permite-nos compreender o fenômeno da mobilização da memória na Argentina e a utilização dela como instrumento de ativismo.

O NUM constrói ativamente métodos de ativismo baseados em *escraches*⁸, performances públicas de repúdio ao Estado, e de memorialização, forma de ação que consiste em documentar os casos de feminicídio e, ao mesmo tempo, denunciar as instituições e o

⁸ Expressão que em *lunfardo* – gíria que surgiu na Argentina e reúne expressões de diferentes idiomas e que também é falada no Uruguai – significa “trazer à luz o que está oculto” (Grupo De Arte Callejero, 2019, p. 39).

Estado por sua ineficiência, e também porque estas agem pela manutenção do patriarcado (Popescu, 2021, p. 371).

Utilizando da memória coletiva como instrumento de ativismo, o NUM criou uma espécie de arquivo público e vivo para as vítimas dos feminicídios, de tal forma que propicia uma visibilidade temporal e duradoura. Esse arquivo encontra-se temporariamente em meio aos espaços públicos, enquanto ativistas vestem e carregam imagens das vítimas por diversas cidades durante demonstrações e performances. No entanto, de modo permanente, esse arquivo está nos espaços das redes sociais do coletivo, as quais têm como finalidade construir um arquivo virtual (Popescu, 2021, p. 371).

2.4. Subverter o público e o privado: feminicídio como questão de Estado

Outro aspecto fundamental na construção de memória juntamente com o processo de memorialização é a relação entre o público e o privado. O NUM compreende o feminicídio como uma problemática de violação dos direitos humanos, uma questão maior e pública, não como um crime contra as mulheres que acontece no espaço privado, isto é, doméstico. Os esforços do movimento feminista se concentraram em colocar o feminicídio como responsabilidade do Estado.

Importa ressaltar que a divisão criada entre o público e o privado foi estruturante na relação da figura da mulher com o Estado, e essa relação fez com que se reproduzisse e se aprofundasse a desigualdade de gênero (Popescu, 2021, p. 372).

Para Irina Popescu, o ato de dominar o espaço público de uma forma performática, feminizando de certa maneira esses lugares, permite às mulheres reivindicar seus direitos no que tange ao que é público, ainda que a esfera pública frequentemente desvalide essas reivindicações. Ainda de acordo com esta autora:

Ainda que na década de 1980, as Madres e Abuelas na Argentina tenham desafiado a divisão privado/público ao entrarem na esfera pública para protestar contra o desaparecimento dos seus entes queridos, seu legado enfatiza a maternidade dentro da construção cultural da feminilidade, e esta ênfase na maternidade como meio de acesso à esfera pública continua a ser bastante problemática para as ativistas feministas de hoje. Se as mulheres são capazes de ocupar espaços públicos como ativistas principalmente através do seu estatuto de mães ou avós, então onde é que isso deixa a não-mãe? Embora a maternidade possa e tenha sido certamente politizada na América Latina, e especialmente na Argentina, as ativistas feministas enfrentam muitos desafios, pois divergem desse modelo tradicional de ativismo feminino (Popescu, 2021, p. 373).

Os métodos e táticas de ativismo utilizados pelo NUM esforçam-se em desmontar essa longa divisão entre público e privado que continua deixando as mulheres, em especial na América Latina, relegadas ao espaço privado. Enquanto na “primeira onda” do feminismo no século XX, a noção da mulher altruísta e maternal, superior moralmente e desprovida de egoísmo, foi tirada do espaço da casa e levada para o espaço público, hoje o NUM se distancia dessa concepção, abandonando essa ideia da mulher virtuosa, de modo que o coletivo visa ampliar o modelo de ativismo das Mães da Praça de Maio, ao mesmo tempo em que procura desafiar as profundas conexões entre o ativismo feminista, a maternidade e a memória na Argentina (Popescu, 2021, p. 373).

A respeito do público e privado e a noção de justiça, Rita Segato (2016, p. 87-88) sugere que não há uma forma pública de justiça para as mulheres na América Latina, somente formas de justiça que permanecem dentro do espaço da casa. A autora também teoriza o que denomina de “pedagogia da crueldade”, um conjunto de práticas, discursos e normas que são internalizadas e transmitidas socialmente, levando à perpetuação da violência contra as mulheres. Argumenta, igualmente, que a violência de gênero não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ações individuais isoladas, mas como uma forma de ensinamento que é culturalmente reproduzida e legitimada (Segato, 2016).

Segato sugere que a violência contra as mulheres é aprendida e ensinada em um contexto mais amplo de relações de poder e desigualdades de gênero. Ela alega que a pedagogia da crueldade opera em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e social. No nível pessoal, as pessoas internalizam normas de gênero que estabelecem desigualdades e justificam a violência. No nível interpessoal, essas normas são reproduzidas nas relações cotidianas, muitas vezes de forma violenta. No nível social, a violência é perpetuada por meio de instituições e estruturas sociais que falham em proteger e garantir os direitos das mulheres (Segato, 2016).

Segato também argumenta que a pedagogia da crueldade é sustentada por uma cultura que naturaliza e legitima a violência contra as mulheres. Essa cultura é construída por meio de discursos, práticas e representações simbólicas que desumanizam as mulheres, as culpabilizam por sua própria violência e reforçam a ideia de que a agressão masculina é inevitável ou justificada. Além disso, acredita que o feminicídio é uma problemática de caráter político e não moral, pois expressa o desejo do perpetrador de exprimir as relações de poder e de espetacularizar o crime para uma audiência que inclui tanto homens quanto

mulheres (Segato, 2016, p.84).

Portanto, seguindo uma lógica patriarcal, o público pertence ao feminicida, enquanto as formas de buscar justiça, reservadas à memória da mulher, só são possíveis no âmbito micro, privado e silenciado. Indo de encontro a esse pensamento, o objetivo do NUM é criar uma política de resistência e desobediência no lugar do luto, visando assim desfazer essa pedagogia da crueldade tão presente na cultura misógina argentina (Fuentes, 2019, p. 176).

É possível observar que a disputa pela memória dentro da questão do feminicídio, e na luta travada pelo NUM, se dá pelo passado, mas também pelo presente e, principalmente, pelo futuro, um futuro em que não haja nenhuma mulher a menos. E essa luta passa por disputar os espaços, as ruas, as praças, mas também o mundo privado, que precisa ser exposto, expropriado, lançado à luz, não para espetacularizar o feminicídio, mas para que se rompa com a lógica que leva a ele, a fim de garantir a vida e a memória das mulheres. Essa disputa também passa por questionar não somente as noções de público e de privado, mas principalmente questionar o papel do Estado patriarcal, disputá-lo. Ainda para Segato (2016):

Es sobre la base patriarcal que se construye el andamiaje jerárquico que organiza la sociedad, y por eso mismo ese sustrato es el más difícil de visibilizar y encuadrar en cualquier lucha —incluyendo la que se da en el campo jurídico— para su transformación. Es posible afirmar, a partir de las evidencias, que la manutención del patriarcado es una cuestión de Estado y, de la misma forma, que preservar la capacidad letal de los hombres y garantizar que la violencia que cometen permanezca impune es cuestión de Estado (Segato, 2016, p. 134).

A respeito do Estado patriarcal, Catharine A. MacKinnon (1995), uma das expoentes mais marcantes na construção de uma teoria feminista do poder estatal, argumenta que o Estado, como instituição central do poder político, não é neutro em termos de gênero, mas sim estruturado de forma a perpetuar e reforçar a opressão e a desigualdade de gênero. Para MacKinnon o Estado patriarcal é um sistema de poder no qual as estruturas e as leis são moldadas em benefício dos homens e para a manutenção do domínio masculino. Ela enfatiza que o poder patriarcal não se limita ao domínio privado ou familiar, mas está profundamente enraizado nas estruturas políticas e legais que governam a sociedade.

Uma das ideias centrais formuladas por esta autora é a noção de que o direito e as políticas públicas muitas vezes perpetuam a subordinação das mulheres ao desconsiderar ou negligenciar suas experiências e necessidades específicas. Ela argumenta que o sistema jurídico é baseado em concepções masculinas do que é considerado relevante e legítimo, excluindo ou minimizando questões centrais para a igualdade de gênero, como a violência

sexual e a discriminação (Mackinnon, 1995).

Além disso, destaca a importância da sexualidade e do controle sobre o corpo das mulheres na análise do Estado patriarcal. Argumenta que o Estado tem o poder de regular e controlar a sexualidade feminina, muitas vezes através de leis e políticas que reforçam estereótipos de gênero, discriminam as mulheres e mantêm as desigualdades sociais. Essas formas de controle também se manifestam na violência sexual e no assédio, que são vistos como mecanismos de manutenção do poder masculino (MacKinnon, 1995).

Argumenta, ainda, que o gênero é um sistema social que divide o poder e, portanto, é um sistema político, uma vez que as mulheres, ao longo da história, são exploradas não só economicamente, mas também relegadas ao trabalho reprodutivo, à maternidade compulsória, objetificadas sexualmente, silenciadas e excluídas da vida pública (MacKinnon, 1995, p. 285). Além disso, as formas de domínio aplicadas às mulheres são anteriores à agência explícita do Estado, geralmente vinculando-se a contextos íntimos, da vida pessoal cotidiana (MacKinnon, 1995, p. 287). Nesse contexto, “desaparece” o papel do Estado na política sexual, despolitizando a vida privada por meio da naturalização da dominação masculina.

A autora traz então um questionamento com o feminismo, depara-se com “o que é o Estado desde o ponto de vista das mulheres” e conclui que “[...] el Estado es masculino en el sentido feminista: la ley ve y trata a las mujeres como los hombres ven y tratan a las mujeres” (MacKinnon, 1995, p. 288-289). E segue:

La violación, la pornografía, la prostitución, el incesto, la violencia, el aborto, los derechos de los homosexuales y las lesbianas: ninguno de estos temas ha sido una cuestión de igualdad de los sexos ante la ley. En los temas que sí trata la ley de discriminación sexual, el hombre es la referencia implícita para lo humano, la masculinidad la medida del derecho a la igualdad. En esta interpretación general, esta ley es neutral: da a las mujeres poco que no pueda dar también a los hombres, manteniendo la desigualdad entre los sexos pareciendo que la resuelve. El género, elaborado y apoyado de esta forma por la ley, se mantiene como división del poder (Mackinnon, 1995, p. 300).

Ademais, afirma que o âmbito da liberdade privada dos homens significa o âmbito da subordinação coletiva das mulheres (MacKinnon, 1995, p. 301). Nesse sentido, conclui que:

Tal vez el no haber considerado el género como determinante de la conducta estatal haya hecho que la conducta del Estado parezca indeterminada. Tal vez la objetividad del Estado haya hecho que parezca independiente de la clase. Incluyendo lo burgués del legalismo liberal, pero más allá también, está lo que tiene de masculino. Por independiente de la clase que se pueda presentarse el Estado liberal, no es independiente del sexo. El poder masculino es sistémico. Coactivo, legitimado y epistémico, es el régimen (MacKinnon, 1995, p. 303).

Ao passo que Mackinnon identifica e questiona o Estado patriarcal e suas bases masculinas, que precedem as normas, Maria Galindo (2013) vai além, ao propor uma teoria do Estado feminista. A teoria do Estado feminista busca desafiar as formas tradicionais de governança e de política, questionando a centralidade do Estado e propondo uma abordagem que coloca as mulheres e suas lutas no centro do processo de transformação social.

De acordo com Galindo (2013), o Estado feminista não se limita apenas a incluir as mulheres na esfera política institucional, mas sim questionar e subverter as estruturas de poder patriarcais e machistas que permeiam o Estado e a sociedade como um todo. Ela argumenta que as mulheres têm sido historicamente oprimidas, excluídas e invisibilizadas pelos sistemas de governo existentes e, portanto, é necessária uma abordagem feminista radical para alcançar a igualdade de gênero.

A teoria do Estado feminista propõe a transformação das estruturas políticas e institucionais, buscando uma participação mais ampla e significativa das mulheres na tomada de decisões políticas. Isso envolve a criação de espaços de poder e influência política onde as vozes das mulheres sejam ouvidas e levadas em consideração. Além disso, também defende a implementação de políticas e leis que promovam a igualdade de gênero, garantam os direitos das mulheres e combatam a violência de gênero (Galindo, 2013).

Galindo (2013) enfatiza também a importância de um movimento feminista autônomo e autogerido, destacando a necessidade de se afastar das estruturas patriarcais existentes e construir alternativas baseadas na solidariedade, na cooperação e na justiça social. Com isso ela propõe uma visão radical de transformação social que coloca as mulheres no centro da luta por igualdade e emancipação.

O NUM desafia o Estado patriarcal ao reivindicar discursivamente o uso do termo “feminicídio” ao invés de se falar em “violência doméstica”, por entender que este é um movimento importante para demarcar a violência motivada pelo gênero como violação aos direitos humanos e, assim, conectar ativismos presentes e passados como uma questão de Estado (Fuentes, 2019, p. 231).

Como parte deste esforço, em seus manifestos e campanhas, procura enfatizar e faz coro ao grito “Nunca más”⁹, como forma de se conectar com amplos setores da sociedade,

⁹A consigna surge como título do relatório final da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep). Conhecido por “Nunca Más”, publicado em 1984, considerou culpado o Estado argentino pelas graves violações aos direitos humanos durante a ditadura e o principal responsável por essas violações, reunindo provas para a formação de inquéritos judiciais para as condenações dos militares envolvidos (Nunca Más, 1984).

uma vez que é a partir dele que se confronta a violência dos regimes autoritários recentes da história do país. Isso se mostra mais evidente nas consignas “No hay Nunca Más sin Ni Una Menos” e “Contra nuestros cuerpos Nunca Más”. Ao fazer essa conexão, o NUM situa a atual violência contra mulheres como parte de uma história de violência que ultrapassa as relações interpessoais e amorosas, situando-a como uma violência que é perpetrada também pelo Estado (Fuentes, 2019, p. 231).

Em uma análise crítica do discurso a respeito dessas consignas que, ao mesmo tempo, conectam presente e passado enquanto denunciam a responsabilização do Estado, podemos pensar, a partir do que apresenta Viviane de Melo Resende (2013), somado ao que postula Norman Fairclough (1995), que há claras implicações políticas e sociais na utilização destas consignas.

Resende (2013), em seus estudos sobre análise crítica do discurso, destaca a importância de examinar as relações de poder e a ideologia presentes no discurso. Ela enfatiza como o discurso pode ser usado para construir e perpetuar desigualdades sociais, além de moldar as identidades e as relações de poder.

Nesse sentido, as consignas “Ni Una Menos” e “Nunca más” possuem uma natureza reivindicatória e desafiadora das estruturas de poder. Isto é, a consigna “Ni Una Menos” denuncia a violência de gênero e exige a proteção e o respeito pelos direitos das mulheres, desafiando a hierarquia de gênero existente na sociedade. Além disso, busca mobilizar a sociedade e responsabilizar os agressores, bem como chamar atenção para a urgência de políticas públicas e ações concretas.

Já a consigna “Nunca más” remete à memória coletiva dos horrores da ditadura militar na Argentina, destacando a importância de não repetir essas violações dos direitos humanos. Essa expressão exige justiça, verdade e memória, e busca confrontar as estruturas de poder que permitiram tais atrocidades. Ela questiona a impunidade dos perpetradores e demanda que o Estado assuma responsabilidade pelas violações passadas.

Norman Fairclough (1995), por sua vez, enfoca a dimensão ideológica do discurso e como ele pode ser utilizado para perpetuar e naturalizar desigualdades. Sob essa ótica, podemos perceber as consignas como uma busca por desestabilizar as narrativas dominantes e subverter as ideologias opressivas.

Ambas as consignas do NUM desafiam a normalização da violência de gênero e das violações dos direitos humanos, deslocando o foco para a urgência de uma mudança social e política, como uma questão de Estado. Aqui também podemos pensar que conectando

consignas que ligam presente e passado, aponta caminhos para um atuação do Estado em punir e acabar com os feminicídios, da mesma forma como puniu e segue em uma luta constante para manter a democracia no país, reivindicando memória e justiça para que não ocorra mais.

No presente capítulo, procurou-se fazer um percurso pela história da luta das mulheres na Argentina, como o passado e presente se conectam, e como a atuação das feministas hoje representam uma continuidade do ativismo das Avós e Mães da Praça de Maio. Além disso, buscou-se delinear como o coletivo *Ni Una Menos* iniciou, evidenciando desde o seu surgimento, a importância das redes sociais para a sua atuação. Igualmente, ressaltou-se a importância da memória como instrumento reivindicatório e ferramenta ativista para o coletivo. Ademais, estabeleceu-se um ponto de virada através da ação do NUM: posicionar o feminicídio como uma questão de Estado, ponto tão presente nas escolhas discursivas do coletivo.

O capítulo seguinte irá abordar uma dimensão transnacional do *Ni Una Menos*, aspecto que o caracteriza e que reforça a sua dimensão de atuação. Através da tecedura de redes de solidariedade transnacionais, o NUM expandiu-se para além da Argentina. Nesse sentido, exploraremos de que forma isso se deu e quais os impactos de uma atuação feminista organizada transnacionalmente.

3. ESTRATÉGIAS TRANSNACIONAIS: REDES DE SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANAS

Neste capítulo, será abordada a transnacionalização do NUM com foco na América Latina, em particular suas articulações com outros coletivos feministas no Chile, no México e no Brasil. No capítulo, também serão analisadas as mobilizações feministas na Campanha Nacional pela Legalização do Aborto na Argentina, que teve adesão do Coletivo, e seu caráter transnacional, tendo em vista as mobilizações massivas que se deram em outros países latino-americanos pela legalização do aborto, além do seu caráter simbólico a partir dos *pañuelos verdes*.

Por fim, considerando que a experiência transnacional do NUM perpassa inevitavelmente pelo período da pandemia da Covid-19, a partir de elementos da Análise do Discurso (AD), será feita uma análise da Asamblea Feminista 3J, que ocorreu em 2021, em formato *online*, o que permitiu a participação de representantes de coletivos de diversos países da América Latina, evidenciando mais uma vez o papel das redes sociais nas estratégias do coletivo. O NUM, através de diversas estratégias de comunicação nas redes sociais e também fora delas, ampliou a politização do feminicídio para toda a região, criando uma rede de solidariedade e de ações coordenadas transnacionais, provocando mudanças que vão para além das fronteiras da Argentina, promovendo uma integração via movimentos sociais em torno de uma pauta urgente e necessária.

3.1. Integração: aspectos transnacionais e articulações na América Latina

O “feminismo transnacional” é um conceito que se constitui a partir de uma globalização contra-hegemônica, que dialoga com o que formula Nancy Fraser (2007) a respeito da “transnacionalização”. Para a autora, embora a globalização tenha permitido manifestações feministas em larga escala, a exclusão intrínseca das mulheres dos processos de globalização dentro do capitalismo motivou o surgimento de movimentos feministas críticos a esse processo e que transpõem as barreiras nacionais, linguísticas, culturais, de classe, de raça e de comunidade.

Nesse sentido, Fraser (1990) desenvolve o que denomina como “contra-público subalterno”, pois questiona o espaço público e quem participa ativamente dele, contestando também os limites da democracia num modelo de Estado pós-liberal. O conceito de

contra-público subalterno é uma extensão da teoria do público de Jürgen Habermas e também uma crítica à noção habermasiana de esfera pública como algo singular e universal.

Ainda, a autora argumenta que o conceito de espaço público de Habermas é limitado, pois exclui vozes e perspectivas de grupos subalternos, como mulheres, pessoas de classes sociais mais baixas, minorias étnicas e sexuais, entre outros. Para Fraser, seria possível e preferível que houvesse várias esferas públicas ao invés de uma só. A esfera pública oficial teria traçado um processo semelhante ao da Modernidade, ao se estabelecer como dominante em uma relação de exclusão a outros tipos de esferas públicas, tornadas subalternas. Desse modo, os contra-públicos – esferas públicas alternativas – teriam sido constituídos de maneira ao mesmo tempo paralela e conflitante com a esfera pública hegemônica (Fraser, 1990, p. 61).

Para esta autora, o contra-público subalterno é um espaço alternativo e autônomo onde esses grupos historicamente marginalizados podem se reunir, expressar suas experiências, reivindicações e críticas, e desenvolver uma consciência coletiva para desafiar as estruturas de poder dominantes. É um espaço onde podem articular suas demandas e lutar por sua emancipação, levando em conta suas experiências específicas e construindo uma nova linguagem política que conteste as normas e as estruturas sociais existentes (Fraser, 1990).

Esses contra-públicos subalternos podem assumir várias formas, como grupos de mulheres, movimentos LGBTQ+, movimentos indígenas, entre outros. Eles desafiam as ideias e normas dominantes e procuram criar um espaço onde suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas. Fraser acredita que a inclusão desses contra-públicos subalternos no debate político é essencial para uma democracia verdadeiramente inclusiva e para a justiça social.

Por sua vez, Doreen Massey (1994) ampliou a discussão ao tratar o conceito “transnacional” a partir da visibilização de lugares constituídos por sua extensa e diversificada rede de laços com outros lugares, sejam eles próximos ou distantes, isto é, as interrelações construídas entre os espaços de resistência que geram circuitos transnacionais de ideias, valores e práticas.

Já Sonia Alvarez (2014), ao analisar os movimentos feministas no Norte e no Sul Global, a partir do avanço do neoliberalismo, afirma que o desenvolvimento neoliberal ofereceu uma complexa e contraditória combinação de desafios com oportunidades que, embora beneficiem em certo sentido os movimentos feministas e de mulheres na América Latina e no mundo, também apresentam diversos obstáculos. Essa dualidade contribuiu para a expansão dos movimentos de mulheres no Sul Global, enquanto absorvia e inseria,

seletivamente, as reivindicações feministas em um movimento de disciplinar discursos, práticas, perspectivas e possibilidades.

A autora, ao categorizar o neoliberalismo em fases, afirma que em um segundo momento do desenvolvimento neoliberal se consolidou o que ela nomeia de “Agenda Global de Gênero” (AGG). Esta surgiu como uma resposta aos esforços do movimento feminista transnacional que vinha desafiando as formas de poder e de gênero, objetivando promover a justiça social e racial (Alvarez, 2014).

Assim, tendo em conta o fenômeno da transnacionalização dos movimentos feministas como parte da conjuntura atual, em particular na América Latina, *locus* de um novo momento da luta feminista, interessa-nos aqui tratar o elemento transnacional do NUM, em particular a internacionalização do discurso feminista proposta pelo Coletivo. Este se verifica principalmente a partir da politização do feminicídio, em uma dimensão horizontal e vertical. Vale destacar que nos valem também da teoria de “ação coletiva transnacional”, desenvolvida por Sidney Tarrow (2005).

Tarrow analisa os processos de difusão transnacional de ação coletiva não como dinâmicas unilaterais de simples troca de informações, mas como dinâmicas que se estabelecem como ações e discursos que contribuem para a problematização de uma ou mais pautas. Deste modo, coalizões transnacionais formam-se horizontalmente contra alvos verticais comuns, como é o caso da luta contra os feminicídios e pró legalização do aborto.

Neste sentido, observamos as articulações do NUM com outros movimentos, coletivos e organizações feministas na América Latina, especialmente no Brasil, no Chile e no México. Tal escolha se justifica pelo impacto das ações impulsionadas nesses países a partir da primeira Marcha do NUM em 2015 e, posteriormente, nas ações levadas a cabo pelo Coletivo nos anos seguintes que reverberaram nessas três nações.

Importa desde já ressaltar que, após a primeira Marcha do NUM, em 3 de junho de 2015, essa data se transformou em um símbolo da luta do coletivo, tendo se difundido sobretudo nas redes sociais sob a *hashtag* #3J. Muitos países latino-americanos aderiram à convocatória para as mobilizações do 3J. De acordo com Cecília Palmeiro, integrante do NUM, “Estávamos todas ligadas nas mesmas questões, crescemos muito com esse diálogo e conseguimos ampliar vozes que não tinham um lugar privilegiado no feminismo” (Gonzalez, 2017).

Dos três países aqui abordados, o primeiro que replicou ações foi o Chile, com mobilizações em oito cidades ainda em 2015 (Innocente, 2020, p. 2). Brasil e México

promoveram manifestações a partir do ano seguinte, com maior força no 8 de março (8M), data que também foi ressignificada pelas feministas argentinas do NUM. Inicialmente a ação foi nomeada de “Paro Nacional de Mujeres”, mas logo se transformou no “Paro Internacional de Mujeres”, contando com mobilizações em 54 países, tendo como principais reivindicações: igualdade de possibilidades para homens e mulheres, contra a violência de gênero em todos os seus âmbitos e a favor da liberdade reprodutiva, sendo um dia também de luta pela legalização do aborto (Innocente, 2020, p. 3).

Cabe destacar o papel central das redes sociais em torno dessas mobilizações e das que se seguiram e seguem até hoje, o que constitui outro componente da transnacionalização do NUM, uma vez que por meio das redes sociais o Coletivo construiu uma rede de solidariedade internacionalista e de ativismo. Para além disso, o ambiente virtual amplia a horizontalidade, característica da transnacionalização e, de modo geral, dos movimentos sociais atuais.

A horizontalidade e a flexibilidade, particularidades da organização dos movimentos através das redes sociais, promovem um ativismo de fato nas redes, uma vez que não há um monopólio das informações e das decisões, o que conseqüentemente gera mudanças nas relações internas dos movimentos, pois há poucos atores centrais, e as decisões costumam ser mais democráticas (Gabardo; Lima Lopes, 2018, p. 47).

Como indicado anteriormente, outro fator que caracteriza o Coletivo como transnacional é a politização do feminicídio, problemática que alcança todos os países da América Latina, uma vez que esta é a região mais letal para mulheres, de acordo com a ONU Mulheres (Centenera et al., 2018). Cumpre enfatizar que a problemática do feminicídio e o debate em torno dele não são recentes, na região o termo foi traduzido e abordado pela primeira vez por Marcela Lagarde, como anteriormente mencionado. No México, após esses crimes terem vindo à tona, o Observatorio Ciudadano Nacional del Femicidio (OCNF) e os movimentos sociais pressionaram o Estado mexicano para que o crime tivesse um nome e uma pena dura, o que de fato ocorreu em 2007¹⁰ (Dirksen Ribeiro; Pereira, 2007, p. 9).

Esse histórico permite compreender a forte ligação entre os movimentos feministas no México e o NUM, bem como a adesão mexicana às manifestações do 8M. O principal elo entre o coletivo argentino e as organizações mexicanas parece ser a Asociación Civil Ni Una Menos México Frente Nacional. Ela concentra sua luta principalmente contra os femicídios e

¹⁰Marcela Lagarde, enquanto deputada nacional, propôs a criação da Lei do Femicídio em 2007 no México. No mesmo ano foi aprovada a Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, e alterado o Código Penal do país, prevendo para o crime de feminicídio a pena de reclusão de 40 a 60 anos, sendo a mais longa dentre os países latino-americanos que tipificaram o crime de feminicídio (Modelli, 2016).

os desaparecimentos, ao intensificar a batalha pelo acesso à justiça e à reparação (Camacho, 2020).

A última grande manifestação do 8M no México anterior à pandemia reuniu milhares de mulheres que pediam o fim da violência contra as mulheres e o fim da impunidade diante dos casos de feminicídio, ecoando o grito “Vivas nos queremos!”. Além disso, as mexicanas convocaram uma paralisação nacional de mulheres para o dia seguinte, em 9 de março de 2020, que contou com mais de 150 mil mulheres. Vale destacar que no México 40% da força de trabalho é composta por mulheres e a diferença salarial em relação aos homens é de 34% (Corona et al., 2020).

Por sua vez, importa enfatizar que no Chile a articulação transnacional dos movimentos feministas em nível regional já se dava com maior força desde que as feministas chilenas se uniram ao NUM na Primeira Marcha em 2015 (Innocente, 2020, p. 2). Esse processo se ampliou com o “Maio Feminista” de 2017 e a atuação do Coletivo *Las Tesis*, de 2018 em diante. Porém, foi a partir do “Estallido Social”(18 de outubro de 2019), que os movimentos feministas chilenos se converteram em atores centrais do processo de transformação que este país segue vivendo até hoje (ainda que tenha ocorrido o “rechazo” ao “rascunho” da nova constituição). As feministas chilenas foram fundamentais nas denúncias dos impactos do patriarcado neoliberal para as mulheres (Montero, 2020) e obtiveram ganhos importantes, como a paridade de gênero na Assembleia Constituinte de 2021¹¹ (Mitchel, 2021).

Os laços do NUM com os movimentos chilenos foram se fortalecendo ainda mais, em especial com a atuação das feministas chilenas através da “Coordinadora Feminista 8M” (CF8M), um espaço que articula, com um horizonte feminista, diversas organizações sociais e políticas. O último 8M anterior à pandemia, em 2020, reuniu, de acordo com a Coordinadora, 2 milhões de pessoas em todo o país, sendo 125 mil somente na capital Santiago (El País,

¹¹A proposta da nova Constituição chilena foi derrotada em plebiscito no dia 4 de setembro de 2022. 61,9% da população votou por rechaçar a proposta, enquanto 38,1% votou pela aprovação (DW, 2022). Para Claudia Zapata (2022) o rechaço à nova Constituição pode ter explicação no fato de que o Chile não é um país onde se criou um vínculo entre a cidadania e o debate de constituições anteriormente à Constituição então proposta. Para ela, também pesou em favor do rechaço a falta de mudanças sociais concretas após o *estallido* social e a vitória de Gabriel Boric. Após a derrota da nova Constituição, o processo de elaboração de uma outra Carta segue em aberto, processo este que, ainda segundo Zapata será mais convencional, resultado de negociações com um congresso conservador, com alguns ganhos mantidos, como a participação paritária, porém, com muitas perdas, como a proposta plurinacional. Assim, o resultado do plebiscito representou uma derrota para a esquerda e para os movimentos sociais.

2020). Naquele momento, o Chile estava às vésperas do plebiscito que aprovou a realização da Constituinte. Por fim, vale destacar o objetivo central da Coordenadora 8M:

Queremos hacer del feminismo una perspectiva y acción política transversal de los movimientos sociales, promover el encuentro, diálogo y acción colectiva entre distintas organizaciones e impulsar una agenda común de movilizaciones desde un feminismo de mayorías contra la precarización de la vida (CF8M, 2019).

Outro coletivo chileno conectado com o NUM é o *Las Tesis*. O nome do grupo reside no objetivo de tomar as teses de autoras feministas e traduzi-las num formato performativo, de modo a atingir múltiplos públicos. A performance de maior destaque do coletivo foi “Un violador en tu camino”, em resposta ao “caso Antonia Barra”. Esta performance que teve lugar no dia 25 de novembro de 2019, “Dia Internacional para a não-Violência Contra as Mulheres”, converteu-se em um símbolo da luta feminista chilena de denúncia ao Estado patriarcal. A performance foi reencenada em várias cidades chilenas e teve uma repercussão internacional, sendo reinterpretada em diversas partes do mundo, inclusive na Argentina, e em diferentes línguas. Sua principal pauta, resumida na consigna “o Estado como agente violador”, contribuiu também para reabrir o debate sobre a violência sexual durante o período da ditadura pinochetista¹² contra as mulheres e os grupos LGBTQ+ (Montero, 2020).

Por sua vez, feministas brasileiras também criaram laços de solidariedade com o NUM, aderindo às mobilizações do 8M, sendo o ano de 2018 a expressão máxima dos impactos da onda feminista latino-americana no Brasil. Poucos dias depois dessa data, novamente as brasileiras saíram às ruas, dessa vez para denunciar o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, uma mulher negra, lésbica, periférica, que denunciava as milícias do Rio de Janeiro.

Passados seis meses dessas manifestações, o que se presenciou naquela ocasião foram enormes mobilizações de rua, pois milhares de mulheres ocuparam diversas cidades do Brasil e do mundo para denunciar o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, através da consigna "Ele não" (Melo, 2020, p. 3).

O movimento “Mulheres contra Bolsonaro”, também chamado de “Mulheres contra o Fascismo”, articulou-se de forma muito semelhante ao NUM. A *hashtag* #elenão se difundiu pelas redes sociais. Um grupo criado na rede social Facebook engajou cerca de 3 milhões de

¹² A ditadura pinochetista, ditadura civil-militar chilena, comandada pelo militar Augusto Pinochet, ficou conhecida como uma das mais brutais na história latino-americana. Apenas nos primeiros meses, mais de 80 mil pessoas foram presas por motivos políticos. Ela durou de 11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990 (Angell, 2015).

participantes, e em 29 de setembro de 2018 se produziu uma das maiores manifestações recentes do Brasil. Além de milhares de mulheres nas ruas do país, também houve manifestações pelas redes sociais, visibilizando a união de diferentes mulheres de todo o Brasil e também do mundo (Melo, 2020, p. 7).

Figura 6 - Movimento Ele Não em 2018



Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*

Vale destacar que dois dos principais antecedentes do “Ele não” foram as mobilizações oriundas das Marchas das Vadias, movimento que surgiu no Canadá (*SlutWalk*) em 2011, com sua primeira versão no Brasil em 2012, e o movimento *#primeiroassedio*, uma série de denúncias de assédio nas redes sociais, denominado de “primavera feminista” pela mídia nacional em 2015. Sobre a *SlutWalk* é importante ressaltar que a transnacionalização aconteceu também por meio de dinâmicas de comunicação em redes sociais. Já com relação ao movimento *#primeiroassedio*, o que se viu foi uma crescente potência das/nas redes sociais, com um prolongado processo de mobilização (Melo, 2020, p. 7).

A respeito do movimento "Ele não", cabe mencionar a leitura que foi propagada à época, de que o movimento e a onda de protestos que se sucederam teriam impulsionado a candidatura de Jair Bolsonaro. Afirmações foram difundidas a partir de grandes veículos de comunicação, como o jornal *O Globo*, para o qual o então candidato Ciro Gomes, em outubro de 2018, concedeu entrevista na qual afirmava: “Movimento *#elenão* transformou Bolsonaro em ‘referência’ e foi um erro” (Gomes, 2018). O jornal *Folha de S. Paulo*, no mesmo período,

também publicou matéria na qual o repórter Igor Gielow afirmava “Elenão ajudou a formar ‘onda’ Bolsonaro” (Gielow, 2018).

Flávia Biroli, em uma extensa análise do “Ele não” e o voto feminino no cenário da eleição de 2018, pontua que a presença de uma candidatura de extrema-direita à frente das pesquisas era até então um elemento novo na política brasileira, levando em consideração as últimas três décadas (Biroli, 2018). Ademais, as pesquisas já sinalizavam um voto feminino mais à esquerda e um voto masculino mais à extrema-direita, conforme aponta Biroli:

Na pesquisa do Datafolha, as manifestações de voto espontâneas entre os homens são o dobro daquelas verificadas entre as mulheres. Enquanto 33% deles declaram espontaneamente seu voto no capitão, esse patamar cai para 16% entre as mulheres. Quando a lista de candidaturas é identificada (com resposta estimulada e única), o candidato da extrema-direita mobiliza 36% do eleitorado masculino e 21% do feminino (...). Os índices de rejeição apresentados pela pesquisa reforçam o entendimento de que homens e mulheres avaliam distintamente o cardápio eleitoral – e, como discutirei abaixo, o que cada candidato representa. Entre eles, 37% respondem que não votariam de jeito nenhum em Bolsonaro no primeiro turno da eleição; entre elas, são 49%. Isso significa que metade das mulheres brasileiras aptas a votar rejeita o candidato de extrema-direita (Biroli, 2018).

Conforme Biroli evidencia, o voto feminino de modo geral não foi o voto que garantiu a eleição de Bolsonaro em 2018. O #elenao foi um movimento que seguiu a tendência regional de mobilização feminista via redes sociais e serviu para que o movimento feminista voltasse a ocupar massivamente o espaço das ruas, reforçando que as mulheres que aderiram ao #elenao estavam e estão contra a extrema-direita.

3.2. Experiência argentina na Campanha Nacional pela Legalização do Aborto

A Argentina é um dos países pioneiros na América Latina em termos de aprovação de leis que vieram de demandas populares e que refletem as transformações da sociedade. O país foi o primeiro da América Latina a permitir o casamento entre pessoas LGBTQ+, com a aprovação, em julho de 2010, da Lei 26.618, que alterou o artigo 172¹³ do Código Civil do país e passou a garantir a união igualitária. No mundo, foi o décimo a garantir esse direito (Salatiel, 2010). A Argentina também aprovou a lei de identidade de gênero, promulgada em

¹³ Artículo 172: Es indispensable para la existencia del matrimonio el pleno y libre consentimiento expresado personalmente por ambos contrayentes ante la autoridad competente para celebrarlo. El matrimonio tendrá los mismos requisitos y efectos, con independencia de que los contrayentes sean del mismo o de diferente sexo.

9 de maio de 2012 (STF, 2012). Quanto à proibição de abortar, com exceção em casos de estupro e risco à saúde da mãe, manteve-se vigente até o ano de 2020 (Centenera, 2021).

No centro do movimento pela descriminalização do aborto está o Encontro Nacional de Mulheres, que desde 2019 passou a se chamar Encontro Plurinacional de Mulheres, Trans, Travestis, Lésbicas, Bissexuais e Não-Binárias. Este acontece anualmente desde 1986, em cidades diferentes, com o intuito de conscientizar a respeito dos problemas dos abortos realizados na clandestinidade. Mais de 3 mil mulheres morreram no país nos últimos 37 anos por interromper uma gravidez em condições inseguras, com métodos como sondas, agulhas de tricot, cabides. No Encontro Nacional de Mulheres, em 2005, foi construída a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, que reúne mais de 500 grupos em toda a Argentina. Naquele momento, foram criados os projetos legislativos apresentados oito vezes ao Congresso até, por fim, se tornar lei no ano de 2020. Vale destacar que os projetos de lei pela interrupção voluntária da gravidez foram redigidos de maneira coletiva pelas organizações feministas (Centenera, 2021).

A Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito enfrentou muitas resistências e desafios desde o seu surgimento em 2005. A discussão em torno do tema se tornou tão profunda e urgente que superou um dos maiores entraves a ela: a questão religiosa. Isso se deu pela atuação das feministas, que apontaram para o cerne da legalização do aborto: a vida das mulheres. Ou seja, enfatizaram o fato de que garantir a vida destas é uma questão de saúde pública. Dessa forma, a Campanha ganhou grande parte da opinião pública, conforme revelou um estudo divulgado em março de 2018, realizado pela Anistia Internacional e pelo Centro de Estudos de Estado e Sociedade (Cedes). De acordo com o estudo, 59% dos argentinos e argentinas eram favoráveis a despenalização do aborto naquele ano. O estudo revelou também que o debate acerca do tema se transformou em um assunto social massivo, uma vez que pelo menos 98% dos entrevistados tinham pelo menos escutado sobre o tema (Anistia Internacional, 2018, p.15-16).

Também em 2018, diversas pessoas católicas pediram desligamento oficial da Igreja Católica na Argentina. No dia da votação do aborto no Senado, a Coalizão Argentina por um Estado Laico (Cael), fundada em 2009 por advogadas, antropólogas e filósofas feministas, distribuiu mais de 1.300 formulários para fazer pedidos de desligamentos da Igreja na frente do Congresso (Carmo, 2018). Naquele contexto, 59% dos argentinos e argentinas em 2018 apoiavam a descriminalização do aborto. Além disso, 70% consideravam importante que o Congresso discutisse o tema, ao passo que 63% consideravam que a Igreja Católica deveria

permanecer fora da discussão parlamentar, enquanto somente 23% entendiam que a Igreja precisaria ter espaço no debate (AFP, 2018).

A Campanha, inicialmente formada por coletivos feministas e movimentos de mulheres, passou a contar com a adesão de mais de 305 grupos, organizações e pessoas dos mais diversos espaços, desde acadêmicos e acadêmicas até sindicalistas (CCOO, 2018). O caráter sólido e amplo da Campanha se evidenciou ainda mais no seu propósito de não somente descriminalizar socialmente o aborto, mas também propor um debate amplo, pautado por inclusão, interdisciplinaridade e transversalidade. Assim, com a finalidade de abarcar o âmbito da educação, da saúde pública, da justiça e do direito de decidir sobre o próprio corpo, a Campanha se centrou em três aspectos: educação sexual para decidir; anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer (CCOO, 2018). Segundo o documento *Argumentos*:

La criminalización del aborto atenta contra toda ampliación de derechos, restringe la ciudadanía de las mujeres y agrava la situación social de vulnerabilidad, que encuentra como consecuencia más violenta la muerte. Son las mujeres y las personas con capacidad de gestar y gestantes con escasos recursos económicos y educacionales, agobiadas hoy por la inflación, el desempleo y la crisis económica, y que no cuentan con educación sexual integral, ni tienen acceso asegurado a métodos anticonceptivos quienes principalmente están expuestas y padecen esas consecuencias (Argumentos, 2018).

A “Maré Verde”, como ficou conhecida a série de mobilizações massivas pelo direito ao aborto, tornou-se um ponto sem retorno na Argentina, e isso se expressou de forma máxima em 2018, momento de virada para o que aconteceu de fato dois anos depois (Alcaraz, 2019). As mobilizações realizadas na noite da votação na Câmara de Deputados, em junho daquele ano, demonstraram a força do movimento. Neste contexto, cumpre realçar o papel desempenhado pelas vigílias feministas, reuniões de ativistas nas ruas para esperar pelo resultado da votação. Conforme destaca Verónica Gago, uma das principais ativistas do NUM: “Essa é uma luta histórica que condensa muitas causas, que é intergeracional, que convoca diversas militâncias e que conseguiu se fazer massiva por meio de muito esforço organizado” (Gago, 2021).

Como resultado dessas fortes mobilizações, a lei passou na Câmara, mas foi barrada no Senado por uma pequena diferença. E mesmo que não tenha sido aprovada no ano simbólico de 2018, a mudança já havia ocorrido, pois conforme indicam os analistas, diante das pressões sociais, a aprovação da lei era apenas uma questão de tempo (Colombo, 2021). Vale frisar que este movimento pela descriminalização do aborto teve como um dos seus

principais propulsores o NUM. Via defesa da descriminalização do aborto, as mulheres criaram um movimento político (não só feminista) que enfrentou os setores conservadores, em especial a Igreja Católica, a partir da demanda de aprofundamento do laicismo e da democracia.

Assim, na manhã do dia 30 de dezembro de 2020, ano marcado pelo avanço da pandemia, em Buenos Aires se ouviu um grito preso por décadas. Por 38 votos a 29, o Senado Argentino aprovou a Lei 27.610, que garante o direito ao aborto gratuito e seguro a toda mulher em território argentino, até a 14ª semana de gestação (Boueri, 2020). Importa destacar o aspecto internacionalista da lei, uma vez que não há restrições às estrangeiras que residem na Argentina, pois “não se pode negar ou restringir, em nenhum caso, o acesso ao direito à saúde, à assistência social ou à atenção sanitária a todos os estrangeiros que o requeiram, seja qual for sua situação migratória” (Argentina, 2020).

O ativismo intergeracional, heterogêneo e confluyente em torno de uma agenda comum fez com que crescesse a “Maré Verde” e este movimento ultrapassasse as fronteiras. Feministas de todos os países da América Latina acompanharam o debate argentino de perto. Desse movimento de solidariedade latino-americano as mulheres encontraram forças nos laços transnacionais para reivindicar por suas vidas e por seu direito de decidir. O resultado foi uma explosão de manifestações por todos os países da região, fazendo renascer e crescer a mobilização feminista em torno dessa pauta (Cárdenas; Escales, 2018).

Ademais, Barbara Sutton argumenta que o imaginário feminista global tem viajado tanto *online* como *offline* via símbolos fortes. No caso dos protestos pelo direito ao aborto, o símbolo do lenço verde “ajudou a capturar atenção pública, energizar o ativismo, despertar emoções e sintetizar significados políticos. A história desses símbolos através das fronteiras revela a construção regional de quadros interpretativos e repertórios afetivos comuns” (Sutton, 2020, p. 8).

O lenço é usado no pescoço, na cabeça, no pulso, como blusa ou outra vestimenta, ou amarrado na mochila, assim estendendo o protesto feminista para o campo do corporal e do cotidiano. Os lenços, “[o] brilho, a pintura corporal e a qualidade geralmente alegre das jovens participantes da maré verde é mais do que um estilo de protesto”, segundo Sutton. “Também transforma o estigma associado ao aborto” ela insiste, “já que as manifestantes não apenas exibem o lenço verde com orgulho e sem medo, mas exuberantemente celebram seu direito à liberdade, sua resistência” (Sutton, 2020, p. 8).

Figura 7 - jovens feministas comemorando a aprovação da Lei do Aborto em 30 de dezembro de 2020



Fonte: MorningStar

O México avançou na descriminalização, em decisão histórica e unânime, pois a Suprema Corte do país decidiu, no dia 7 de setembro de 2021, que punir interrupção de gravidez é inconstitucional em todo o território mexicano. Isso abriu as portas para que as mulheres mexicanas pudessem ter acesso a esse procedimento através de um recurso de amparo (DW Brasil, 2021).

Até então, o aborto era despenalizado em somente 4 dos 32 estados mexicanos: Cidade de México, Oaxaca, Hidalgo e Veracruz. A decisão versou apenas a respeito da invalidação do previsto no Código Penal de Coahuila – a Corte debateu por dois dias uma causa de inconstitucionalidade, proposta pela Procuradoria Geral da República, sobre os códigos penais dos estados de Coahuila e Sinaloa, que criminalizam o aborto, prevendo até 3 anos de prisão –, mas abriu um precedente para que tribunais regionais rejeitem punições nas suas legislações.

Após uma série de avanços na descriminalização do aborto, em decisão histórica, a Suprema Corte do país decidiu em julho de 2023 pela despenalização total em todo o território mexicano. Um passo além do que foi dado pela Corte em 2021 como mencionado, pois passa a não ser considerado mais crime a realização do procedimento. A decisão se deu a partir do argumento de que a penalização viola os direitos humanos das mulheres e das pessoas com capacidade de gestar (BBC News Mundo, 2023).

No país, o aborto clandestino até então era a quarta causa de mortes maternas, de acordo com o Observatório de Mortalidade Materna. Segundo um levantamento do Instituto Guttmacher, realizado em 2018, são realizados entre 750 mil e 1 milhão de abortos clandestinos anualmente no México. Além disso, a sentença também determina que o Estado

deve garantir o direito à interrupção voluntária da gravidez na rede pública de saúde (Andes-SN, 2021).

Após a importante decisão da Suprema Corte, outros estados também despenalizaram o aborto, foram eles os estados de Guerrero, Colima, Sinaloa, Baja Califórnia e Baja Califórnia Sur (Werneck, 2022). Mais recentemente, Quintana Roo aprovou a despenalização do aborto. Dessa forma, atualmente 11 dos 32 estados mexicanos permitem o aborto (Trejo, 2023).

No que diz respeito ao Chile, a Câmara Baixa aprovou em 2021 a iniciativa chilena que busca modificar o Código Penal para não punir quem realizar a interrupção da gravidez no prazo máximo de 14 semanas. A ação foi aprovada por 75 votos a favor, 68 contra e duas abstenções (CNN Brasil, 2021).

Após isso, a proposta deveria ser analisada pelo Senado, porém não houve avanços. O Chile se encontrava em 2022 em um momento de profundas mudanças, com a eleição do presidente de esquerda, ex-militante do movimento estudantil, Boric, além dos avanços propostos pela Convenção Constitucional, que teve seu texto entregue ao presidente no dia 4 de julho de 2022. Os chilenos e as chilenas rejeitaram o texto da nova Constituição, contudo, a proposta de nova Constituição reacendeu o debate a respeito da descriminalização do aborto, uma vez que em seu texto abordou a autonomia em relação aos direitos reprodutivos:

Artículo 61 1. Toda persona es titular de derechos sexuales y reproductivos. Estos comprenden, entre otros, el derecho a decidir de forma libre, autónoma e informada sobre el propio cuerpo, sobre el ejercicio de la sexualidad, la reproducción, el placer y la anticoncepción (Chile, 2022).

Finalmente, os laços de solidariedade, as alianças, as estratégias e as denúncias comuns impulsionados pelo NUM na América Latina reforçam a importância da luta conjunta pela vida das mulheres. A batalha pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres deve estar centrada no direito de decisão das próprias mulheres. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 acentuou o papel das redes sociais no fazer político desse movimento, da mesma forma que escancarou o quanto a vida e os direitos das mulheres estão sob constante ameaça. As argentinas, as chilenas, as mexicanas, as brasileiras, entre tantas outras mulheres da nossa região, seguem em luta pela vida de todas e por uma América Latina feminista. Nas palavras de Verónica Gago:

Esperamos que a reivindicação pela legalização do aborto continue a se expandir em toda a região, que o debate seja impulsionado ao mesmo tempo que se une com outras lutas, que a possibilidade de abortar seja reivindicada e que se expanda como

um gesto anticonservador contra uma tentativa de ordem neoliberal reacionária que quer apaziguar a crise civilizacional que vivemos (Gago, 2021).

3.3. Assembleia Latino-Americana Feminista 3J: mapeamento através de consignas

Neste item, vamos tratar da Assembleia Latino-Americana Feminista 3J, promovida pelo NUM em 3 de junho de 2021. A assembleia foi transmitida pela plataforma do grupo, no YouTube, e reuniu feministas de coletivos, partidos, entidades e organizações de diversos países da América Latina e do Caribe (Ni Una Menos, 2021).

Uma das estratégias de atuação do NUM é a formação de assembleias abertas. Guiomar Rovira Sancho ressalta a importância das assembleias, pois essa forma de organização se torna necessária como uma maneira de encarnar a tomada de decisões coletivas (Sancho, 2016, p. 152). Ainda, para a autora, a força das assembleias segue uma lógica complexa de operar em processos de maior amplitude e dispersão geográfica, quando o número de participantes aumenta, diversifica-se, expande-se, e há diversas formas de intervenção (Sancho, 2016, p. 154). Contudo, o *Ni Una Menos*, tendo em vista o cenário pandêmico e a necessidade de lidar com diversas questões no espaço *online*, adaptou a assembleia para o espaço virtual, excluindo as barreiras geográficas, porém limitando o número de participantes.

A Assembleia 3J de 2021 foi um acontecimento importante no contexto das articulações feministas da nossa região. Contou com a participação de feministas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Porto Rico e Uruguai. O evento, que também marcou os seis anos da Primeira Marcha do NUM, teve como objetivo principal fazer um balanço destes últimos anos para o movimento feminista na América Latina e se estruturou a partir da seguinte pergunta: quais consignas estamos trabalhando hoje?

Essa metodologia baseada em consignas, segundo Veronica Gago, uma das organizadoras do evento, foi escolhida em função da centralidade das mesmas para os diferentes movimentos. O próprio encontro tinha como consigna geral: “¡Ni Una Menos! ¡Vivas, libres, y desendeudadas nos queremos!”. Vale frisar que a elaboração permanente de consignas é um componente muito rico dos movimentos feministas da região e a criação de palavras de ordem e *slogans* de forma coletiva é um dos principais elementos das pedagogias feministas. Nesse sentido, o saber coletivo conceitua, nomeia e difunde as principais demandas dos movimentos feministas latino-americanos.

As consignas dão conta de sintetizar experiências diferentes, ao passo que resultam em textos políticos construídos de forma coletiva, que surgem em determinados locais e vão se espalhando para outras latitudes, em um processo de tradução que gera programas feministas para além das fronteiras dos Estados nacionais. Esse elemento também foi ressaltado por Luci Cavallero, outra organizadora do evento. Cavallero destaca a importância da linguagem feminista construída pelas feministas. Para ela, esse discurso comum tomou uma dimensão internacionalista, afirmando que “fazia muito tempo que não se tinha um movimento com esse nível de ressonância com diálogos transnacionais e transfronteiriços” (Cavallero, 2021).

Portanto, a partir das consignas de cada movimento, esta Assembleia refletiu sobre o panorama das lutas nos respectivos países representados para pensar as ações e estratégias feministas da região. A escolha por analisar a Assembleia Feminista 3J se dá em razão de que, devido à limitação dos encontros presenciais, das manifestações e mobilizações nas ruas, o evento foi levado para o espaço virtual, campo onde o NUM mobiliza fortemente, além de permitir o encontro de diferentes representantes de países da América Latina, dada a facilidade que viabiliza o encontro virtual. Nesse sentido, a AD nos possibilita realizar tanto uma análise interna do discurso (o que diz, como diz) e uma análise externa (por que diz o que diz) (Gregolin, 1995, P. 17). Segundo Eni Orlandi:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem¹⁴ falando (Orlandi, 2007, p. 15).

A compreensão da AD também passa pela “identidade verbal” que se constitui a partir da imagem de si que é projetada pelo locutor e que indica o lugar dos interlocutores na estrutura de uma formação social. Essa identidade se constitui por meio do que o locutor mostra de si mesmo mediante o léxico, o tom, o registro, o estilo, os argumentos que utiliza, a conexão que se estabelece entre os enunciados, sua postura corporal, sua gestualidade e vestimenta, entre outros atributos (Zeifer, 2020, p. 24).

As tendências francesas de AD retomaram a retórica aristotélica para identificar esta imagem de si projetada pelo locutor em um discurso: o *ethos*. Para Aristóteles, o *ethos* possuía valor eminentemente argumentativo: todo bom orador devia construir uma imagem de si

¹⁴ Cabe esclarecer que até a década em que a autora escreveu o referido texto, ainda era utilizado o termo “homem” para se referir a “ser humano”.

favorável para ser conferido de autoridade e credibilidade por parte dos seus interlocutores (Zeifer, 2020, p. 23). Ruth Amossy (2010) retoma este conceito e propõe que o *ethos* não é somente um ornamento retórico do que se serve um bom orador para persuadir sua audiência, mas sim envolve a dimensão integral do discurso. Nesse contexto, o *ethos* é o que entendemos como o efeito do uso da palavra em uma situação.

Além disso, o que é dito ou enunciado não tem o mesmo *status* conforme o lugar que os interlocutores ocupam, daí entra o contexto sócio-histórico (Neves de Brito, 2012, p. 550). Por isso as condições de produção são consideradas em toda e qualquer análise. A importância da noção de condição de produção reside em permitir ao dispositivo analítico uma maneira de verificar/observar como o discurso é delineado pela associação entre as relações de força, que são exteriores à situação do discurso, e as relações de sentido que se manifestam nessa situação (Pêcheux, 2001, p. 87). Outro componente fundamental para a AD é a ideologia que, em suma, é a visão de mundo de determinada classe e como essa visão se reflete na ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua, ao que Pêcheux (1990) denomina de “formação ideológica” ou “condições de produção do discurso”. Isto é, uma sociedade possui variadas formações ideológicas e a cada uma delas corresponde uma “formação discursiva” (Gregolin, 1995).

A Assembleia Feminista Latinoamericana 3J foi realizada no dia 3 de junho de 2021, de modo virtual e transmitida pela plataforma do YouTube, conforme já assinalado. Na primeira rodada de falas, teve como elemento central discursivo as consignas que circulam entre os países representados e, a partir daí, a discussão aprofundada de temas dentro de cada realidade. As falas foram feitas por Nora Cortiñas, representante das Mães da Praça de Maio, Lucia Cavallero e Veronica Gago, representantes do Ni Una Menos; Betty Ruth, representante de Coletivo Feminista da Colômbia; Francy Junior, representante do Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara; Monica Benício, vereadora da cidade do Rio de Janeiro e ex-companheira de Marielle Franco, representando o Brasil; Karina Nohales, pela Coordenadora Feminista 8M (CF8M) do Chile; Gahela, representante do partido Nuevo Peru; Zoán Tanís e Shariana, representantes do Colectivo Feminista em Construcción, de Porto Rico; Mariana, representante do Uruguai; e Maria Santucho, representante de Cuba.

Conforme relatado na Assembleia, na Colômbia a consigna que se destacou, em um contexto de intensas mobilizações, somado ao contexto pandêmico, segundo Betty Ruth é: “a quien les duele nuestras muertes”, fazendo referência ao Paro Nacional de Colômbia e

principalmente às mulheres negras, que são as mais afetadas tanto pela violência institucional quanto pela pandemia.

Francy Junior e Monica Benício, ao falarem do Brasil, fizeram referência à consigna “Fora Bolsonaro!” e enfatizaram a urgência de enfrentar e resistir ao governo genocida responsável pelo agravamento da pandemia, bem como a importância de pautar conjuntamente a luta contra o genocídio da população negra, o genocídio indígena e a cobrança por respostas pelo assassinato de Marielle Franco. Francy Junior encerrou sua fala na Assembleia dizendo: “O que nos resta é resistir, é lutar, é reafirmar nosso compromisso com cada uma das mulheres do Brasil e da América Latina”.

Karina Nohales, da Coordenadora Feminista 8M (CF8M) do Chile, ressaltou em sua fala três momentos pelos quais o país passou desde 2019: a formação de um espaço de revolta, a pandemia e a Constituinte. Assim, algumas consignas surgiram do movimento feminista para dar conta desses momentos: “a la normalidad neoliberal, no volvimos nunca más”, “que muera Piñera, no mi compañera” e “no pagaremos la crisis ni con nuestra vida, ni con nuestros cuerpos”¹⁵.

A fala de Gahela, uma feminista trans, integrante do partido Nuevo Peru, apontou para a importância de um feminismo diverso. Também refletiu sobre a direita nesse país, e as formas como esta vem atacando as mulheres e tudo que rompe com os moldes heteronormativos. Em um momento pré-eleições, trouxe a preocupação com o fujimorismo, uma força política que “pisoteia” os direitos das mulheres e das diversidades. Também enfatizou a urgência da legalização do aborto e levantou a consigna de que “el feminismo llegó para quedar”.

Zoán Tanís e Shariana, representantes do Colectivo Feminista Construcción, apresentaram a situação e as consignas das feministas de Porto Rico, inserindo o Caribe nesse debate. Trouxeram o contexto da sua organização, do fato de virem de um feminismo negro¹⁶

¹⁵ As citações de fala e de consignas deste item que não são seguidas de referências têm como fonte a Assembleia Feminista Latinoamericana 3J, realizada de modo virtual e transmitida via YouTube em 03 de Junho de 2021.

¹⁶ Para o feminismo negro as opressões sofridas pelas mulheres negras se originam da intersecção de opressões de gênero, de raça e de classe que colocam as mulheres negras à margem do poder e da representação, expostas a violência racial e de gênero, imersas na marginalidade econômica e invisibilizadas em diversos contextos. A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica utilizada pelas feministas negras para refletir acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, capitalismo e racismo em suas articulações, que implicam em múltiplas situações de opressão sofridas pelas mulheres negras (Marques, 2022).

e com base decolonial¹⁷. A respeito de suas consignas, afirmam que a musicalidade está muito presente: “Contra la violencia, estado de emergência”.

Daí surge uma proposta das feministas ante a negação do Estado em reconhecer que uma epidemia de violência de gênero está presente no país e que é um problema do próprio Estado. Além disso, outra consigna que utilizam como "cantiga espiritual" é: “vamos a quemar el cielo, si fuera necesario”. Concluíram as suas falas afirmando que sua luta não é apenas sobre a vida que querem para o futuro, mas também sobre a vida que querem e merecem agora.

Por sua vez, Nora Cortiñas, uma das Mães da Praça de Maio, mencionou a dívida externa, que empobrece o povo argentino, especialmente as mulheres. Já a ativista Mariana Menendez Diaz, do Uruguai, relatou que as feministas de seu país voltaram a se organizar a partir de 2014 contra os feminicídios, criando a consigna “feministas alertas en las calles”, que em 2014 fez com que o movimento feminista se reorganizasse, pois antes estava com uma agenda muito institucional, estatal. Para ela, outro momento de inflexão foi a volta das mobilizações de 8 de março, por isso é necessário recuperar esse dia como dia de luta, e 3 de junho de, com a Marcha NUM, que em 2015 igualmente aconteceu no Uruguai. Ademais, outro ponto importantíssimo se deu em 2017, quando passou a ser organizada uma greve internacional, e a partir de 2018 surgiu a consigna: “Despatriarcalizar la vida”. Outra consigna das uruguaias foi “Trama, rebelión y señalar la precarización” (Menendez, 2021).

Por fim, a fala de Maria Santucho trouxe a perspectiva a partir de Cuba. Ela relatou que de fato em Cuba as mulheres avançaram em suas conquistas, o que ainda não se observa em todos os outros países da região. Porém, essas conquistas e estes espaços ocupados por elas são frágeis; é preciso estar vigilante, são conquistas que precisam ser cuidadas e defendidas. Santucho também criticou o Estado cubano que não dá a visibilidade que poderia aos casos de feminicídio e de violência de gênero.

¹⁷O feminismo decolonial surge a partir do texto “Colonialidad y género” (2008), da filósofa argentina María Lugones. Nele a autora amplia a teoria da “colonialidade do poder” do sociólogo peruano Aníbal Quijano, introduzindo a noção de “sistema moderno-colonial de gênero”. Para Lugones, além de raça, o conceito “moderno-colonial” de gênero – no sentido de aquilo que qualifica e identifica a diferença sexual – também teria sido introduzido nos países latino-americanos como forma de dominar e controlar o trabalho e os corpos. O feminismo decolonial latino-americano se junta ao movimento das mulheres negras e não brancas na reivindicação de que a questão do racismo é central no eixo da opressão patriarcal-capitalista.

Figura 8 - Assembleia 3J 2021



Fonte: Instagram

As consignas, ou palavras de ordem, frases concisas que procuram reunir as principais pautas e reivindicações das feministas no contexto local, têm também, muitas vezes, uma função poética e/ou mnemônica. A partir das consignas trazidas por cada uma, e retomando a importância do contexto sócio-histórico para a Análise do discurso pecheutiana (ADP) (Neves de Brito, 2012, p. 550), temos o contexto pandêmico como central, o que influencia diretamente o que se diz, como se diz e por que se diz. Depreende-se um modo de compreender as consignas e os significados delas a partir das práticas discursivas, ou seja, das posições-sujeito constituídas do lugar discursivo feminista, no qual todas as presentes estão inseridas a partir do *ethos*.

Essa posição de sujeito-feminista que pode ser atribuída a elas devido ao contexto e à identidade que exprimem é explicada por Amossy: “a construção de uma imagem de si é sempre advinda de um imaginário social” (Amossy, 2010, p. 44), uma vez que o sujeito necessita remeter-se a categorias previamente conhecidas, como os estereótipos e outras formas cristalizadas de representação coletiva, para interpretar toda situação nova (Zeifer, 2020, p. 24).

Ainda sobre as consignas, elas geram efeitos de sentido que são produzidos pelo discurso sobre as pautas levantadas, como violência de gênero, saúde pública, legalização do aborto, violência do Estado patriarcal. Além disso, estas mulheres ressaltam que tudo isso ganha mais visibilidade naquele espaço, composto por mulheres feministas, pois seria muito distinto se aquelas falas fossem proferidas em um outro contexto.

Em um segundo momento, as mulheres presentes foram questionadas pelas organizadoras a respeito de horizontes e agendas para o futuro, tanto locais como internacionais. No Brasil, se reforça o enfrentamento ao governo – chamado de genocida por diversos movimentos sociais – como agenda, a luta contra o retrocesso, defendendo os direitos humanos. Também enfatizam que, com relação à saúde pública das mulheres, está a pauta do aborto, argumentando que esta discussão avance. Por sua vez, no Chile, o desafio é transversalizar o feminismo de forma mais ampla. Também lutar contra o neoliberalismo, mas com medidas programáticas, desmontar o neoliberalismo até o final. Propõe-se uma Constituinte feminista, porém, nenhuma Constituição tem o poder de acabar com o patriarcado, por exemplo. Então é enfatizado o fato de que não se pode limitar essa potência dentro de um processo constitucional. As feministas precisam disputar, sim, esse espaço, mas não se limitar a ele.

Segundo as participantes, no Peru, os desafios são muitos. É preciso um feminismo antirracista, decolonial, um feminismo que luta pelas mulheres indígenas, campesinas, afrodescendentes. Por isso são necessários espaços formativos, seguir construindo outras formas de organização, de disputa, a partir dos carinhos e dos afetos. E isso deve se dar internacionalmente e cada vez de forma mais forte. Já no Uruguai, avalia-se que o momento é difícil. Além de pensar horizontes radicais, é preciso também um programa contundente. O desafio maior é voltar a se apropriar de memórias, de formas de luta, e há o desafio de manter vivo o que está se construindo. Internacionalmente, enfatizou-se que é importante ampliar as articulações transfronteiriças, estar em espaços como a Assembleia. Por fim, em Porto Rico, o desafio também é enfrentar a direita, que ocupa os espaços institucionais de maneira muito acelerada. O horizonte está em fortalecer as alianças e encontrar pontos em comum. E, a partir dessas alianças, de pontos comuns e de diferenças, criar uma agenda que possibilite uma internacional feminista como potência feminista.

Ao final, as mulheres presentes concluíram que a violência política é marcada pelo avanço regional de uma direita que necessita exercer essa violência contra as mulheres. Ressaltaram que, desde o início do NUM, os diálogos internacionais são uma ferramenta para se pensar além das questões locais, pois é necessário seguir nutrindo esse internacionalismo. A América Latina é uma região de disputa, uma região que não se resigna aos planos do neoliberalismo: “temos que seguir aprofundando essa desobediência, e isso só podemos fazer juntas” (Gago, 2021).

Analisando esse segundo momento de falas, pautado pelas agendas, horizontes e anseios para o futuro, o discurso que predomina é a respeito da importância das mulheres seguirem organizadas e unidas, especialmente em um contexto de emergência sanitária e de avanço da direita na região. Aqui se evidencia o elemento da ideologia, também fundamental para a ADP. De acordo com Pêcheux (2014), o sujeito é constituído na interpelação ideológica do indivíduo através da sua relação no mundo, com a história e o inconsciente. Essa construção materializa-se pela ação ou pelo discurso. Ao ser interpelado, o sujeito ideológico constitui-se sob a norma identificadora da ideologia que determina “o que é e o que deve ser” (Pêcheux, 2014, p. 14).

A ideologia identificada é a ideologia de espectro político de esquerda, presente em todas as falas de forma mais contundente ou não, e feminista – algumas participantes indicando sua vertente do feminismo, como é o caso das representantes de Porto Rico e do Peru –, sendo que é a ideologia que veicula e evidencia o modo como se constroem os sentidos dados ao mundo, às coisas. O diagnóstico geral é de que o avanço da direita restringe os direitos das mulheres e das diversidades e que se deve ressaltar a responsabilidade dos Estados tanto no combate à pandemia quanto na reprodução e manutenção da violência de gênero. Deste modo, conhecendo a ideologia por trás dos discursos proferidos neste espaço, conseguimos identificar o imaginário do que é ser sujeito-mulher para as mulheres presentes numa sociedade patriarcal e quais os sentidos produzidos a partir disso (Farias; Sampaio, 2021, p. 66).

Retomando o conceito de sujeito para a ADP, ele não corresponde ao sujeito empírico, a sua materialização no discurso ocorre pela identificação desse sujeito com uma formação social específica, com base no lugar social que ocupa, inscrevendo-se numa determinada formação discursiva e não em outra, passando do empírico ao discursivo. Dessa forma, o lugar discursivo materializado no discurso é definido pelo lugar social ocupado pelo sujeito empírico (Farias; Sampaio, 2021, p. 68).

Esse lugar social é influenciado pelas relações de poder que interferem no lugar discursivo ocupado pelo sujeito por meio do movimento de identificação do sujeito do discurso, com a forma-sujeito da formação discursiva a qual se inscreve. Assim:

É a prática discursiva que estabiliza o lugar social do sujeito empírico. Para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (Grigoletto, 2007, p. 5).

Tendo em conta que o lugar social e o discursivo são respectivamente construídos, o primeiro só se legitima pelo discurso e o segundo acontece pela determinação do lugar social que possibilita a inscrição dos sujeitos autorizados para tanto em uma formação discursiva dada. Lugar social e discursivo são, desse modo, construídos na relação língua e história (Grigoletto, 2007, p. 7). Nesse sentido, o lugar discursivo identificado na Assembleia é o lugar discursivo das mulheres feministas, uma vez que se constitui a partir do lugar social de mulher significado na constituição dos discursos de e sobre mulheres nesse espaço de movimento social.

Nessa breve análise de alguns elementos relevantes para a AD presentes nas falas da Assembleia, consoante com o tema da transnacionalização do movimento NUM, mostra-se uma preocupação e um anseio pela construção de agendas e pautas comuns que extrapolam as fronteiras, sendo consenso que somente assim é possível agir acerca dos problemas que atingem a todas, em maior ou menor grau. Embora as falas estejam mais relacionadas ao contexto local em um momento de pandemia, há mais pontos em comum. Nesse sentido, o fator *identificação* está muito presente, o que permitiu um diálogo potente em direção a um horizonte comum e de construção de uma agenda regional, pensando uma América Latina em termos feministas.

Por fim, a atuação do NUM, de 2015 até 2021, mostra que não existem fronteiras na luta para combater a violência de gênero. O Coletivo vem fortalecendo e expandindo a articulação em uma escala global, no marco Sul-Sul, em especial com os países da América Latina. Esse movimento autogestionado, participativo e horizontal vem realizando ações de forma colaborativa e solidária com outros movimentos feministas através de assembleias e convocatórias abertas. Isso gera acordos, que são fruto de plenárias regionais que viralizam nas redes das organizações parceiras, ampliando a força desse movimento feminista transnacional.

Além do caráter internacionalista, o movimento tem um caráter transfeminista, pois o NUM inclui mulheres que combatem o patriarcado, o racismo, o fascismo, a LGBTfobia, a misoginia, a xenofobia e o neoliberalismo. Além disso,, salienta-se que ele também tem buscado construir articulações com os movimentos camponeses, movimentos indígenas, movimentos negro e com organizações que defendem os direitos dos e das migrantes, conforme podemos ver no “Pliego de Demandas Colectivas da Assembleia Latino-Americana Feminista 3J”:

Ante la crisis profundizada por la pandemia mundial, frente a una feroz disputa geopolítica por cómo enfrentarla, las mujeres cis, mujeres trans, travestis, lesbianas, no binarias y varones trans, sostenemos en las casas, las calles y en cada territorio la resistencia, la salud y la vida. Después de conquistar el derecho al aborto, seguimos confrontando el poder patriarcal porque afirmamos que este movimiento es antineoliberal, antirracista, anticolonial y antifascista. Nos acuerpamos con las luchas de Latinoamérica y el mundo: con la resistencia de los pueblos de Colombia y Palestina y el triunfo constituyente en Chile. Seguimos diciendo ¡Ni una menos! ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!, porque sabemos que las violencias por razones de géneros expresan violencias estructurales (Ni Una Menos, 2021).

Em síntese, o NUM foi diversificando seu repertório ativista para além de práticas de protesto e mobilização tradicionalmente conhecidas, e isso se deu com o intuito de manter a força das denúncias contra a violência de gênero e contra os feminicídios, o que inclui a violência simbólica. Essa atuação massiva e organizada gerou mudanças inclusive na abordagem feita pelos meios de comunicação, tema que será tratado no último capítulo.

Além disso, também será objeto de análise do Capítulo 5 o papel das performances e das estratégias em rede que contribuíram para que, ao longo dos anos, o Coletivo se mantivesse ativo, como ator central nas denúncias ao Estado patriarcal, e também consolidando a incidência de novos sujeitos políticos, tanto na Argentina como fora dela. As diferentes performances e estratégias em rede permitiram um processo de transformação que se encontra em curso e que conta fortemente com as ferramentas das redes sociais, como nos lembra Marcela Fuentes (2019). Estas facilitam o trabalho, que é descentralizado e distribuído, através do qual surgem respostas a casos específicos de violência de gênero, ao mesmo tempo em que reforçam as denúncias ao sistema patriarcal.

4. ASSEMBLEIAS 3J E MARCHA NI UNA MENOS 2023

Um dos objetivos centrais da nossa pesquisa foi investigar a Marcha do NUM do ano de 2023 e as Assembleias que a precederam nesse mesmo ano, a primeira após o fim da pandemia da Covid-19, e que aconteceu na cidade de Buenos Aires, Argentina.

O presente capítulo pretende relatar a experiência da pesquisa de campo por meio da observação participante, em três momentos: na segunda Assembleia, na terceira Assembleia e na Marcha 3J. Além disso, propõe uma análise teórica das Assembleias e da Marcha, bem como um olhar via Análise do Discurso (AD) do documento fruto dos encontros nas Assembleias.

A Marcha 3J é um evento realizado desde o ano de 2015 e marca o surgimento das denúncias pelos feminicídios na Argentina. O evento mobiliza uma grande quantidade de pessoas com o propósito de manter viva a memória das vítimas dos feminicídios, reivindicar direitos das mulheres e dissidências, expressar insatisfações e pautar temas específicos.

A observação participante, conforme indicado na introdução, foi selecionada como método de coleta de dados para obter uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e políticas presentes durante o evento e as demais atividades, uma vez que esse método de pesquisa possibilita um contato pessoal da pesquisadora com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as experiências das envolvidas e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações (Ludke, 1986). Além disso, atuei enquanto observadora-como-participante (Gold, 1958), técnica na qual o tempo de contato com o grupo é pontual, curto e superficial e, portanto, possui limitações (Gold, 1958, p. 221). Devido à técnica utilizada, importa frisar que as observações relatadas não dão conta de todas as facetas e ramificações do coletivo; este também não é o objetivo da observação em questão, mas sim captar impressões pontuais das Assembleias e da Marcha no ano de 2023, sobretudo no que tange ao processo de transnacionalização do movimento.

Os objetivos da pesquisa de campo foram compreender como está o movimento atualmente, após um contexto de pandemia, e tentar verificar a percepção de que esta acarretou uma desmobilização nas ruas. Além disso, buscou-se observar como acontecem as Assembleias e tomadas de decisões fora do espaço virtual, assim como quais são no momento as principais demandas e motivações das/os participantes da Marcha 3J.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 27/05/2023 e 03/06/2023, por meio da observação participante, “observador-como-participante”, conforme já destacado. Estive em duas das três Assembleias convocadas para organizar a Marcha. Durante esse período,

participei das atividades propostas, como caminhar junto às/aos manifestantes, assistir a discursos e interagir com as participantes. Para facilitar a coleta de dados, utilizei um diário de campo, registrando minhas observações, impressões, conversas e *insights* relevantes.

A primeira atividade da qual participei, no dia 27/05/2023, foi a segunda Assembleia para organizar o 3J. Esta aconteceu na Villa 31, bairro periférico da cidade de Buenos Aires. Fomos recebidas pelas membras da Asamblea Feminista de la Villa 31. Cabe mencionar que foi a primeira vez que as Assembleias ocorreram em bairros populares da cidade de Buenos Aires.

As Assembleias funcionam da seguinte forma: um coletivo é anfitrião, nesse caso a Asamblea Feminista de la Villa 31, que expõe questões urgentes do ambiente em que estão inseridas, reivindicações e ações em curso. As mulheres do coletivo anfitrião iniciam a Assembleia e, após isso, são abertas inscrições para todas que queiram falar. Diversos coletivos participam.

Nesta Assembleia foram pautadas questões específicas do bairro e questões mais amplas. Por fim, pontos específicos da organização da Marcha 3J. Durante as falas, foram abordados temas como vulnerabilidade social das mulheres na Villa 31, acesso à moradia com perspectiva de gênero, centros de saúde do bairro desabastecidos, educação popular, famílias monoparentais, trabalho informal, importância das mulheres nos espaços públicos, e manutenção da ideia de Assembleias em movimento, ou seja, realizadas em diversos espaços da cidade.

De forma mais ampla, foi abordada a questão da prisão das mulheres Mapuche. Em 4 de outubro de 2022, próximo de Bariloche, Argentina, a comunidade mapuche Lafken Winkul Mapu foi violentamente desalojada de seu território. Um comando unificado de 250 efetivos de várias forças de segurança avançou por terra e ar sobre uma comunidade de apenas 30 pessoas, incluindo crianças. No momento da ação, quatro mulheres foram colocadas em prisão domiciliar junto de seus filhos (Pressenza, 2023). No dia 6 de junho de 2023, foi concedida liberdade a Betiana Ayelén Colhuan, Romina Rosas e Luciana Jaramillo, em razão da decisão do Tribunal da cidade de General Roca, após acordo entre o Estado e a comunidade desalojada (CELS, 2013).

Também foi abordado o indulto de Milagro Sala, uma líder comunitária da organização popular Tupac Amaru de Jujuy, província situada no noroeste da Argentina. Sala foi a primeira presa política do governo de Mauricio Macri em janeiro de 2016. Organizações de direitos humanos declararam ilegal a prisão e exigiram sua liberação imediata (Fuentes,

2020). Sala segue em prisão domiciliar, e durante a Assembleia falou-se sobre seu estado de saúde, que é crítico. O indulto de Milagro é uma das principais reivindicações do NUM.

Na Assembleia de la Villa 31, foi interessante observar também uma das características do movimento feminista da Argentina, o aspecto intergeracional. Entre as mulheres que falaram esteve presente uma estudante do ensino médio de Buenos Aires, denunciando a falta de uma perspectiva de gênero nas escolas; e também falou Nina Brugo, militante há mais de 60 anos e uma das responsáveis pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, que usava o *Pañuelo verde*.

Outros dois pontos importantes da Assembleia foi observar a urgência de pautas relacionadas à Reforma Judicial feminista (foi sugerida a consigna “con este poder judicial no hay ni una menos”), e por meio de votação foi definido que a Marcha seria realizada na Praça do Congresso, por entenderem que a Reforma Judicial feminista seria a principal reivindicação do ano. A Assembleia encerrou com a chamada para a terceira e última Assembleia.

**Fotografia 1 - Bandeira Asamblea
Feminista Villa 31**



Fonte: autoria própria

Fotografia 2: Nina Brugo, militante



Fonte: autoria própria

Fotografia 3: Bandeira Whipala



Fonte: autoria própria

A terceira Assembleia aconteceu no dia 31/05/2023, na Plaza Constitución, e o coletivo anfitrião foi o coletivo de trabalhadoras sexuais que vivem e trabalham no bairro Constitución, região periférica conhecida pela violência nas ruas.

As trabalhadoras sexuais iniciam a Assembleia denunciando que elas e, igualmente, moradoras/es migrantes sofrem perseguição da polícia na região, além de enfrentarem a falta de condições de moradia por serem discriminadas pelo trabalho que exercem. Quando é de conhecimento dos donos de quartos ou apartamentos que se trata de trabalhadoras sexuais, eles cobram valores abusivos das mesmas, que não conseguem sair da região. Nesse sentido, ressaltam a importância do movimento feminista se aproximar das mulheres que vivem naquele bairro. Além disso, reivindicam a necessidade do trabalho sexual ser reconhecido como uma profissão a ser regulamentada.

Após isso, foi aberta a rodada de falas para as outras participantes da Assembleia. Pontos que foram levantados durante as falas: do último 3J para aquele momento, a situação de violência contra as mulheres piorou, bem como a pobreza, e o governo federal argentino parece alheio a essa situação. As participantes ressaltam também que, durante a pandemia, as mulheres mostraram a sua capacidade de mobilização com a iniciativa dos comedores populares que foram disponibilizados para as pessoas marginalizadas e em situação de pobreza.

Igualmente, identificam que, devido à grande participação de mulheres nas três Assembleias, seria um 3J massivo. Nesse sentido, concluíram que pessoas que haviam se afastado do movimento, especialmente após a pandemia, estavam voltando a participar dos espaços da Assembleia, além de pessoas que participaram pela primeira vez, evidenciando a capacidade de mobilizar mais pessoas do movimento.

Tanto na primeira quanto na segunda Assembleia, familiares de vítimas de feminicídio falaram sobre a necessidade de seguir a luta contra os feminicídios pela memória das que se

foram. Além da urgência de proteger as crianças vítimas de abuso sexual. Também se abordou a importância do feminismo popular estar ao lado de Cristina Kirchner, que sofre perseguição judicial. Pontuaram, ainda, o avanço da direita¹⁸ no país, e como ela se organiza contra as mulheres, exigindo uma resposta feminista nas ruas.

Outro ponto abordado foi a necessidade de construir assembleias verdadeiramente populares, como foram as Assembleias recentes. Também pontuou-se a necessidade de lutar contra a discriminação de pessoas gordas. E foi reafirmado que as Assembleias para o 3J seriam sempre o encontro de diversas Assembleias.

Fotografia 4: Assembleia com as trabalhadoras sexuais na Plaza Constitución



Fonte: autoria própria

¹⁸Em ano de eleição presidencial, a ultradireita se apresenta como uma ameaça real e iminente na figura do candidato Javier Milei, do partido La Libertad Avanza (LLA). Milei surpreendeu como o candidato mais votado nas PASO (Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias), com 30% dos votos (Página 12, 2023). O primeiro turno das eleições acontece no dia 22 de outubro.

Fotografia 5: trabalhadoras sexuais



Fonte: autoria própria

No dia 03/06/2023, sábado, aconteceu a Marcha 3J na Praça do Congresso, em Buenos Aires. Algumas horas antes, ocorreu outra Marcha na Plaza de Mayo, que contou com organizações políticas diversas e familiares de vítimas de feminicídio, que fizeram algumas falas. Ao questionar uma das participantes por que havia dois eventos distintos sobre o mesmo tema, esta opinou que o movimento é maior que o próprio coletivo; ali na Plaza de Mayo, estavam organizações que se posicionam contra o governo atual, enquanto na Praça do Congresso, estariam organizações que estão ao lado do governo, como o próprio NUM, que tem entre algumas de suas integrantes mulheres que atuam diretamente no governo. Importa destacar que a manifestação da Plaza de Mayo contava com um número reduzido de pessoas.

14h era o horário marcado para concentração na Praça do Congresso. Chegando pontualmente, o ponto de encontro já reunia muitas pessoas. Diversas organizações de mulheres e de militância de esquerda de modo geral. Além disso, o grupo de percussão Talleres Batuka se apresentava. Havia diversas banquinhas das organizações presentes com diferentes atividades envolvendo a temática de gênero. Havia também uma atmosfera de celebração, encontros e reencontros, com uma mistura de faixas etárias, mulheres vindas de diversos bairros e outras regiões da província (ou estado) de Buenos Aires; e alguns homens estavam presentes.

Ao final da tarde, em um palco montado em frente ao Congresso, estavam presentes integrantes do NUM e de outros coletivos que participaram das Assembleias. Realizaram a leitura do documento elaborado de forma coletiva a partir do que foi levantado nas Assembleias. Este documento marcou as reivindicações da Marcha 3J de 2023 e a agenda feminista da Argentina nesse momento. A leitura se deu de forma conjunta, foi um momento de muita vibração e emoção. Após a leitura do documento, para encerrar a Marcha, ocorreu o show da banda argentina de cumbia Sudor Marika, com um clima novamente de celebração da vida das mulheres.

Durante a observação participante de todas as atividades, foram identificados os seguintes resultados:

As principais demandas das participantes incluíam a reivindicação de direitos das mulheres, a luta por uma reforma judicial feminista, a defesa dos direitos das minorias, a libertação de presas políticas e a luta contra a atual situação econômica da Argentina.

Observei um forte senso de solidariedade e coesão entre as/os participantes, expresso por meio de cânticos, faixas e gestos de apoio, pelo respeito à fala de todas nas Assembleias. Além disso, como já destacado antes, evidenciei a participação de mulheres de diferentes idades e contextos sociais.

Os discursos durante a marcha destacaram a importância da participação política, a necessidade de mudança social e a busca por justiça e igualdade. A organização do evento foi eficiente, providenciando serviços básicos e garantindo a segurança das participantes.

Fotografia 6: manifestação familiares vítimas feminicídio Plaza de Mayo



Fonte: autoria própria

Fotografia 7: Bandeira NUM Marcha 3J na Plaza Congreso



Fonte: autoria própria

Fotografia 8: bandeiras Marcha 3J Plaza Congreso



Fonte: autoria própria

Fotografia 9: Talleres Batuka



Fonte: autoria própria

Fotografia 10: Marcha 3J Plaza Congreso



Fonte: autoria própria

Acerca das Assembleias organizativas do 3J e da Marcha em si, para pensá-las a partir de um ponto de vista teórico, recorreremos aos estudos de Judith Butler sobre o tema das Assembleias públicas e protestos sociais. Ao analisar as manifestações nas ruas e praças, cada vez mais frequentes em todo o mundo, Butler, em sua obra *Cuerpos aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea*, nos instiga a pensar que seria natural descrevermos tais organizações como “corpos que se reúnem para reivindicar em espaços públicos” (Butler, 2017 p. 75). Entretanto, essa afirmação pressupõe o espaço público como algo dado, que já existe e se reconhece como tal.

Outro ponto que expressa a força das assembleias públicas, segundo Butler, seria justamente a reunião de pessoas que não se conhecem, mas que se unem por uma determinada causa. Essas reuniões implicariam uma dimensão desconhecida de nossa solidariedade com outros indivíduos que estamos dispostos a aceitar. Assim, o corpo estaria exposto a pessoas e a impressões sobre as quais muitas vezes não se tem previsibilidade e controle.

Butler afirma que: “quando as multidões se reúnem, o que está em jogo, aquilo pelo que se luta, é justamente o caráter público do espaço” (2017, p. 75). Dessa forma, podemos olhar para as Assembleias e a Marcha, a partir de dois pressupostos: 1) uma assembleia livre implica um encontro com outras pessoas; 2) a praça e a rua não são apenas suportes materiais da ação, mas são parte de qualquer teoria da ação pública e corporal que podemos propor.

Portanto, para a autora, “a solidariedade nasce justamente nesse momento, e não quando se estabelecem acordos com pleno conhecimento de causa” (Butler, 2017, p. 154). Butler também destaca que as ruas e as praças não são a única saída que as pessoas têm quando querem se reunir. As redes sociais também são capazes de gerar vínculos de solidariedade de uma eficácia impressionante. O NUM congrega ambos. Portanto, para Butler “as assembleias afirmam-se e representam a si mesmas por meio da fala e do silêncio, da ação e da inação, pelos gestos e pela ação em conjunto de um grupo de corpos no espaço público [...]” (2017, p. 159).

O NUM, ao incorporar assembleias às Marchas, consegue impulsionar ainda mais sua atuação enquanto movimento social, reforçando a urgência da busca pela soberania popular, que não se expressa somente por estas vias, mas por outros tantos, pois converge no espaço público a dimensão simbólica e imagética da luta social.

Os resultados obtidos durante a pesquisa demonstram a relevância e a influência do movimento representado pela Marcha 3J na cidade de Buenos Aires. A observação participante permitiu uma imersão nas dinâmicas sociais e políticas das atividades que construíram a Marcha 3J do ano de 2023, permitindo uma noção mais abrangente das motivações e demandas das participantes. Além disso, a pesquisa destacou a retomada da mobilização coletiva nas ruas para a promoção de mudanças sociais e políticas após os anos de pandemia, percepção que foi unânime entre as participantes.

A pesquisa de observação participante forneceu uma visão valiosa sobre o movimento social e político que se tornou o NUM, com a participação de diversos coletivos e organizações. Os resultados obtidos contribuíram para uma melhor compreensão das demandas, das interações sociais e os discursos presentes durante a marcha, que contribuíram para uma melhor percepção do que é hoje o ativismo e a participação política das mulheres na sociedade argentina, ainda que não contemple a grandeza do que o movimento feminista argentino para além da capital do país.

A respeito do documento resultante das Assembleias, seguem alguns trechos do que foi lido em frente ao Congresso Nacional:

Este 3 de junio, a 8 años del primer Ni Una Menos, nos volvemos a movilizar, porque vivas, libres, desendeudadas y en las calles nos queremos!

Ni Una Menos nació para transformar la bronca en organización y expresar nuestra furia y nuestro dolor en las calles. Ni Una Menos hoy sigue diciendo basta a las violencias machistas que cada 32 horas se llevan vidas en femicidios, lesbicidios, travesticidios, transhomicidios. Gritamos Ni Una Menos porque estar organizades es empezar a vencer! Decimos basta a la violencia patriarcal, económica, sexual, institucional, política y racista. Decimos basta a las violencias cotidianas, que son parte de formas de opresión históricas y que sirven para explotar nuestros cuerpos y territorios.

Somos un movimiento político persistente, tenaz, que ya acumulamos años de organización y nos reivindicamos ser parte de las luchas populares de nuestro continente. En un momento en que las ultraderechas y los fascismos avanzan en el mundo entero, el movimiento feminista tiene una tarea decisiva en defender lo ganado, en seguir ampliando sus alianzas y el horizonte de las vidas que queremos vivir, libres de violencia y precariedad. Sabemos hacer de la bronca una herramienta para la emancipación. No le entregamos nuestra bronca a los proyectos que se levantan contra nosotras y nosotros.

Llegamos a este 3 de junio después de un proceso de asambleas abiertas en distintos territorios. Porque queremos incorporar a más compañeras y compañeros, porque la crisis y la inflación en la que estamos hace cada vez más difícil organizarse, los ingresos no alcanzan y trabajamos cada vez más tiempo para poder sobrevivir. Queremos que la movilización se nutra de todas las luchas y saberes que se construyen todos los días. De ese proceso llegamos a esta síntesis de nuestras demandas, de nuestros deseos, de nuestras preocupaciones y exigencias.

[...] Por eso este 3 de junio, decimos

BASTA DE FEMICIDIOS, LESBICIDIOS, TRAVESTICIDIOS Y TRANSHOMICIDIOS. Pedimos justicia por María Isabel Speratti, por Micaela Rascovsky, por Florencia Galarza. Pedimos justicia por Milagros Santos y Araceli Moreno, trabajadoras comunitarias. Pedimos justicia por Ferni Ayala. Justicia por la periodista Griselda Blanco. Justicia por Sofi Fernández y Lorena Franco. Basta de travestis y trans que “aparecen muertas” en una comisaría. Nos seguimos preguntando dónde está Tehuel de la Torre y exigimos que el Estado lo busque! Basta de abuso sexual contra las niñas! Justicia para Luna

Reclamamos la efectiva implementación de ESI. Sin EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL no hay Ni Una Menos! La ESI protege a las infancias y adolescencias de los abusos sexuales y las agresiones de género. Necesitamos que sea un espacio transversal de escucha y formación permanente. Las Iglesias no pueden intervenir en la ESI ni en la educación pública. No a las leyes provinciales de ESI antiderechos que son restrictivas. Que los contenidos incluyan a la Ley de Identidad de Género y el aborto. Por una ESI no binaria. Exigimos acceso a las vacantes escolares para todos los niños y adolescentes, y la promoción de la educación pública desde la primera infancia.

– Porque sabemos que MATERNAR ES POLÍTICO, la ausencia de políticas que democratizan el cuidado y la desidia judicial frente a los reclamos de responsabilidad alimentaria y cuidado compartido de hijos castiga la maternidad, es complaciente con los incumplidores y perpetúa la desigualdad.

– Exigimos la persecución de la trata con fines de explotación sexual y laboral. Reparación para las sobrevivientes.

– Reclamamos la declaración nacional de la emergencia en violencia de género.

– Repudiamos los ataques a la libertad de expresión y los intentos de silenciamiento a quienes comunican sobre las violencias que padecemos. Y reclamamos en el caso de Griselda Blanco el total apartamiento de la policía de Corrientes de toda investigación.

Pedimos justicia y memoria por las trabajadoras textiles y sus hijes que murieron en el incendio del taller textil de Luis Viale en 2006, y decimos ni una menos, ni una muerta más en talleres clandestinos.

BASTA DE VIOLÊNCIA POLICIAL E INSTITUCIONAL!

– Exigimos la derogación de todos los códigos contravencionales que criminalizan el trabajo sexual. La clandestinidad mata. Reclamamos Justicia por Sandra Cabrera.

– Reclamamos que se ponga fin a una política de drogas que criminaliza el consumo y el narcomenudeo, habilita a las policías a perseguir a mujeres, trans y travestis, favorece la corrupción y violencia institucional, mientras la atención al consumo problemático sigue siendo un tema pendiente.

– Insistimos con la Reparación Histórica para las travestis y personas trans sobrevivientes de la violencia institucional causada durante la dictadura eclesial cívico militar y luego en democracia con los edictos contravencionales.

– CONQUISTAMOS EL ABORTO LEGAL, AHORA QUEREMOS SU PLENO CUMPLIMIENTO! Queremos que nuestro derecho se garantice en cada sala de salud del país, en el sistema público y privado, sin demoras, sin obstrucciones, con tratos respetuosos y amables.

– Repudiamos los intentos de criminalizar acompañamientos tanto de médicas como de socorristas. ¡Acompañar abortos es legal y es parte de los cuidados que nos damos!

– ¡NI UNA PRESA MÁS POR EMERGENCIAS OBSTÉTRICAS! BASTA DE VIOLENCIA MÉDICO GINECO OBSTETRICA!

– Repudiamos que se criminalice y acuse por homicidio agravado por el vínculo a quienes sufren emergencias obstétricas. Tienen que ver con la salud, no con los delitos. Basta de criminalizar la pobreza y la vulnerabilidad!

– Denunciamos al poder de la Corporación médica y al Estado que no nombra personal de salud no objetor. Exigimos al Senado la media sanción para aprobar la Ley Johanna de modo urgente y sin modificaciones, para garantizar los procedimientos en la atención de personas gestantes en casos de muerte perinatal.

– Solicitamos al Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación y a los Ministerios Provinciales que implementen de manera urgente procedimientos claros de recepción y trámite de denuncias de violencia médico gineco obstétrica; conforme lo establece la Ley 26.485 de Protección Integral de las Mujeres y la Ley 25.929 de Parto Respetado.

CON ESTE PODER JUDICIAL NO HAY NI UNA MENOS

Los transfeminismos populares dejamos en claro que esta justicia no es nuestra, y si no es para todes, no es justicia. Por eso exigimos una reforma judicial transfeminista, plurinacional e interdisciplinaria: queremos una justicia democrática y con participación popular, y en la que se garantice escucha a las víctimas, se construyan respuestas que responsabilicen a quienes cometen daños y repare a las víctimas. Debe incorporar la perspectiva feminista, decolonial y antirracista, requiere paridad e incorporación del colectivo LGTBIQIA+, acceso eficaz y lenguaje claro.

[...] EXIGIMOS LA INMEDIATA LIBERTAD A LAS PRESAS MAPUCHE. No hay democracia con presas políticas. Betiana Colhuan, Luciana Jaramillo, Celeste Huenumil y Romina Rosas, están detenidas en Río Negro por este gobierno hace casi ocho meses, con sus hijes, violentadas y acusadas de usurpación con una causa armada para criminalizar su demanda de territorio ancestral. Exigimos el inmediato cumplimiento del acuerdo de la mesa de diálogo del jueves pasado y la desmilitarización del territorio.

BASTA DE ILEGALIDAD Y PERSECUCIÓN. INDULTO A MILAGRO SALA. No hay democracia con presas políticas y Milagro Sala lleva 7 años presa, perseguida y proscrita por el gobierno de Jujuy. Lideresa, ex parlamentaria de la Legislatura jujeña y del Parlasur, institución a la que no pudo ingresar debido a la arbitraria e ilegal detención que llevó adelante el Poder Judicial jujeño. Este grito es para decir basta de violencia política e institucional.

DENUNCIAMOS LA VIOLENCIA JUDICIAL, MEDIÁTICA Y POLÍTICA QUE TOMA COMO BLANCO A CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, EN TANTO MUJER Y LÍDER POPULAR. Como lo hicimos en las calles frente al intento de su magnifemicidio, repudiamos todas esas violencias que han llevado también a su proscripción y exigimos efectiva investigación de los responsables intelectuales y materiales. Repudiamos el cierre de la investigación del intento de asesinato como un nuevo acto de consagración de la impunidad. El Poder Judicial, con celeridad ha puesto traba tras traba para impedir que se conozca la verdad.

Exigimos que el 1 de septiembre sea declarado Día Nacional de la lucha contra la Violencia Política.

[...] ¡DESPATOLOGIZACIÓN DE LOS CUERPOS GORDOS YA! La gordura no es una enfermedad, es parte de la diversidad corporal. La salud y la enfermedad vienen en todos los talles (Radio Grafica, 2023).

Retomando alguns pressupostos da análise do discurso, podemos aprofundar a compreensão da experiência de participar das Assembleias e da Marcha do Ni Una Menos. Inicialmente, a partir do texto colaborativo acima, vale destacar alguns pontos importantes.

Contexto e Propósito: O discurso é proferido em 3 de junho no contexto do movimento "Ni Una Menos", que luta contra a violência de gênero e os feminicídios. O propósito principal é conscientizar sobre a persistência da violência machista na sociedade e convocar à ação para combatê-la. Reafirma a data como sendo uma ocasião de combate à violência machista e reforça o compromisso das envolvidas com essa luta.

Reivindicação do "Ni Una Menos": O discurso reivindica o movimento NUM como uma resposta organizada à raiva e à dor causadas pela violência machista. Destaca a importância de estarem organizadas para combater as diversas formas de violência de gênero, incluindo feminicídios, lesbicídios, travesticídios e trans-homicídios. Dessa forma, destaca o comprometimento com o fim da violência estrutural contra as dissidências, promovendo dessa forma uma luta mais inclusiva.

Crítica ao patriarcado: Critica-se o patriarcado e apontam-se outras formas de opressão, como a econômica, sexual, institucional, política e racista. O discurso advoga pelo fim das violências cotidianas que perpetuam essas opressões.

Movimento Político e alianças: Destaca-se que o movimento NUM é político e se apresenta como parte das lutas populares na América Latina. Menciona-se a importância de

ampliar alianças e defender as conquistas obtidas, especialmente em um contexto global de avanço da ultradireita e do fascismo. Como já mencionado, o NUM se consolida como ator político para além de um coletivo, firmando-se como um movimento transnacional que tem compromisso com a formação de alianças em nível regional.

Educação Sexual Integral (ESI): Defende-se a implementação eficaz da ESI como medida para prevenir a violência de gênero e proteger a infância e a adolescência. Critica-se a intervenção das igrejas na ESI e exige-se que os conteúdos incluam a Lei de Identidade de Gênero e o aborto.

Maternidade e Cuidado: Enfatiza-se a ideia de que "maternar é político" e criticam-se as políticas que não democratizam o cuidado nem respondem às responsabilidades compartilhadas na criação de filhos e filhas.

Trabalho Sexual e Política de Drogas: Exige-se a revogação de códigos contravencionais que criminalizam o trabalho sexual e critica-se a política de drogas que criminaliza o consumo e o tráfico de drogas em pequena escala.

Justiça e Reforma Judicial: Exige-se uma reforma judicial com perspectiva feminista, decolonial e antirracista. Destaca-se a necessidade de ouvir as vítimas e responsabilizar os agressores. Também faz-se crítica à perseguição judicial a líderes políticos e sociais.

Prisões políticas e violência Institucional: Exige-se a libertação de presas políticas mapuche e menciona-se a situação de Milagro Sala. Denuncia-se a violência judicial, midiática e política dirigida a Cristina Fernández de Kirchner.

Despatologização dos Corpos Gordos: Defende-se a despatologização dos corpos gordos e destaca-se que a gordura faz parte da diversidade corporal.

Os pontos destacados pelo texto conjunto, lido em público e que procurou sintetizar uma agenda extensa de lutas, evidencia a preocupação com a forma de comunicação, questão central para o NUM. Nesse sentido, podemos pensar a partir do que formula Eliseo Verón (1996) em sua teoria dos discursos sociais. Para o autor, corpos, gestos, olhares, espaços, movimentos e cenários são inseridos na ordem do contato com o receptor do discurso. A força dessa ordem estaria na sua importância histórica, arcaica, que possui profundas marcas nos sujeitos, na sua estrutura cerebral, e que condiciona o resto das ordens materiais. A partir daí Verón (2005) argumenta sobre a supremacia da enunciação. O autor reforça a diferença que há na relação entre enunciado e enunciação. “A ordem do enunciado é a ordem do que é dito (aproximadamente poder-se-ia dizer que o enunciado é da ordem do ‘conteúdo’); assim, a

enunciação diz respeito não ao que é dito, mas ao dizer e suas modalidades, aos modos de dizer” (Verón, 2005, p. 216).

Portanto, a escolha pelo modo de proferir o discurso, por meio da leitura conjunta, de um texto elaborado igualmente de forma coletiva, durante as Assembleias anteriores à Marcha do dia 3 de junho, evidencia a forma como o discurso foi enunciado, ao passo que também demonstra a importância do discurso proferido em si, e por quem está sendo proferido.

Além disso, Verón (1996) também apresenta uma definição de públicos, os destinatários do enunciado; dentre as definições está a que o autor chama de “coletivos de identificação”, ou seja, quando existe um vínculo entre o enunciador e o destinatário. No caso analisado, é evidente que se trata de um coletivo de identificação, onde o vínculo pode ser tanto no sentido de conhecer o enunciador, quanto em sentido ideológico, entre pessoas que compartilham das mesmas visões de modo geral, e concordam com o discurso ou no mínimo o compreendem.

Ademais, Verón (1996) define componentes operativos numa análise discursiva: a) componente distintivo (dimensão histórica, enunciador depositário do saber do passado, presente e futuro; intervenção numa linha temporal); b) componente didático (função referencial; relação do discurso político com o real; anúncio das verdades absolutas, gerais); c) componente da ordem do dever (de modo explícito supõe a exortação); d) componente programático (ideal imaginário; o poder fazer). A partir destes elementos, podemos observar estes componentes no documento resultado das Assembleias da seguinte forma:

- a) componente distintivo: a partir de palavras que expressam a continuidade da luta, reforçando a ligação entre as conquistas passadas com a luta do tempo presente, destacando a força do movimento;
- b) componente didático: o documento pontua conquistas reais, como a legalização do aborto, fruto de uma luta intensa do movimento feminista no país, demonstrando que é possível atingir um resultado concreto das demandas propostas;
- c) componente da ordem do dever: a partir das palavras de ordem como “exigimos”, que gera o encorajamento;
- d) componente programático: é verificado na agenda da luta, nas demandas urgentes, como a liberação das presas Mapuche e de Milagro Sala, quanto nas demandas a longo prazo, como a reforma judicial feminista. Isso cria um senso de direção do que o movimento busca conquistar, e do que é necessário fazer para alcançar ainda mais vitórias no campo feminista e da luta social.

Dessa forma, vemos a força discursiva do documento produzido pelas assembleias, ao conseguir contemplar elementos importantes da luta feminista, além de destacar conquistas já alcançadas, organizar a luta neste momento no país, elencando as diversas frentes onde o movimento atua, e mostrando sua grande abrangência.

Embora, como mencionado, as participantes do NUM reconheçam que o movimento perdeu sua força nas ruas, em razão da pandemia e pelo momento economicamente delicado que o país vive, as assembleias e a Marcha 3J de 2023 marcam um ponto de retorno ao espaço público com o compromisso renovado com as mulheres e dissidências e com a América Latina.

O capítulo procurou explorar a partir da experiência da pesquisa de campo, a potência do *Ni Una Menos* nos espaços físicos. Acompanhar as duas Assembléias e a Marcha do dia 3 de junho foi de extrema importância não somente para entender em que momento o NUM está, quais são suas pautas e demandas, mas também para compreender quem são as pessoas que o coletivo - hoje um movimento - mobiliza, de que forma mobiliza e o que pretende a partir disso.

Analisar de forma presencial as Assembleias, fazendo uma relação com o que teoriza Butler a respeito destes espaços, possibilitou compreender um aspecto central na sua atuação que também se verifica no espaço virtual: a horizontalidade. Ademais, a produção de um documento coletivo e a sua igual leitura coletiva durante a Marcha corroboram com os objetivos anunciados pelo coletivo, de uma atuação coletiva e democrática.

No último capítulo, passamos para a compreensão mais aprofundada do *Ni Una Menos* no espaço das redes sociais, onde o coletivo surgiu e atua fortemente até hoje e onde também se observa sua atuação como movimento transnacional. A *#NiUnaMenos* se expandiu para o mundo, influenciou a política do país, estampou os jornais e promoveu uma virada feminista na América Latina .

5. HASHTAGTIVISMO: DE COLETIVO A MOVIMENTO TRANSNACIONAL NAS REDES SOCIAIS

O movimento NUM é um bom exemplo de como o ativismo virtual e o uso de *hashtags* podem desempenhar um papel crucial na promoção e mobilização em torno de uma pauta de forma orgânica. A sua forte presença nas redes sociais, especialmente no Twitter, onde as ativistas usaram a *hashtag* #NiUnaMenos pela primeira vez em maio de 2015, destacou-se como chamamento a uma ação prática como resposta a uma situação limite de violência de gênero na Argentina. Através do poder das *hashtags*, o coletivo conseguiu estabelecer uma conexão ampla e imediata com pessoas de diferentes partes do mundo, permitindo que a consigna se tornasse um movimento, ou melhor, um símbolo em torno da luta pelo fim dos feminicídios para além da Argentina.

No presente capítulo, temos como foco analisar o ativismo virtual do coletivo por meio do elemento discursivo da *hashtag*: quais suas características e seu impacto na política. A análise do emprego da *hashtag* #NiUnaMenos terá foco no ano de 2015, dado que foi o ano de surgimento do coletivo e das primeiras manifestações no Twitter.

Além das mudanças provocadas na Argentina a partir do espaço das redes sociais, o NUM se expandiu para além do coletivo e se tornou um movimento transnacional, conforme mencionado em capítulo anterior, com a consigna sendo utilizada em diversas partes do mundo para simbolizar a luta contra a violência de gênero. Esse ativismo transnacional também foi possível observar nas redes sociais. Neste capítulo, pretende-se também analisar o alcance da consigna #NiUnaMenos para além da Argentina no espaço das redes sociais e os impactos dessa expansão em termos políticos e discursivos¹⁹.

5.1. A dimensão discursiva do ativismo *online*

O ativismo virtual e o uso das *hashtags* no Twitter, especialmente, tornaram-se ferramentas poderosas para o NUM por várias razões, desde o seu início. Além de impulsionar uma Marcha massiva em Buenos Aires, deu visibilidade global para o coletivo. Neste item, analisamos a dimensão discursiva da *hashtag* #NiUnaMenos e sua repercussão.

¹⁹ Embora haja a compreensão de que o aspecto discursivo, por tratar de relações de poder, por si mesmo já contém o aspecto político, diferenciamos aqui os dois aspectos no sentido “discursivo” se referindo à linguagem e comunicação do NUM, que se expandiu por novos territórios via divulgação de suas ações e consignas, e “político” referindo-se aos impactos que o movimento causou na formação e/ou aprovação de leis e políticas públicas e no posicionamento político, sobretudo se considerarmos que 2015 foi ano eleitoral na Argentina.

Para tanto, será feito o uso da Análise do Discurso na compreensão e no estudo do impacto do ativismo virtual do NUM. A AD permite, ao examinar os padrões linguísticos dos discursos e narrativas presentes nas postagens e nas interações nas redes sociais, sobretudo no Twitter, identificar tendências, representações simbólicas e estratégias discursivas utilizadas. Além disso, é possível examinar como as *hashtags* são empregadas, quais palavras-chave são mais frequentemente associadas ao movimento e como os discursos se relacionam com a luta contra a violência de gênero, bem como os desafios enfrentados na disseminação da mensagem e na criação de mudanças concretas na sociedade.

O Twitter tem importante papel no ativismo do NUM, tendo em vista que a mobilização via redes sociais do coletivo se iniciou no Twitter e merece especial análise. A rede social tem uma importância política significativa, uma vez que a grande maioria de figuras políticas possuem conta na plataforma e a utilizam com frequência como forma de interação de forma mais próxima. Portais de notícia também utilizam o Twitter como fonte para citar declarações de políticos e demais pessoas influentes. Dessa forma, o Twitter se consolidou como uma rede social fortemente política e que permite comentar feitos políticos em tempo real (Guerrero, 2023, p. 23).

Embora o Twitter não seja uma rede tão massiva quanto Facebook ou Instagram, é comum, por exemplo, que instituições políticas e governantes tenham contas oficiais por onde difundem informações. De acordo com Santiago Justel-Vázquez, em diversos países o Twitter passou a ser utilizado para amplificar formas de comunicação política mais tradicionais, como comunicados oficiais ou coletivas de imprensa (Justel-Vázquez, 2018). Portanto, embora a rede social não seja tão popular quanto as outras, o que se veicula ali ganha visibilidade.

De acordo ainda com Santiago Justel-Vázquez (2018), o uso do Twitter se vê refletido em matérias jornalísticas baseadas em declarações de determinadas fontes que utilizam a rede social ou baseadas em *hashtags*, que se tornam uma espécie de termômetro dos temas debatidos no momento em nível local ou mundial.

A *hashtag* é expressa pelo símbolo "#" associado a uma palavra, formando a *tag* (etiqueta). Assim, pode-se dizer que se trata de uma palavra-chave que, no Twitter, ganha funções agregadoras, tornando-se mais dinâmica do que uma palavra-chave tradicional. Tendo em vista que o Twitter se popularizou no mundo todo ainda em sua versão em inglês, o termo *hashtag*, com todo o significado que representa para seus usuários, é mais utilizado do que suas possíveis traduções, como palavra-chave ou etiqueta, por exemplo, que não carregam os

mesmos significados que *hashtag*, especialmente quando consideramos o uso específico que se faz desse recurso no Twitter (Silveira, 2013).

Marie-Anne Paveau (2013) define a *hashtag* como um segmento linguístico clicável que possibilita a criação de um fio. *Hashtags* são, deste modo, “tecno palavras clicáveis (...) que permitem a organização da informação pela reunião de várias mensagens [...]” (Paveau, 2013). Paveau afirma que a *hashtag* possui uma função essencialmente social, permitindo a filiação difusa dos usuários e usuárias, a tecnoconversionalidade e a pesquisabilidade da fala” (Paveau, 2013).

Importante observar, ainda, que a *hashtag* não foi um mecanismo pensado pelos criadores do Twitter; sequer fazia parte de sua interface inicial. Ela resultou de uma apropriação que os próprios usuários acrescentaram à plataforma para melhorar as possibilidades de criar grupos de pessoas em torno de um tema ou assunto determinado – a primeira *hashtag* foi usada no Twitter em 2007. Já a transformação das *hashtags* em *hiperlinks* e sua listagem em uma barra lateral, organizada como *trending topics*, ou “assuntos do momento”, só foi apresentada pelo Twitter em 2009 (Silveira, 2013).

Considerando que esse funcionamento que foi incorporado às *hashtags* no Twitter surgiu porque o site permitiu e adaptou-se ao uso e apropriação que os usuários fizeram de sua proposta inicial, é possível analisar sua dimensão discursiva e os seus usos também, tendo em vista que produz o encontro do histórico com o linguístico de uma maneira única, permitindo uma aproximação de duas formas de linguagem: a linguagem artificial e a natural (Silveira, 2013).

Além disso, as *hashtags* passaram a ser usadas fora das redes sociais, circulando especialmente nos movimentos sociais. O símbolo está presente em cartazes, faixas, camisas, muros e acessórios, propiciando a materialização dos encontros virtuais nos espaços reais. Amplas conexões são significadas para além do espaço da internet (Pereira, 2020, p. 5). Nesse sentido, Laura Menna (2012) afirma que as *hashtags* “son una doble herramienta organizativa e ideológica”.

Menna (2012) fala de elementos semióticos relevantes (ESR) para referir-se a “piezas no verbales de los tuits que codifican información relevante para su interpretación”. Ela explica que podemos observar três tipos de relações sintagmáticas²⁰ por meio dos ESR. A primeira seria a que vincula a *hashtag* com outros elementos linguísticos da mensagem, a segunda é a externa, que são as relações possíveis entre a forma escrita e o espaço exterior no

²⁰ De acordo com Bussmann (1996, p. 472), o sintagma é uma “sequência sintática dotada de estrutura composta por elementos linguísticos e formada por segmentação de sons, palavras, ou mesmo frases completas”.

qual está situado o espaço gráfico, ou seja, contexto. No caso das *hashtags*, o contexto se dá pelo *hiperlink*, que permite clicar na *hashtag* e acessar outros tuítes que contenham a mesma *hashtag* (Guerrero, 2023, p. 29).

As *hashtags* promovem então um agrupamento e uma visibilidade de manifestações a respeito de um mesmo tema em um dado momento. Michele Zappavigna (2011) explica que “el etiquetado colaborativo es una forma social de indexación verbal que implica un enfoque ‘de abajo hacia arriba’ del tipo de clasificación que antes lograban los bibliotecarios de referencia. Por ejemplo, se usa mucho en sitios para compartir fotos como Flickr”.

Isso significa que os próprios usuários podem decidir quais *hashtags* usar e, assim, lhes dar maior visibilidade. Zappavigna (2011) ainda afirma que:

Los usuarios pueden optar por expresar su significado de una manera explícita mediante la integración de metadatos en su conversación a través de convenciones tipográficas, como el hashtag, que aumentan el ‘sonoridad’ de su discurso al aumentar la probabilidad de que se encuentren sus palabras.

Nesse sentido, os usuários criam a possibilidade do que a autora denomina de “afiliação ambiental”, em que não é necessário que o locutor indique sua fonte original ou seu caráter externo, estas fontes são reconhecidas pelos interlocutores como “citações”, com base no senso comum. Essa afiliação possibilita, mais do que conectar, negociar significados dentro dos gêneros do uso da linguagem. Ao incorporá-la, o locutor mostra sua identificação com a declaração citada, participa da coenunciação e pressupõe pragmaticamente que ele próprio e seu interlocutor são membros da comunidade discursiva na qual ela circula (Zappavigna, 2011).

Nesse sentido, a apropriação que as pessoas fazem de uma *hashtag* quando ela é largamente utilizada provoca uma espécie de coro, onde diferentes usuários falam e conversam sobre o mesmo tema a partir da etiqueta. “O uso de *hashtags* favorece a polifonia, uma vez que a adoção dessa palavra ou palavras-chave por parte de uma comunidade de pessoas interessadas no assunto veicula diferentes vozes em torno dele”²¹ (Alamán; Rueda, 2013).

Esse movimento gera um espaço discursivo próprio, fazendo com que essa polifonia adquira um sentido coletivo. “Transformar um *slogan* em *hashtag* (...) implica separar um fragmento do próprio discurso para propô-lo como palavra não apenas própria, mas também

²¹ Também reforça a formação de bolhas discursivas, uma vez que a primeira característica/subdivisão que define uma bolha é o tema.

compartilhada por um conjunto, o qual a mesma enunciação institui e do qual o locutor se declara participante” (Zeifer, 2020).

Desse modo, a circulação da *hashtag* está estritamente relacionada à sua capacidade de ser apropriada pelas pessoas que utilizam a rede, em sua busca por maior popularidade e circulação. Essa apropriação é utilizada por organizações e indivíduos para realizar campanhas *online*, compreendendo que as etiquetas “podem funcionar como *slogans*, uma vez que buscam obter uma reação no destinatário que o leve a se identificar ou apoiar o que é proposto pelo emissor político, especialmente durante períodos de campanha eleitoral” (Alamán, 2020).

Nem todas as propostas de *hashtags* se tornam virais e alcançam notoriedade pública, por isso, obter esse coro polifônico que dê destaque suficiente a uma *hashtag* para torná-la *Trending Topic* por várias horas pode ser um objetivo político em si. Trata-se de obter visibilidade suficiente para que mais pessoas conheçam a campanha e seus objetivos e possam se juntar a ela. É importante observar que entre essas pessoas não estão apenas os usuários comuns da rede, mas também os do mundo político (Guerrero, 2023, p. 33).

A construção de uma campanha no Twitter para mobilizar a grande marcha após o feminicídio de Chiara Páez, abordado no primeiro capítulo, a partir da *hashtag* #NiUnaMenos, surgiu no Twitter em 11 de maio de 2015, com o tuíte da jornalista Marcela Ojeda, e gerou a seguinte interação:

Figura 9 - Tuíte de integrante do *Ni Una Menos* que deu início às primeiras ações do Coletivo



Fonte: Twitter

Após este primeiro tuíte, o que se sucedeu foi um verdadeiro exercício para potencializar a necessidade de uma reação frente a mais um caso brutal de feminicídio. Barbara Zeifer (2020), em uma série de estudos que culmina no que a autora denomina de “*Hashtagativismo*”, no qual investiga através da AD a construção da *hashtag* #NiUnaMenos, nos fornece um aprofundamento do percurso percorrido para a *hashtag* chegar ao símbolo em torno da luta pelo fim dos feminicídios.

Para analisar o primeiro tuíte de Ojeda, Zeifer (2017) recorre aos aportes teóricos de Eliseo Verón (1987) que propõe, desde uma perspectiva semiológica, a “palavra adversativa” como característica do discurso político. Verón entende que “todo ato de enunciação política supõe necessariamente que existem outros atos de enunciação, reais ou possíveis, opostos ao próprio” (Verón, 1987) e este ato está sempre habitado por um outro, que pode ser positivo, ao que o autor define como “prodestinatario”, que compartilha das ideias, crenças, valores e objetivos do locutor, e junto ao qual forma um coletivo de identificação que se expressa em um “nós” inclusivo (eu + você/s).

Contudo, este outro também pode ser negativo, denominado como “contradestinatario”, que se encontra excluído do coletivo de identificação. E ainda pode

haver um terceiro outro, o “paradestinatório”, que estaria num estado de suspensão de crença, ou seja, aqui conformam os indecisos, aos quais se dirige um discurso de persuasão (Verón, 1987).

A partir do que enuncia Verón (1987) no tuíte de Ojeda temos a enunciação de um novo coletivo de identificação: "as mulheres", que não se confunde com o sujeito feminista. No enunciado “No yamos a levantar la voz? NOS ESTAN MATANDO”, percebemos a presença do uso do “nós inclusivo” (eu + você/s). Zeifer ainda afirma que quando Ojeda diz “*nos están matando*” provoca um efeito patêmico, ou seja, quando o enunciador emprega palavras que remetem a um universo emocional (Zeifer, 2017, p. 9). Ojeda, ao se referir aos feminicídios, consegue sensibilizar outras mulheres com o uso do “nos”, contribuindo para a construção do coletivo.

Após o tuíte de Ojeda, sucedeu-se uma conversa que, embora no espaço aberto do Twitter, limitou-se ao grupo de jornalistas articuladoras do *Ni Una Menos*. Na sequência então, tem-se o tuíte de resposta de Florencia, que se apropria do uso do coletivo “mulheres”, ao sugerir a estratégia de convocar “referentes grosas” – que pode ser traduzida para o português como grandes referências –, com o fim de dar mais visibilidade, e que teriam capacidade de convocar o que ela adjetiva como “mega” marcha. Aqui surge então a ideia de convocar uma marcha como resposta aos feminicídios. A conversa se desenvolve com a inserção de novos interlocutores, que sugerem nesse momento um nome para a marcha em mais algumas propostas:

Figura 10 - Primeira hashtag



Fonte: Twitter

Figura 11: Sugestão consigna Ni Una Menos



Fonte: Twitter

Nesse momento, importa ressaltar a sugestão da consiga #EstamosDeLuto por Florencia Alcaraz e a sugestão pela primeira vez, feita por Hinde Pomeraniec, da consigna *Ni Una Menos* como nome da marcha, a qual Ingrid Beck pontua “salir del duelo para hacer algo”, denotando que colocaria o coletivo “nós” mulheres em posição de agência, saindo do luto.

Em um momento posterior, surge uma questão referente ao nome “*Ni Una Menos*”:

Figura 12 - Controvérsia em relação ao nome



Fonte: Twitter

Figura 13 - Explicação do nome



Fonte: Twitter

Florencia Alcaraz questiona “Pero no sería NI UNA MÁS?”, ao que Hinde Pomeraniec explica da existência do grupo no Facebook, já mencionado neste trabalho, que se denomina “Ni Una (mujer) menos”. E que já realizaram ato, referindo-se provavelmente a jornada de leituras realizada pelo grupo do Facebook. Aqui temos dois pontos interessantes de análise. O primeiro deles é o esclarecimento do enunciado, que demarca a principal diferença entre os sintagmas que parecem ter sentido idêntico, “ni una menos” e “ni una más”. O primeiro remete ao coletivo que a consigna instaura, enquanto o segundo se refere ao qual o primeiro se diferencia, “ni una (víctima) más” (Zeifer, 2017, p. 12). Feita a diferenciação, tem-se definido o nome da marcha como marcha *Ni Una Menos*, como nome próprio, com uso das iniciais em maiúsculo.

E em seguida temos o primeiro tuíte com o uso da *hashtag* #NiUnaMenos:

Figura 14 - Primeiro tuíte com a *hashtag* #NiUnaMenos



Fonte: Twitter

No dia seguinte a essa primeira conversa a respeito da marcha de 3 de junho, os principais jornais do país repercutiram a convocatória para a marcha. Os artigos publicados nos jornais *La Nación*, *Clarín* e *Página 12* evidenciaram a consolidação do #NiUnaMenos como objeto de discurso, uma vez que mostram a *hashtag* repercutindo como nome da convocatória que, a partir disso, se instalou na agenda midiática (Zeifer, 2020, p. 49).

Figura 15 - Matéria *La Nación*

The screenshot shows the top of a news article on the website 'LA NACION'. The navigation bar includes 'SECCIONES', 'BUSCAR', 'SUSCRIBITE', and 'INICIAR SESIÓN'. The article title is '#NiUnaMenos: convocan a una marcha para decir basta de femicidios'. Below the title, it states 'Será el 3 de junio en el Congreso y ya tiene una fuerte adhesión en redes sociales' and '12 de mayo de 2015 • 15:25'. The author is 'lanacionar'. The main text begins with 'En medio de una trágica seguidilla de crímenes vinculados con la violencia de género, un grupo de activistas y personajes reconocidos organizó una marcha para pedirle a las autoridades respuestas frente al crecimiento de los femicidios en la Argentina.' A sub-headline reads '#NiUnaMenos, reza la convocatoria en Twitter, que en las últimas horas se viralizó en forma vertiginosa. La concentración será el miércoles 3 de junio a las 17 horas en el Congreso Nacional.' On the right, there is a 'PATROCINAD@ PUBLICIDAD' section with a blurred image and text: 'por Estrategia Concursos Tenha sua assinatura por um preço que'.

Fonte: Página Web La Nación

Figura 16 - Matéria *Diário Clarín*

The screenshot shows the top of a news article on the website 'Clarín Sociedad'. The navigation bar includes 'Clarín Sociedad', 'Suscríbete por \$95', and 'Ingresar'. The article title is 'Desde las redes sociales, convocan a una marcha contra los femicidios'. Below the title, it states 'Será el 3 de junio, frente al Congreso Nacional. La consigna es #NiUnaMenos. El año pasado, 277 mujeres y chicas murieron en el país.' Below the text is a graphic with the text 'Basta de femicidios #NiUnaMenos' and a red handprint with a white heart in the center.

Fonte: Página Web Diário Clarín

Figura 17 - Matéria Página 12



Fonte: Página Web Página 12

Nesse ponto sobre a cobertura da mídia, vale mencionar que o NUM não só ganhou repercussão quase imediata nos grandes jornais do país, como também mudou a cobertura de questões de gênero na Argentina após 2015. O diário *Clarín* foi o primeiro a promover mudanças após o “Ni Una Menos”, criando a primeira editoria de gênero nos grandes meios de comunicação argentinos.

Em seguida, outros veículos públicos e privados, além do sistema de meios de comunicação das universidades, seguiram a mesma linha. De acordo com a associação civil Comunicação para a Igualdade, a Argentina possui atualmente 11 editorias de gênero em jornais do país, atuando para incorporar as perspectivas de gênero interseccional em todas as áreas. Em 2022 foi criada a Rede de Editores de Gênero da Argentina (REG), com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (Carmo, 2022).

A partir do momento em que se consolidou a *hashtag* #NiUnaMenos, ela começou a ser incorporada em todos os tuítes relacionados ao tema da marcha debatidos pelas jornalistas e de diferentes formas. Por um lado, foi usada para classificar o enunciado tematicamente e permitir que seja encontrado nas redes sociais. Entretanto, o sintagma não perdeu seu valor argumentativo, pois continuou expressando uma demanda contra os feminicídios. Zeifer argumenta que se trata de um elemento ao mesmo tempo exterior e interior ao discurso, uma forma de heterogeneidade demonstrada, de inclusão de um discurso apresentado como próprio

e, ao mesmo tempo, como alheio na própria enunciação, marcado pelo símbolo # (Zeifer, 2017, p. 13).

Rocío Annunziata, Emilia Arpini, Tomás Gold e Bárbara Zeifer (2016) pontuam que o grande alcance da *hashtag* também se deve ao fato de as primeiras articuladoras do NUM serem jornalistas e possuírem muitos seguidores, dentre eles seguidores influentes, como outras/os jornalistas e políticos. Isso se somou ao potencial da rede social Twitter e rapidamente ganhou visibilidade e atenção da imprensa (Annunziata et al., 2016, p. 51).

Com a rápida viralização da *hashtag*, propagada inclusive por personalidades conhecidas, como já mencionado no primeiro capítulo, logo se estabeleceu o seguinte questionamento: até que ponto os indivíduos podem se apropriar de maneira *online* de um tema no qual nunca militaram de maneira “offline”? E, além disso, quem seriam os sujeitos “legítimos” para se apropriar de um tema que não parecia pertencer a ninguém? (Annunziata et al., 2016, p. 53).

Ao longo do tempo, as manifestações de apoio à mobilização foram se intensificando. Instituições e políticos se manifestaram publicamente à medida que se aproximava o dia 3 de junho, sobretudo as/os líderes políticos de diversos partidos, que publicavam *selfies* sob a *hashtag* #NiUnaMenos. De modo geral, todo o espectro político aderiu à mobilização de alguma forma, dentre eles: Daniel Scioli (então governador da província de Buenos Aires e posterior candidato à presidência pela Frente para a Vitória - FPV), Ernesto Sanz (presidente do partido União Cívica Radical - UCR e senador nacional), Mauricio Macri (chefe de governo da cidade de Buenos Aires e posterior presidente pela coalizão Proposta Republicana - PRO), Elisa Carrió (deputada nacional pela frente amplio UNEN), Nicolás del Caño e Myriam Bregman (deputados nacionais pelo Partido de los Trabajadores Socialistas - PTS) e Jorge Altamira (ex-deputado da capital Buenos Aires e líder da frente de esquerda) (Annunziata et al., 2016, p. 53-54).

Figura 18 - Mauricio Macri



Fonte: Twitter

Figura 19 - Aníbal Fernández



Fonte: Facebook

Nesse momento, os sentidos que o chamamento ia adquirindo, reapropriado pelos diversos atores e personalidades, não estavam sob o controle de suas articuladoras iniciais, como afirmou uma delas, Pomeraniec (2015): “Quando se lança às ruas uma campanha como essa, você chuta a bola para frente e ela já não lhe pertence.”

De acordo com Barbara Zeifer (2020, p. 47), a viralização da *hashtag* #NiUnaMenos por diferentes usuários e usuárias, para além da primeira conversa que estabeleceu o seu uso, apresenta-se como uma primeira evidência da *hashtag* no interdiscurso.

A noção de interdiscursividade refere-se à:

Concepção de que os discursos se relacionam a outros discursos. Um discurso traz, em sua constituição, outros discursos, é tecido por eles, seja pelos já ditos, em um dado lugar e momento histórico, seja por aqueles a serem ainda produzidos. Isso significa que não há discurso homogêneo, fechado em si mesmo e dotado de uma fonte única do dizer. Ao falarmos, nossos dizeres são atravessados por outras vozes, por outras fontes enunciativas. O que se está dizendo, numa dada interação social, situa-se em uma rede interdiscursiva, toca em inúmeros fios dialógicos, impregnados de valores, de crenças, carregados de sentidos (Fiorin, 2006).

No dia 3 de junho de 2015, data da primeira marcha, a *hashtag* alcançou a primeira posição nos *Trending topics* no Twitter mundial, com mais de 13.400 menções por minuto e mais de 600 mil no total (Annunziata et al., 2016).

Ainda, para Zeifer (2020), a *hashtag* #NiUnaMenos pode ser considerada como uma “*hashtag* contestatória”. A autora assim coloca:

(...) uma *hashtag* é contestatória na medida em que participa da reformulação do discurso social de uma época, expressando de forma original as disputas de sentido latentes em torno de determinada questão e convocando a revisar o que é "dizível" e "pensável" em um determinado momento.

E segue, dizendo que é função desse tipo de *hashtag* “contestar e modificar certos aspectos da realidade social”. Isso implica entender a *hashtag* como um **ato de fala**” Ou seja, uma forma de enunciado (Zeifer, 2020, grifo nosso).

Portanto, podemos dizer que as *hashtags* são amplamente utilizadas em campanhas políticas e buscam transformar a realidade. Não sem motivos o movimento feminista tem utilizado isso fortemente nos últimos anos por meio de mobilizações em massa e um intenso ativismo nas redes sociais.

Annunziata, Arpini, Gold e Zeifer (2016) afirmam que, a partir do surgimento da *hashtag* #NiUnaMenos, os meios de comunicação passaram a dar maior visibilidade para os casos de feminicídio, além do posicionamento de figuras públicas e diversas instituições políticas e da sociedade civil, que passaram a aderir ao movimento. Isso permite observar uma mudança social efetiva.

Utilizar a *hashtag* no Twitter e se pronunciar em favor da marcha passou a significar um símbolo de progressismo. Para Paula Rodríguez (2016), autora do livro *#NiUnaMenos*, ainda que a cultura machista siga muito presente, *#NiUnaMenos* representou uma ruptura e uma mudança de época. A autora afirma que “assim como uma das frases que marcou foi ‘se va a acabar...’ (a ditadura), para a geração seguinte foi ‘que se vayan todos’²², e para a geração de meu filho será *#NiUnaMenos*”. E ainda afirma que a partir da marcha o tema do feminicídio passou a estar presente em diversos espaços, como nas escolas, bares e casas.

A partir do que analisamos do ativismo *online*, as mudanças que o NUM provocou foram reais e perceptíveis na sociedade Argentina e para além dela. O NUM enquanto movimento de luta pelo fim dos feminicídios utilizou da ferramenta discursiva das *hashtags* para criar experiências de convergência e disseminação de uma campanha que gerou conhecimento e conscientização, e construíram, segundo Marcela Fuentes (2020), uma cartografia da violência de gênero mais ampla que o feminicídio por si só. Foi uma maneira, de acordo com a autora, de trazer casos específicos dentro de um conglomerado de relações de poder mais amplo, aliando o ativismo *online* com o ativismo *offline*.

5.2. Ativismo em rede: entrelaçamentos do *online* e *offline*

A atuação e a dimensão no espaço *online* reforça a singularidade do NUM, especialmente no Twitter, desde o ano de 2015, conforme já abordamos neste capítulo. Neste item, trataremos de analisar a atuação do NUM nas redes sociais em um sentido mais amplo, como espaço de desenvolvimento e mobilização local e transnacional.

De acordo com Fuentes (2020) o NUM promove um entrelaçamento entre protestos nas ruas e sua reverberação no espaço das redes sociais, atuação que a autora denomina de “constelações performáticas”. Estas delineiam novas formas de ativismo e protesto em rede a partir da América Latina, como resposta ao capitalismo neoliberal.

Segundo ela, os eventos ou performances de protesto expandiram-se de forma espacial e temporal; os protestos causam movimentação pelas redes sociais antes, e seguem reverberando após seu acontecimento (Fuentes, 2020).

²²A frase faz referência ao grito que acompanhou a série de protestos que se deram na Argentina em 2001 após o “corralito” - uma das medidas do governo de Fernando De La Rúa para frear a fuga de dólares do sistema financeiro argentino - que afetou, sobretudo, a classe média e desencadeou uma onda de indignação cidadã, derrubando cinco presidentes em 13 dias (Guerrero, 2016).

Sonia Alvarez (2022) complementa, sinalizando que o chamado ativismo digital é uma continuação do protesto que acontece nas ruas, do protesto encarnado, corporificado, que gera afetos profundos. Para Alvarez (2022, p. 111): “a mídia social, então, não é apenas o motor do protesto, visto que o ativismo *online* e *offline* constituem uma espécie de transmídia, profundamente imbricadas”.

Fuentes (2020, p. 247) sustenta que, através de modos de ação tanto efêmeros, como é o caso dos protestos, quanto as ações persistentes nas redes sociais, o NUM questiona, denuncia e modifica consensos sociais, como as hierarquias baseadas em sexo e gênero, nas quais os corpos feminizados aparecem como sacrificáveis e desejáveis. Fuentes (2020) destaca também que o NUM, na sua rápida evolução enquanto movimento, criou diferentes táticas comunicativas e de ação direta que entrelaçam diversas plataformas, sendo, portanto, as redes sociais uma destas plataformas.

A respeito das redes sociais especificamente, Fuentes (2020) aponta que elas ocupam um duplo espaço no ativismo do NUM. Um primeiro lugar seria como suporte das performances específicas que promovem. Como exemplo destas performances específicas, cita a que ocorreu em dezembro de 2015 como repúdio à capa da revista *Noticias*, que estampava Cristina Fernández de Kirchner em uma fogueira rodeada de políticos vestidos de monges liderados pelo recém-eleito presidente Mauricio Macri:

Figura 20 - Capa da revista argentina *Noticias*



Fonte: Política argentina

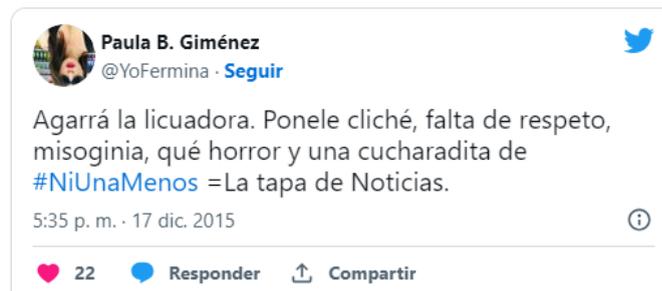
As reações à capa da revista foram imediatas nas redes sociais, conforme podemos verificar nos tuítes abaixo:

Figura 21 - Reação à capa da revista *Noticias*



Fonte: Política argentina

Figura 22 - Reação à capa da revista *Noticias*



Fonte: Política argentina

Enquanto o repúdio nas redes sociais era manifestado por pessoas que mencionaram o NUM diretamente, o coletivo se organizava para o que denominou de “aquellarre”²³ e pelas redes sociais fizeram circular um documento que denunciava a imagem da capa da revista *Noticias* como parte de um “pacto assassino”. O documento que passou a circular sinalizava que este “pacto” não somente tentava disciplinar corpos “rebeldes”, empoderados por uma presidência que os havia reconhecido ao ampliar direitos, mas também tinha como objetivo preparar o terreno para expropriar esses corpos (Fuentes, 2020, p. 242).

A ação consistiu em um grupo de militantes e aliadas do NUM, vestidas de bruxas com chapéus e túnicas pretas, que se reuniram nas imediações da sede da revista. Em frente a jornalistas e policiais, realizaram uma espécie de ritual, em alusão à imagem de Fernández

²³ Expressão que significa reunião de bruxos e bruxas para práticas de rituais (Otero, 2017).

veiculada pela revista (Fuentes, 2020, p. 242). Em seu site, o coletivo explicou de forma detalhada a ação e a simbologia de fazerem uso da imagem da bruxa:

Aquelarre

La caza de brujas fue estrategia central de la construcción de los cuerpos disciplinados para la producción de riquezas y la acumulación de capital. Como la servidumbre en las colonias y las leyes que obligaban a los trabajadores a someterse a la fábrica. Miles y miles de mujeres fueron perseguidas, torturadas y asesinadas como brujas. Silvia Federici escribió, en *Calibán y la bruja*, una fenomenal historia de esa guerra contra las mujeres en la cual se atacó la trama popular y los saberes comunitarios. Las feministas recuperamos a esas antecesoras: decimos y cantamos que somos las nietas de las brujas que no pudieron quemar. En diciembre de 2015, la tapa de la revista Noticias tenía una caricatura de una dirigente política quemada en la hoguera. Imagen misógina, que decidimos denunciar en un ritual. Nos convocamos frente a la redacción de la revista, en el barrio de Barracas, con atuendos de brujas. Realizamos conjuros y escraches (Ni Una Menos, 2015).

De acordo com Fuentes (2020, p. 244), ainda que a ação não tivesse o propósito de buscar apoio massivo das marchas e assembleias posteriores do NUM, essa permitiu que se discutisse o tema desde uma posição que não era vitimizante mas sim potencializadora, utilizando o elemento central da imagem da revista, que era o fogo “queimando” a bruxa, como um alimento de um caldeirão comunitário, colocando corpos, potências e saberes que não somente resistem como desafiam um pensamento neoconservador.

Em 2016, a *Aquelarre* repetiu-se em um novo contexto. Se em 2015 as redes sociais haviam servido para contextualizar a atividade e ampliar sua circulação para além da ação em específico, no ano seguinte o espaço das redes sociais foi onde se deu novamente a performance do *Aquelarre*, quando o governo do então presidente Macri propôs um plano de erradicação da violência contra as mulheres. Segundo as líderes do NUM, o plano abordava a problemática apelando para valores como o amor e a família, e não políticas públicas concretas. Desse modo, assim como ocorreu na primeira versão do *Aquelarre*, a ação teve uma dupla intenção: responder ao governo e aos meios hegemônicos, e, por outro lado, reafirmar seu compromisso com o feminismo não liberal (Fuentes, 2020, p. 246).

Ao longo dos anos, o NUM foi diversificando suas práticas de mobilização e protesto com o objetivo de manter sua força de rechaço à violência, incluindo a violência midiática. Performances e outras estratégias nas redes sociais contribuíram para criar e manter constelações feministas que seguem em posição de vigília, ou seja, de não retroceder nunca mais e, além disso, consolidar novos sujeitos e sujeitas políticos em uma Argentina em processo de transformação (Fuentes, 2020, p. 246).

Fuentes afirma ainda que as redes sociais permitem um trabalho descentralizado e distribuído, por meio do qual geram reações a casos específicos de violência de gênero, ao mesmo tempo em que denunciam o patriarcado institucional. Os eventos descentralizados que caracterizam o NUM podem ser observados na forma com que o coletivo inicia de protesto e campanhas ao anunciá-las em suas redes sociais. O que se observa também a partir das ações *online* do coletivo é a replicação em níveis internacionais; outros coletivos passam a reproduzir atividades e campanhas adaptando-se a seus próprios contextos (Fuentes, 2020, p. 248).

Um forte exemplo da atuação em rede e que se transnacionalizou a partir do NUM é o uso da consigna *Ni Una Menos*, que passou a ser incorporada por pessoas e organizações de outros países para sinalizar campanhas contra a violência de gênero e que não necessariamente possuem relação direta com o coletivo. Na rede social Twitter, onde o NUM iniciou sua mobilização a partir do uso das *hashtags*, é possível verificar essa expansão da consigna, com coletivos de diferentes países se autodenominando *Ni Una Menos* em seus contextos de atuação na América Latina e até mesmo fora da região.

Figura 23 - Perfil *Ni Una Menos* Chile



Fonte: Twitter

Figura 24 - Perfil *Ni Una Menos* Perú

Ni Una Menos Perú
@NiUnaMenosPeru
6.162 Tweets

Plataforma feminista Ni Una Menos Perú: Tocan a Una, Tocan a Todas. Luchamos contra la violencia de género.

facebook.com/Ni-una-menos-P.. Se unió en julio de 2016

682 Siguiendo 28,3 mil Seguidores

Coordinadora Feminista 8M, FEMINISTA CHILE y 12 más de las cuentas que sigues siguen a este usuario

Tweets Respuestas Fotos y videos Me gusta

Ni Una Menos Perú @NiUnaMenosPeru · 28 jun.
Más amor y nada de odio! Este sábado únete a la marcha por una vida digna para todas las personas!

Fonte: Twitter

Figura 25 - Perfil *Ni Una Menos* UK

Ni Una Menos UK
@niunamenos_uk
402 Tweets

Ni Una Menos Collective fighting against Machismo from the UK

info@niunamenos.org.uk

8MLatinx Open Assembly 27.02.21 - 7:30 GMT - link below

United Kingdom facebook.com/events/1117769...

Se unió en julio de 2018

557 Siguiendo 1.277 Seguidores

IPPF Americas & The Caribbean, Coordinadora Feminista 8M y 2 más de las cuentas que sigues siguen a este usuario

Tweets Respuestas Fotos y videos Me gusta

Ni Una Menos UK retweetó
Sara Alonso Esparza @SAlonsoEsparza · 14 mar. 2021

Fonte: Twitter

Figura 26 - Perfil *Ni Una Menos* Paraguai



Fonte: Twitter

Neste momento, cabe retomar alguns pontos a respeito da transnacionalização dos movimentos sociais, pensando a partir das redes sociais. Retomando o postulado por Tarrow (2010) a respeito da dimensão transnacional que os movimentos sociais contemporâneos têm, o autor afirma que as tecnologias de comunicação e das redes sociais em grande parte cumprem uma função importante na transnacionalização, pois fazem circular as ideias, a solidariedade e a cooperação entre ativistas de diferentes países.

Para Tarrow (2010), a difusão transnacional de ações coletivas ocorre através de três processos: o primeiro deles seria o relacional, via redes de confiança; o segundo seria o não relacional, via meios de comunicação e internet; e o terceiro, o mediado, através de mediadores não inseridos diretamente no confronto político. Contudo, essa classificação apresenta algumas limitações, uma vez que, para o autor, a noção de processo relacional ficaria restrita ao contato físico. Já a classificação da internet como uma difusão não relacional não se diferenciaria de outros meios de comunicação que permitem o contato físico (Alcântara, 2015, p. 89).

Alguns autores propõem uma classificação mais ampla, como é o caso de Sean Chabot (2010), que afirma que, para entender como as complexas táticas e os repertórios viajam à longa distância, é necessário ir além dos processos de comunicação impessoais e analisar como as pessoas se envolvem neste processo.

O autor propõe então uma abordagem dialógica da difusão transnacional entre os movimentos sociais baseada em quatro formas de comunicação: processo de tomada de consciência, quando os receptores em potencial começam a tomar contato com o repertório de outro país; processo de tradução, quando os transmissores e receptores dialogam sobre como deslocar o repertório para outro contexto; processo de experimentação, quando, a partir de um investimento intelectual, os receptores vão experimentando os repertórios “importados” em pequenas escalas, readequando-os; e processo de aplicação no movimento, quando os receptores integram os novos repertórios a uma grande variedade de atores. O modelo de Chabot (2010) oferece importante contribuição ao inserir uma perspectiva dialógica no processo de difusão transnacional, porém, ainda desconsidera o impacto da comunicação mediada por tecnologias (Alcântara, 2015, p. 89).

Por conseguinte, o que Fuentes (2020) propõe como “constelações performáticas” pode contribuir para as teorias de movimentos sociais no aspecto da transnacionalização, uma vez que para a autora não há apenas uma mediação pela tecnologia. Para ela, as redes sociais não são somente o meio pelo qual os movimentos sociais – em específico o NUM – se comunicam, mas são também o fim em si mesmo, o que resulta em um entrelaçamento entre ações “callejeras”, ou seja, das ruas, e as ações no modo *online*, via *hashtags*, por exemplo. As redes sociais seriam, portanto, cocriadoras de ações coletivas insurgentes, que acabam por gerar constelações de performance de ativismo transnacional (Fuentes, 2020, p. 247).

Fuentes (2020) explica, ainda, que pensar o NUM como mobilização em rede de forma distribuída implica adotar uma perspectiva que considere as “multitudes conectadas”, conceito desenvolvido por Guiomar Rovira Sancho (2016), e que tem como marcador temporal a Primavera Árabe²⁴. Guiomar define o conceito como:

A partir de la Primavera Árabe, irrumpen las multitudes conectadas como constelaciones performativas en las calles y simultáneamente *online*, que conectan el espacio de lo común y la protesta local con los flujos globales de la indignación. Se

²⁴A Primavera Árabe foi uma série de protestos de rua que aconteceram nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, a partir de 2010, e a internet teve papel fundamental: “Os meios digitais apontaram o protagonismo dos jovens, que foram decisivos no movimento revolucionário iniciado na Internet e esparramado por todo o Egito” (Bazzan, 2023).

trata de la emergencia de una política prefigurativa que se abre a cualquiera y enfrenta nuevos riesgos (Sancho, 2016, p. 7).

Estas multitudes conectadas evidenciam algo que Joan Subirats Humet define como “democracia de apropiación”, ou seja, uma democracia que tem como base processos de envolvimento coletivo e pessoal em temas públicos, o que, por sua vez, compensa e modifica a separação tradicional que a democracia causa entre governantes e governados (Subirats Humet, 2015, p. 165).

Sancho explica também que estas multitudes configuram um processo de mediação e interação caracterizados por sua abertura a intervenções diversas e de qualquer pessoa.

La copia y el remix, la comunicación abierta y el abandono de filtros hacen que en estas constelaciones como subjetivaciones políticas hagan desaparecer prácticamente una división hasta ahora clave en los movimientos sociales: la comunicación hacia el endogrupo (hacia los propios militantes o activistas) y la comunicación hacia el afuera (hacia la "opinión pública"). En la práctica, la multitud no actúa para terceros, sino que son los mismos «terceros» los que actúan. Esto no quiere decir que no se haga uso de las comunicaciones personalizadas como el correo electrónico. Tampoco implica que no existan en su interior colectivos previamente organizados que tengan su sistema de comunicación interna, o que no se den grupos de afinidad con sus propias lógicas, pero la participación está integrada como parte de un ecosistema dinámico, abierto e híbrido (Sancho, 2016, p.147).

Ademais, observa nas multitudes conectadas uma potência feminista, quando declara que uma mudança nos paradigmas das lutas sociais necessariamente pressupõe tratar dos temas da incompletude e da vulnerabilidade. No plano político, assumir a vulnerabilidade não quer dizer debilidade, mas sim capacidade de resistência, porque na medida em que algo nos afeta, podemos responder a isso (Sancho, 2016). E ainda segue:

Una nueva sensibilidad política crece desde esta reflexión sobre lo incompleto, lo precario, lo abierto, el cuerpo como base de la política que se enfoca en desenmascarar el valor abstracto de lo uno, del individuo concebido como autónomo, de los números como valor que se valoriza, y recuperar el espacio del uso: la producción y reproducción respo y reproducción responsable y compartida de la vida. En el fondo, esta es la irrenunciable aportación del feminismo (Sancho, 2016, p. 196).

5.2.3. O ativismo nas redes sociais em tempos de algoritmos e inteligência artificial

É importante considerar como os algoritmos e as estruturas das redes sociais podem influenciar a visibilidade e a disseminação das mensagens do movimento NUM. A respeito do uso da internet como espaço de ativismo, Remedios Zafra (2005) alerta que o uso por si só da

internet não facilitará a emancipação das mulheres, nem criará uma nova representação do que é ser mulher. Para chegarmos a isso, é necessário um esforço e exercício constante de imaginação política. Portanto, para a autora, a tecnologia precisa estar aliada a uma mudança na forma como pensamos.

Nesse sentido, o NUM parece ter absorvido de maneira exitosa a ideia de que o espaço da internet é um espaço de disputa, assim como o espaço das ruas, e isso se dá muito pelas tecnologias neoliberais e do patriarcado que agem no sentido de capturar o espaço das redes sociais também. Contudo, os debates recentes a respeito do uso da internet e as tecnologias em torno desses espaços que afetam o uso das redes sociais, como os algoritmos e a inteligência artificial, precisam ser abordados de forma crítica pelo coletivo, pois isso pode determinar o futuro do ativismo no espaço das redes sociais.

Um destes obstáculos que tem consequências diretas nas pautas do feminismo é o avanço da extrema-direita nas redes sociais. Esse é um debate recente, mas já bastante aprofundado, e que ganhou maior espaço especialmente com os escândalos envolvendo a empresa Meta, responsável pelo Facebook, Instagram e Whatsapp, após os Arquivos do Facebook, investigação divulgada pelo jornal estadunidense *The Wall Street Journal*. A investigação revelou diversas formas com que o Facebook e suas plataformas relacionadas (como Instagram) influenciam negativamente na vida das pessoas, com a propagação de notícias falsas e a falta de ação em casos de violência nas redes sociais (Guerrero, 2023).

Ao caso dos Arquivos do Facebook se soma o escândalo da Cambridge Analytica, empresa que, em parceria com o Facebook, utilizava as bases de dados e informação pessoais de seus usuários e usuárias para segmentar e direcionar campanhas políticas com a finalidade de influenciar nas eleições dos EUA. Essa prática tornou-se cada vez mais habitual para difundir notícias falsas (Guerrero, 2023, p. 21).

Do ponto de vista da psicologia, o cérebro humano tem a tendência a acreditar no que confirma suas próprias crenças, o que leva o nome de “viés de confirmação” (Elías, 2018). Desta maneira, nas redes sociais os indivíduos tendem a se unir a comunidades, grupos sociais ou coletivos com as quais compartilham valores, ou seja, optam por seguir usuários cujo espectro ideológico se alinha com o próprio, provocando as denominadas “bolhas de informação” (Guerrero, 2023, p. 21).

No escândalo dos Arquivos do Facebook denunciou-se que a empresa possuía conhecimento dos efeitos de polarização que seus algoritmos estavam fomentando; contudo,

nenhuma ação foi tomada para impedir que este efeito seguisse ocorrendo. A investigação do *The Wall Street Journal*, de acordo com José Sarrión-Andaluz (2021), apontou que:

La investigación dio a conocer un informe interno del año 2016 que señala que “el 64% de los usuarios que se habían unido a grupos extremistas lo habían hecho directamente por la recomendación de la herramienta. Sin embargo, los estudios de los directivos descubrieron que de haber seguido las modificaciones sugeridas por los empleados se habría comprometido notablemente el crecimiento en la adquisición de nuevos usuarios y limitado desproporcionadamente la visibilidad de los grupos conservadores norteamericanos”.

Além dos efeitos danosos causados pelos algoritmos nas redes sociais, um debate ainda mais atual que permeia o tema, trata da inteligência artificial (IA), que permite que o virtual possa “aprender” por si mesmo. Assim, já não há uma fórmula rígida que é seguida para apresentar conteúdos aos usuários, mas sim um processo mediante o qual os conteúdos vão sendo ajustados a cada usuário, privilegiando aqueles que mais tempo passam conectados (Guerrero, 2023, p. 22). Para Sarrión-Andaluz (2021), a consequência mais danosa das IA nas redes sociais diz respeito à transparência, uma vez que a inteligência artificial toma a função dos algoritmos de sugerir conteúdos e é desconhecido o seu comportamento, pois se encontra em permanente evolução.

O debate em torno do ativismo virtual, dos algoritmos e da inteligência artificial revela um cenário complexo e desafiador. Embora elas possam fornecer uma plataforma poderosa para o ativismo, as problemáticas que as envolvem vêm em uma crescente. Os algoritmos e a inteligência artificial desempenham um papel decisivo na dinâmica, filtrando e personalizando o conteúdo que cada usuário vê em seu *feed*.

Vale ressaltar, contudo, que o governo argentino dá passos, ainda que lentos, em direção a uma regulamentação do uso das redes, outro debate também em plena efervescência e que gera polêmicas ao questionar os limites da regulação da internet sem afetar a liberdade de expressão. Em março de 2022 o governo anunciou que estava em curso o “estudo pioneiro” de um projeto sobre o uso das mídias sociais no país, entretanto, até o momento, não se teve maiores avanços nesse sentido (Connectas, 2022).

De qualquer modo, é inegável que as redes e a tecnologia promovem mudanças significativas, e o NUM é um caso-chave para compreendermos esse potencial. É importante questionar as tecnologias que impedem um uso orgânico deste espaço e o quanto isso pode comprometer o que hoje o NUM e outros movimentos progressistas conseguem fazer a partir

do espaço das mídias sociais. Este é um campo aberto e ainda com poucos estudos conclusivos.

Contudo, devido a urgência do tema, é importante que o NUM aprofunde o debate quanto ao uso das redes sociais pautado na influência das novas tecnologias de controle dos usuários e, de modo mais amplo, a agenda dos movimentos sociais, uma vez que essas ferramentas tecnológicas estão sendo usadas de forma indiscriminada pela extrema-direita e afetam diretamente os movimentos sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, pudemos contextualizar o surgimento do coletivo NUM e compreender a importância do movimento feminista na Argentina e da luta das mulheres no país. Luta que, como vimos, vem de uma longa trajetória. O engajamento das Mães e Avós da Praça de Maio, que disputaram incansavelmente por justiça e memória, serviu como inspiração em muitos aspectos para o NUM e evidenciou a continuidade das reivindicações das mulheres argentinas ao longo do tempo.

A violência de gênero no país, apesar de alguns avanços institucionais, como a tipificação do crime de feminicídio em 2012, persistiu como uma realidade diária e dolorosa, o que impulsionou o surgimento do NUM no ano de 2015, após mais um brutal feminicídio, da adolescente Chiara Páez. O coletivo encontrou nas redes sociais um espaço propício para suas primeiras ações, que posteriormente se expandiram para as ruas de Buenos Aires e alcançaram outras cidades, regiões e demais países da América Latina e do mundo. A mobilização transnacional do NUM revelou a força e a ressonância de sua mensagem, estabelecendo uma rede de solidariedade e ações coordenadas em torno da disputa contra a violência de gênero. Uma importante mudança ocorreu devido às ações do NUM: a politização do feminicídio e a necessidade de responsabilizar e cobrar ações do Estado.

Um aspecto relevante do ativismo do NUM foi a utilização da memória coletiva como estratégia de mobilização. A memória das vítimas de feminicídio e a memória das lutas históricas foram mobilizadas para fortalecer o movimento e reivindicar direitos humanos na Argentina. Também foi possível observar, através das ações do coletivo em torno do tema, as batalhas pela memória, posto o debate a respeito da memória coletiva e as mobilizações em torno dela. A memória é um elemento importante para a história argentina, ela move os afetos e os mobiliza, conecta movimentos sociais a momentos cruciais do país, como a última ditadura. O NUM acrescentou uma nova e triste camada à memória coletiva, a dos feminicídios.

A Campanha Nacional pela Legalização do Aborto na Argentina foi outro marco importante em que o NUM se engajou. A adesão do coletivo a essa campanha, que também teve mobilizações massivas em outros países latino-americanos, evidenciou novamente a natureza transnacional da reivindicação pela legalização do aborto e fortaleceu o movimento feminista na região. Os *pañuelos verdes*, símbolo da campanha, tornaram-se um símbolo visual do ativismo feminista, unindo as vozes das mulheres em busca de seus direitos reprodutivos.

No contexto da pandemia da Covid-19, o NUM enfrentou desafios e buscou adaptar suas estratégias de mobilização. A Assembleia Feminista 3J, realizada em formato *online*, permitiu a participação de representantes de coletivos de diversos países da América Latina, demonstrando mais uma vez o papel das redes sociais nas estratégias do coletivo. O ativismo virtual do NUM, especialmente por meio do uso da *hashtag* #NiUnaMenos, desempenhou um papel crucial na promoção e mobilização em torno da pauta, ampliando a politização do feminicídio para toda a região.

A atividade de campo na Marcha 3J do presente ano de 2023 foi de fundamental importância para perceber que, ao longo dos oito anos de existência, o coletivo segue mobilizando marchas massivas. O NUM acompanha os momentos difíceis que o país enfrenta e pauta, a partir de uma perspectiva feminista, questões mais abrangentes e que atingem inevitavelmente as mulheres. Também foi possível observar certa fragmentação do movimento, que não é homogêneo e enfrenta suas próprias divergências internas. Além disso, foi possível extrair algumas reflexões teóricas tanto da experiência das assembléias e da Marcha, quanto do documento produzido de forma colaborativa, fruto desses encontros, e que foi lido publicamente. Contudo, o objetivo comum segue, recuperando a capacidade de mobilização após a pandemia, que alterou muitas dinâmicas sociais, inclusive as de protestos.

Nesse sentido, é importante destacar os desafios atuais enfrentados pelo ativismo nas redes sociais. O avanço da extrema-direita, aliado ao uso de algoritmos e inteligência artificial, tem gerado preocupações quanto à disseminação de discursos de ódio e à dificuldade de ampliar a visibilidade de pautas progressistas. Embora não tenha sido objetivo deste trabalho aprofundar neste tema, é necessário repensar as estratégias de enfrentamento e de resistência, buscando formas de contornar as restrições impostas pelas redes sociais e garantir que as vozes dos movimentos feminista e de outros movimentos sociais continuem a ser ouvidas e disseminadas.

Diante disso, o NUM se tornou um exemplo de como o ativismo virtual pode ser potente na promoção e mobilização em torno de uma pauta, alcançando pessoas de diferentes partes do mundo. Por meio do uso estratégico das redes sociais e da criação de conexões transnacionais, o NUM ampliou a politização do feminicídio e promoveu mudanças para além das fronteiras da Argentina. O movimento se tornou um símbolo global na luta contra a violência de gênero, reforçando a importância da solidariedade e da ação coordenada para a construção de uma sociedade que não tolera e não admite a violência de gênero em todas as suas dimensões.

Por fim, o NUM é um exemplo poderoso de como o ativismo virtual pode desempenhar um papel fundamental na promoção e na mobilização em torno de uma causa, através de sua posição discursiva. Sua presença nas redes sociais, especialmente no Twitter, com o uso da *hashtag* #NiUnaMenos, representou um ponto de virada para o movimento feminista na América Latina. A iniciativa conectou pessoas e movimentos em uma rede de solidariedade e gerou um discurso potente que se reproduziu exponencialmente. Deste modo, como afirmamos antes, o NUM transcendeu as fronteiras da Argentina, promovendo uma integração transnacional e provocando mudanças que vão além de um único país.

Contando com o aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) ao longo do trabalho, foi possível observar elementos discursivos do NUM, sua construção discursiva, formas de enunciação, o uso de ferramentas como as consignas, que resultaram em uma propagação ainda maior de suas pautas, como elementos verdadeiramente constitutivos do coletivo. A ressonância de uma mesma forma de comunicar nas redes sociais e nas ruas, também se evidenciou ao analisar o NUM através de correntes teóricas da AD. A ressonância discursiva compõe um dos elementos-chave para a sua expansão transnacional.

Por fim, é fundamental que o ativismo nas redes sociais se mantenha vigilante e adaptável às novas dinâmicas e desafios. A conscientização sobre o impacto dos algoritmos, o combate aos discursos de ódio e às *fakenews* e a busca por formas de resistência são aspectos-chave para que os movimentos sociais contra hegemônicos possam continuar a promover mudanças e avanços através do espaço das redes que comprovadamente mobilizam.

O NUM, juntamente com outros coletivos e movimentos, trilha um caminho inspirador na luta feminista na América Latina, incentivando a reflexão e a ação coletiva em busca de um futuro mais justo e seguro para todas as mulheres e dissidências. O feminicídio segue sendo um tema urgente e o NUM segue sendo um ator central na luta pelo fim da violência. Que suas ações sigam ecoando para além das terras portenhas e inspirando movimentos de mudança pelo mundo.

REFERÊNCIAS

AFP. Quase 60% dos argentinos apoiam a legalização do aborto, diz pesquisa. **O Globo**, 18 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/quase-60-dos-argentinos-apoiam-legalizacao-do-aborto-diz-pesquisa-22502231>>.

AGUIAR, Danilla; ROJAS, Gonzalo. R. O movimento feminista e de mulheres na Argentina: perspectivas pós-colonial e socialista. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 121, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/10436>>.

ALAMÁN, Ana P. La política del hashtag en Twitter. Vivat Academia. **Revista de Comunicación**, n.152, p. 49–68, 2020. Disponível em: <https://www.vivatacademia.net/index.php/vivat/article/view/1240>.

ALAMÁN, Ana P.; RUEDA, Ana M. Nuevas dinámicas discursivas en la comunicación política en Twitter. **Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación**, n. 56, p. 53-80. 2013. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/circulo/no56/mancera.pdf>.

ALCÂNTARA, Livia M. de. **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**. Aurora, v. 8, n. 23, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474>>.

ALCARAZ, Marcela. **Que sea ¡Ley! La lucha de los feminismos por el aborto legal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/ENGAJAMENTOS-AMBIVALENTES%2C-EFEITOS-PARADOXAIS%3A-E-DE-Alvarez/01fa34154fe420cd4ec5b4f84317c191326400c6>>.

_____. Protesto: Provocações teóricas a partir dos feminismos. **Polis**, n. 61, 2022. Publicado em 13 de abril de 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/21314>>.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?lang=pt>>.

ANGELL, Alan. Chile, 1958-c.1990. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina. A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas**. Vol. IX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 853-929.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Aportes de Amnistía Internacional al debate sobre la despenalización del aborto**. Anistia Internacional, 2018. Disponível em:

<https://amnistia.org.ar/wp-content/uploads/delightful-downloads/2018/05/Aportes-de-Amnist%C3%ADa-Internacional-al-debate-sobre-la-despenalizaci%C3%B3n-del-aborto-ONLINE.pdf>.

ANNUNZIATA, Rocío (et al.). Argentina. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.) **O Estado da democracia na América Latina. Ativismo político em tempos de Internet**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016, p. 39-113. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ativismo_pol%C3%ADtico_em_tempos_de_internet.pdf>.

ARENAS, Natalia. Susana Chávez, la poeta de Ciudad Juárez que gritó Ni Una Menos por primera vez. **Cosecha Roja**, 2022. Disponível em: <<https://www.cosecharoja.org/susana-chavez-la-poeta-de-ciudad-juarez-que-grito-ni-una-menos-por-primera-vez/>>.

ARGENTINA, República. **Ley 26.618**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/165000-169999/169608/norma.htm>>.

_____. **Ley 27.610. Boletín Oficial**. 2020. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/239807/20210115>>.

_____. Presidencia de la Nación. **Código Penal: Ley 26.791 – Modificaciones**. 2012. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26791-2012-206018>>.

BARBOSA PARZIANELLO, Sandra; PARZIANELLO, Geder. L. “¿Quién te falta?": As mães da Praça de Maio na Argentina e a memória do autoritarismo contra os seus direitos. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 1, 4 Dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/2737>>.

BAZZAN, Denise. **Primavera Árabe**. [Entrevista concedida a] Alice Elias. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, maio de 2023. Disponível em: <<https://www.fflch.usp.br/50927>>.

BIROLI, Flávia. #EleNão e o voto das mulheres nas eleições presidenciais de 2018. **Instituto Democracia**, 2018. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/single-post/ele-nao-e-o-voto-das-mulheres-nas-eleicoes-presidenciais-de-2018>>.

BRACHO, Carlos. La amenaza de las redes sociales. **Connectas**, 2022. Disponível em: <<https://www.connectas.org/analisis-amenaza-rrss/>>.

BOUERI, Aline G. Argentina aprova legalização do aborto. **Gênero e número**, 30 dez. 2020. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/argentina-aprova-legalizacao-do-aborto/>>.

BUSSMANN, Hadumond. **Routledge Dictionary of Language and Linguistics**. London & New York: Routledge, 1996.

BUTLER, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría performativa de la asamblea**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós 2017.

CAMACHO, Fernando. S. CNDH y Ni Una Menos se unen para fortalecer atención a víctimas. **La Jornada**, 2021. Disponible em: <<https://www.jornada.com.mx/notas/2021/05/06/politica/cndh-y-ni-una-menos-se-unen-para-fortalecer-atencion-de-victimas/>>.

CAMPAÑA Nacional por el Derecho al Aborto, Legal, Seguro y Gratuito. **Argumentos: 2005-2020**. Disponible em: <<http://www.abortolegal.com.ar/>>.

CARBAJAL, Mariana. “El problema de la violencia sexual es político, no moral”. Entrevista a la antropóloga Rita Segato, una estudiosa de la violencia machista. **Página12**. Disponible em: <<https://www.pagina12.com.ar/162518-el-problema-de-la-violencia-sexual-es-politico-no-moral>>.

CARMO, Márcia. Como o ‘Ni Una Menos’ foi um divisor de águas na cobertura de questões de gênero na Argentina. **Media Talks**, 2022. Disponible em: <<https://mediatalks.uol.com.br/2022/06/01/como-o-movimento-ni-una-menos-mudou-inclusa-o-de-genero-na-argentina-por-marcia-carmo/>>.

CARMO, Marcia. Como a polêmica do aborto está levando católicos a pedirem desligamento oficial da Igreja na Argentina. **BBC News Brasil**, 29 ago. 2018. Disponible em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45325614>>.

CÁRDENAS, Edurne; ESCALES, Vania. E agora que, sim, nos veem: o aborto na Argentina será lei. **Nexo Jornal**, 14 de agosto de 2018. Disponible em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/E-agora-que-sim-nos-veem-o-aborto-na-Argentina-ser%C3%A1-lei>>.

CCOO. Una Ola Verde Que Ha Inundado Argentina: por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito. **CCOO – Confederación Sindical de Comisiones Obreras**. Disponible em: <<https://www.ccoo.es/noticia:331014>>.

CENTENERA, Mar (et al.). América Latina é a região mais letal para as mulheres. **El País**, 27 nov. 2018. Disponible em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html>.

_____. A opressão feminina se assenta sobre a maternidade, sexualidade e trabalho doméstico. **El País**, 05 de janeiro de 2021. Disponible em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-05/o-aborto-legal-na-argentina-torna-mais-facil-a-luta-no-restante-da-america-latina.html>>.

CEPAL. Femicide or feminicide. **CEPAL**, 2020. Disponible em: <<https://oig.cepal.org/en/indicators/femicide-or-feminicide#:~:text=Corresponds%20to%20the%20quantification%20of,aggravated%20homicide%20due%20to%20gender>>.

CEPAL. La pandemia en la sombra: femicidios o feminicidios ocurridos en 2020 en América Latina y el Caribe, **CEPAL**, 24 de noviembre de 2021. Disponible em:

<<https://www.cepal.org/es/notas/la-pandemia-la-sombra-femicidios-o-feminicidios-ocurridos-2020-america-latina-caribe>>.

CF8M. Quienes somos. **Coordinadora Feminista 8M**. Disponível em: <<http://cf8m.cl/quienes-somos/>>.

CHILE. Propuesta Constitución política de la República de Chile, 2022. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/86241/1/Texto_Definitivo_CPR_2022.pdf>.

CNN BRASIL. Câmara do Chile aprova descriminalização do aborto até 14 semanas. **CNN Brasil**, 29 set. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/camara-do-chile-aprova-descriminalizacao-do-aborto-ate-14-semanas/>>.

COLOMBO, Sylvia. **O ano da cólera: protestos, tensão e pandemia em 5 países da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

COLOMBO. Busca de Avós da Praça de Maio por netos estimula avanços de genética e Justiça. **Folha de S. Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/busca-por-netos-leva-avos-da-praca-de-maio-a-avancos-na-genetica-e-na-justica.shtml#:~:text=Com%20um%20grupo%20de%20pesquisadores,o%20parentesco%20entre%20as%20pessoas.>>.

COMISIÓN Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Nunca Más**. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/mercosul/a_pdf/nunca_mas_argentino.pdf>.

Cuidado materno é trabalho com direito a aposentadoria na Argentina; especialista compara situação brasileira. **IBDFAM**, 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8738/Cuidado+materno+%C3%A9+trabalho+com+direito+a+a+posentadoria+na+Argentina%3B+especialista+compara+situa%C3%A7%C3%A3o+brasileira>

Cusicanqui, Silvia. R. **Oprimidos pero no vencidos, la memoria colectiva de la organización indianista-katarista**. La Paz: Mirada Salvaje, 2010.

TELESUR. Condenan a Milagro Sala a 13 años de prisión en Argentina. **Telesur TV**, 2019. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/condena-milagro-sala-argentina-pibes-villeros-20190114-0030.html>>.

COPES. **Estudio de Opinión Pública Marcha "Ni Una Menos"**. Facultad de Ciências Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2010/11/encuesta-ni-una-menos-COPES-INFORME-FINAL-enero-2016.pdf>>.

CORONA, Sonia (et al.). Maré chilena puxa protestos e milhões de mulheres mostram sua força nas ruas da América Latina. **El País**, 9 de março de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forca-nas-ruas-da-america-latina.html>>.

ANDES. Decisão histórica da Suprema Corte mexicana descriminaliza aborto no país. **Andes-SN**, 2021. Disponível em:

<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/decisao-historica-da-suprema-corte-mexicana-de-scriminaliza-aborto-no-pais1#:~:text=Em%20decis%C3%A3o%20un%C3%A2nime%2C%20na%20ter%C3%A7a,gravidez%20no%20estado%20de%20Coahuila>>.

DELAP, Lucy. **Feminismos: uma história global**: 1ª ed.: São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DW BRASIL. Suprema Corte do México descriminaliza o aborto. **Deutsche Welle Brasil**, 08 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-br/suprema-corte-do-m%C3%A9xico-descriminaliza-o-aborto/a-59120601>>.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse Analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.

FARIAS, Washington S de.; SAMPAIO, Ariane. O discurso sobre o aborto no feminismo digital: uma análise da página "Feminismo sem Demagogia" – original. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 13, n. 30, 2021. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/9926>>.

FIORIN, José L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

POLÍTICA Argentina. Fuerte repudio a otra polémica tapa de la revista Noticias. **Política Argentina**, 2015. Disponível em:

<<https://www.politicargentina.com/notas/201512/10550-fuerte-repudio-a-una-tapa-de-revista-noticias-con-cristina-prendiendose-fuego.html>>.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/qLvqR85s5gq56d63QhPX4VP/abstract/?lang=pt:>>

_____. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, v. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRONTERA, Agustina P. Ni Una Menos es todo más. **Periódico Vas Buenos Aires**, 29 de junho de 2015. Disponível em:

<<https://www.periodicovas.com/ni-una-menos-es-todas-mas/>>.

FUENTES, Marcela A. **Activismos tecnopolíticos: constelaciones de performance**. Eterna Cadencia, 2020.

_____. #NiUnaMenos (#NotOneWomanLess): Hashtag Performativity, Memory, and Direct Action against Gender Violence in Argentina. In: A. G. Altýnay, M. J. Contreras, M.

Hirsch, J. Howard, B. Karaca, & A. Solomon (Eds.), **Women Mobilizing Memory**, 2019, p. 172-191. Columbia University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7312/alti19184.13>.

GABARDO, Maristella; LIMA LOPES, Rodrigo. Ni Una Menos: ciência das redes e análise de um coletivo feminista. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 3, 2018.

GAGO, Verónica. Ni Una Menos: Verónica Gago fala sobre aprovação do aborto legal no país. Entrevista concedida a Camila Cetrone. **Editora Elefante**, 2021. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/ni-una-a-menos-veronica-gago-fala-sobre-aprovacao-do-abort-o-legal-no-pais/>.

GALINDO, Maria. No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización. **Mujeres Creando**, Bolívia, 2013.

GOLD, Raymond L. Roles in Sociological Field Observations. **Social Forces**, v. 36, n. 3, p. 217-223, mar. 1958.

GRAU, Olga (et al.). **IV Conferencia Mundial de la Mujer. Beijing'95: actores y discursos**, 1997.

GREGOLIN, Maria do R. V. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **ALFA**, v. 39, São Paulo, 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>.

GRIGOLETO, Evandra. “Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito”. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (org.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>.

GRUPO DE ARTE CALLEJERO. **Grupo de Arte Callejero: Thoughts, Practices and Actions**. Brooklyn: Common Notions, 2019.

GUERRERO, Alejandro. La izquierda y el Argentinazo. **Prensa Obrera**, 2016. Disponível em: <https://prensaobrera.com/aniversarios/la-izquierda-y-el-argentinazo>. Acesso em: 02 out. 2023.

GUERRERO, Mariana A. **La política del hashtag: campañas feministas en Twitter durante el proceso constituyente**. 2023, 266 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Política) – Faculdade de Comunicação e Imagem, Universidade do Chile, Santiago, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/191500>.

INNOCENTE, María V. **Ni Una Menos ¿Politización transnacional del femicidio?**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Estudios Políticos, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, Ecuador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/10469/16595/TFLACSO-2020-MVI.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2021**. v.2.7, São Paulo: IPEA, 2021. Disponível em:
<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>>.

IRIBARREN MARTÍNEZ, Juan P. (et al.). Ni Una Menos: Análisis de la acción colectiva en el ámbito público. **Sociales Investiga**, v. 5, n. 5, 126-134, 2018. Disponível em:
<<https://socialesinvestiga.unvm.edu.ar/ojs/index.php/socialesinvestiga/article/view/165>>.

Javier Milei sorprendió en elecciones PASO 2023 y fue el candidato más votado. **Página 12**, 2023. Disponível em:
<https://www.pagina12.com.ar/578244-javier-milei-en-las-paso-2023-el-minuto-a-minuto-de-todos-lo>

JUSTEL-VÁZQUEZ, Santiago (et al.). Twitter e información política en la prensa digital: la red social como fuente de declaraciones en la era Trump. **El profesional de la información**, 2018. Disponível em:
<<https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2018.sep.03>>.

La Suprema Corte de México despenaliza el aborto en todo el país. **BBC News Mundo**, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/articles/cp98d0njylpo>>.

Las abuelas de Plaza de Mayo encontraron al nieto 133. **Página 12**, 2023. Disponível em:
<https://www.pagina12.com.ar/572113-las-abuelas-de-plaza-de-mayo-encontraron-al-nieto-133>

Liberaron a las cuatro mujeres mapuche detenidas en el desalojo de Villa Mascardi. **CELS**, 2023. Disponível em:
<<https://www.cels.org.ar/web/2023/06/liberaron-a-las-cuatro-mujeres-mapuche-detenidas-en-el-desalojo-de-villa-mascardi/>>.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-102, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract>.

MACKINNON, Catharine. **Hacia una teoría feminista del Estado**. Madrid: Cátedra, 1995.

MARQUES, Brenda M. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 62-87, 1º sem. 2019.

MARQUES, Brenda. A importância do feminismo negro para o feminismo brasileiro. **Portal Geledés**, 2023. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/a-importancia-do-feminismo-negro-para-o-movimento-feminista-brasileiro/?gclid=CjwKCAjwkY2qBhBDEiwAoQXK5QOZVQ1paNVZBujgOkfXKXRfK3qNfCNmQLzBvb19JUUF-3IfAB36BoCz_MQAvD_BwE>.

MASSEY, Doreen. A Global Sense of Place. In: MASSEY, D. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. **Íconos (Revista de Ciencias Sociales)**, Quito, n. 45, p. 91-107, sept. 2013.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.

MITCHELL, Beatriz. La Convención Constitucional en Chile empieza cargada de expectativas y símbolos de una nueva política. **Open Democracy**, 7 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/es/constituyente-chile-expectativas-simbolos-nueva-politica>>.

MODELLI, Lais. Femicídio: como uma cidade mexicana ajudou a batizar a violência contra mulheres. **BBC News Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38183545#:~:text=A%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20latina%20mais%20dura,de%2040%20a%2060%20anos>.

MONTERO, Claudia. El octubre chileno: voces y luchas feministas. In: STEVANI GISLETTI, M; MONTERO, C. El octubre chileno: voces y luchas feministas. **Descentrada**, v. 4, n. 1, 2020.

NEVES DE BRITO, Luiz A. (Re)Lendo Michel Pêcheux: como a análise do discurso de linha francesa apreende a materialidade discursiva?. **Eutomia Revista de Literatura e Linguística**, v. 1, n. 9, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/967>>.

NI UNA MENOS. **Acciones: Aquelarre**, 2015. Disponível em: <<https://niunamenos.org.ar/nos-mueve-el-deseo/acciones/aquelarre.>>.

_____. **Asamblea Latinoamericana Feminista 3J**, 2021. Youtube, 3 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4-1VUZ_G3qA>.

_____. **Carta Orgánica**. Ni Una Menos, 2015. Disponível em: <<http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>>.

_____. **Manifiestos: #3 de Junho de 2015**. Disponível em: <<http://niunamenos.org.ar/manifiestos/3-de-junio-2015/>>.

NI UNA MENOS. Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021. **Ni Una Menos(Youtube)**, 2021. Disponível em: https://youtu.be/k9Omwk6ChiE?si=15IYNRPRmqiJ_SZO. Acesso em: 28 set. 2023.

RADIO GRÁFICA. Ni Una Menos, el documento consensado por las organizaciones. **Radio Gráfica**, 2023. Disponível em:

<<https://radiografica.org.ar/2023/06/03/ni-una-menos-el-documento-consensuado-por-las-org-anizaciones/>>.

OFICINA de la Mujer. Observatorio de Femicidios de la Justicia Argentina. **Oficina de la Mujer**, 2016. Disponível em: <https://www.csjn.gov.ar/omrecopilacion/omfemicidio/observatorioSeguimientoCausas.html#:~:text=El%20Observatorio%20de%20Femicidios%20de,materia%20de%20violencia%20de%20g%C3%A9nero.>

OIG CEPAL. Femicídio ou Feminicídio. **CEPAL**, 2018. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/femicidio-ou-femicidio>>.

PAGINA 12. Ordenan cambiar la pena del feminicida de Chiara Páez, el caso que impulsó el “Ni Una Menos”. **Página 12**, 2022. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/401058-ordenan-cambiar-la-pena-del-femicida-de-chiara-paez-el-caso->>.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OTERO, Nacho. ¿De dónde viene y qué significa la palabra 'aquellarre'? **Muy Interesante**, 2019. Disponível em: <<https://www.muyinteresante.es/historia/34638.html>>.

BBC BRASIL. País por país: o mapa que mostra os trágicos números dos feminicídios na América Latina, **BBC Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38076091>>.

PAULA, Adriana, G. de. Os movimentos de mulheres na ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o movimento Feminino pela anistia (Brasil). **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2014. Disponível em: <http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61-161, 2001.

PEREIRA, Jennifer; DIRKSEN RIBEIRO, Melissa. O Lado Obscuro do Feminicídio na América Latina: uma análise das políticas públicas de Argentina, El Salvador, Guatemala e México. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/135>>.

PEREIRA Vívian L. X. **Hashtag (#) como ferramenta de expansão do discurso feminista - uma perspectiva semiolinguística**. 2020. 101 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/14591>>.

PINEDA, Esther G. **Morir por ser mujer: femicidio y feminicidio en América Latina**. 1ª ed, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.

POPESCU, Irina. Memorialization and Escraches: Ni una Menos and the documentation of Femicidio in Argentina. **The Latin Americanist**, v. 65, n. 3, p. 367-392, 2021. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/805479>>.

PRESENZA. Argentina: apoio urgente às mulheres mapuches prisioneiras. *Presenza*, 2023. Disponível em: <<https://www.presenza.com/pt-pt/2023/04/argentina-apoio-urgente-as-mulheres-mapuches-prisioneiras/>>.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>.

RÁDIO GRÁFICA. **Ni Una Menos, el documento consensuado por las organizaciones**. 3 jun. 2023. Disponível em: <https://radiografica.org.ar/2023/06/03/ni-una-menos-el-documento-consensuado-por-las-organizaciones/>.

RESENDE, Viviane. M. Análise Crítica do Discurso. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **O ensino de língua portuguesa e a formação do professor: discutindo teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROCHA, Joallan C. **1952-2022: 70 anos Revolução Boliviana**. Unicamp, 2023.

ROMIO, Jackeline A. F. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 79-102, 2019.

SALATIEL, José. Casamento gay – Argentina é o primeiro país latino-americano a oficializar união. **UOL**, 2010. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/casamento-gay-argentina-e-o-primeiro-pais-latino-americano-a-oficializar-uniao.htm>>.

SANCHO, Guiomar R. **Activismo en red y multitudes conectadas: comunicación y acción en la era de Internet**. Barcelona: Icaria, 2017.

SARAIVA, Beatriz. C. Violência de gênero na América Latina cresce em meio à Covid-19. **AUN – Agência Universitária de Notícias**, USP, 2021. Disponível em: <<https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/03/19/violencia-de-genero-na-america-latina-cresce-em-meio-a-covid-19/>>.

SARRIÓN-ANDALUZ, José.; RODRÍGUEZ-GORDO, Carlos. Polarización social y control político: algunas consecuencias de la inteligencia artificial y las redes sociales para la razón práctica. **Cuadernos Salmantinos de Filosofía**, 2021. Disponível em: <<https://revistas.upsa.es/index.php/cuadernossalmantinos/article/view/299>>.

SEGATO, Rita L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

_____. Patriarchy from Margin to Center: Discipline, Territoriality, and Cruelty in the Apocalyptic Phase of Capital. **South Atlantic Quarterly** 115, n. 3, 2016, p. 615-624.

SILVEIRA, Juliana. Análise discursiva da hashtag #onagagné: entre a estrutura e o acontecimento. In: *Anais VI Seminário de estudos em análise do discurso 1983, 2013 - Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença*. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/AnaliseDiscursivaDaHashtag.pdf>>.

SUBIRATS HUMET, Joan. ¿Desbordar el 'dentro'-'fuera'? **Revista Teknokultura**, v. 12, n. 1, p. 161-168, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/tekn/article/view/48893>>.

SUTTON, Barbara. **Intergenerational encounters in the struggle for abortion rights in Argentina**. Women's Studies International Forum, v. 82, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539519304893>>.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. New York: Cambridge University Press, 2005.

TREJO, Yeseline. Día de la Mujer: ¿En qué estados de México es legal abortar? **Diário AS**, 2023. Disponível em: <https://mexico.as.com/actualidad/dia-de-la-mujer-en-que-estados-de-mexico-es-legal-abortar-n/>.

VERÓN, Eliseo. **Conducta, estructura y comunicación: escritos teóricos 1959-1973**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2005.

_____. La palabra adversativa: Observaciones sobre la enunciación política. In: **El discurso político: Lenguajes y acontecimientos**. Hachette: Buenos Aires, 1987.

WERNECK, Larissa. Baixa Califórnia Sul é o nono estado do México a despenalizar o aborto nas 12 primeiras semanas. **RFI**, 2022. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20220613-baixa-calif%C3%B3rnia-sul-%C3%A9-o-nono-estado-do-m%C3%A9xico-a-despenalizar-o-aborto-nas-12-primeiras-semanas>>.

ZAFRA, Remedios. **Netianas. N(h)hacer mujer en Internet**. Madrid: Ediciones Lengua de Trapo, 2005.

ZAPATA, Claudia. Una carta de navegación para el Chile del futuro: el proceso constituyente chileno en la visión de la historiadora Claudia Zapata - entrevista. [Entrevista concedida a] Ângela Meirelles de Oliveira e Cristiane Checchia. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 34, p.358-373. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4118/3464>

ZAPPAVIGNA, Michele. **Ambient affiliation: A linguistic perspective on Twitter**. *New Media Society*, 2011. Disponible em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444810385097>>.

ZEIFER, Barbara. El hashtag contestatario: cuando los hashtags tienen efectos políticos. **Revista de Comunicación Digital**, 2020, p. 101-118. Disponible em: <<https://revistadigitos.com/index.php/digitos/article/view/178>>.

_____. **Hashtagtivismo**: los efectos políticos del hashtag en el caso de #NiUnaMenos. 2020, 124 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Discurso) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidad de Buenos Aires, 2020. Disponible em: <<http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/12869>>.